

Turismo e Hospitalidade:

Desenvolvimento Metodológico para a
Qualificação Socioprofissional e Desafios da
Negociação e Contratação
Coletiva e Certificação

Presidente da República
LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Ministro do Trabalho e Emprego
CARLOS LUPI

Secretário Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego
RONALDO AUGUSTO LESSA SANTOS

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE
ANTONIO SÉRGIO ALVES VIDIGAL

Diretor do Departamento de Qualificação - DEQ
ANTONIO ALMÉRICO BIONDI LIMA

Coordenadora-Geral de Qualificação - CGQUA
TATIANA SCALCO SILVEIRA

Coordenador-Geral de Certificação e Orientação Profissional - CGCOP
MARCELO ÁLVARES DE SOUSA

Coordenador-Geral de Empreendedorismo Juvenil
MISAEL GOYOS DE OLIVEIRA

(C) copyright 2005 - Ministério do
Trabalho e Emprego

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
Secretaria de Políticas Públicas
de Emprego - SPPE

Departamento de Qualificação - DEQ
Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 3º andar, Edifício Sede, Sala 306.
CEP 70059-900 - Brasília - DF
Telefones: (0XX61) 3317-6239/ 3317-6004
Fax.: (0XX61) 3224-7593
E-mail: qualificação@mte.org.br

Tiragem: 2000 exemplares

ELABORAÇÃO, EDIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO:
ESCOLA SINDICAL SÃO PAULO-CUT
Rua Dona Brígida, 299 – Vila Mariana
CEP 04111-080 - São Paulo – SP
Telefone (0XX11) 5084-2131
Site: www.escolasp.org.br
E-mail: escolasp@uol.com.br

Turismo e hospitalidade : desenvolvimento metodológico
para a qualificação socioprofissional e desafios da
negociação e contratação coletiva e certificação /
organizado por Martinho da Conceição ; Rosana
Miyashiro e Adriano Larentes da Silva. - São Paulo
: CUT, 2007.
96 p. ; 23 cm.

1. Turismo 2. Qualificação socioprofissional
3. Certificação profissional 4. Negociação coletiva
I. Conceição, Martinho da II. Miyashiro, Rosana III.
Silva, Adriano Larentes da IV. Título

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego

Organizadores:
Martinho da Conceição, Rosana Miyashiro e Adriano Larentes da Silva

Turismo e Hospitalidade:

Desenvolvimento Metodológico para a Qualificação Socioprofissional e Desafios da Negociação e Contratação Coletiva e Certificação



Ministério do
Trabalho e Emprego



CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

Rua Caetano Pinto, 575 - CEP 03041-000 – Brás – São Paulo – SP - Telefone: (0XX11) 2108-9200 – Fax: (0XX11) 2108-9200 - Site: www.cut.org.br

DIREÇÃO EXECUTIVA NACIONAL DA CUT – 2006/2009

Presidente

ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS
SINERGIA – Sind. Trab.Ind. de Energia Elétrica do Estado de SP

Vice-Presidente

CARMEN HELENA FERREIRA FORO
Sind. Trab. Rurais de Igarapé-Miri – PA

Vice-Presidente

WAGNER GOMES
Sind. dos Metroviários do Estado de SP

Secretário Geral

QUINTINO MARQUES SEVERO
Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas de São Leopoldo – RS

Primeiro Secretário

ADEILSON RIBEIRO TELLES
SEPE -Sind. Est. Dos Profissionais da Educação do Estado do RJ

Tesoureiro

JACY AFONSO DE MELO
Sind. dos Bancários de Brasília – DF

Primeiro Tesoureiro

ANTONIO CARLOS SPIS
Sind. Unificado dos Petroleiros do Estado de SP

Secretário de Relações Internacionais

JOÃO ANTÔNIO FELICIO
APEOESP – Sind. dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP

Secretária de Política Sindical

ROSANE DA SILVA
Sind. dos Sapateiros de Ivoti – RS

Secretário de Formação

JOSÉ CELESTINO LOURENÇO (TINO)
SIND-UTE – Sind. Único dos Trab. em Educação do Estado de MG

Secretária de Comunicação

ROSANE BERTOTTI
Sind. Trab. Agricultura Familiar de Xanxerê – SC

Secretário de Políticas Sociais

CARLOS ROGÉRIO DE CARVALHO NUNES
Sind. dos Assistentes Sociais do Estado do CE

Secretária de Organização

DENISE MOTTA DAU
SindSaúde - Sind. dos Serv. Pub. em Saúde do Estado de SP

Secretária Sobre a Mulher Trabalhadora

MARIA EDNALVA BEZERRA DE LIMA
Sind. Trab. Educação do Estado da PB

Diretoria Executiva

ANÍZIO SANTOS DE MELO
APEOC - Sind. Serv. Pub. Lot. Sec. De Educação e de Cultura do Estado do CE

ANTONIO SOARES GUIMARÃES (BANDEIRA)

Sind. Trab. Rurais de Pentecostes - CE

CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

Sind. Serv. Pub. Municipais de São José do Rio Preto - SP

CELINA ALVES PADILHA AREAS

SINPRO - Sind. dos Professores do Estado de MG

DARY BECK FILHO

Sind. Trab. Ind. Dest. Refinação de Petróleo do Est. do RS

ELISANGELA DOS SANTOS ARAÚJO

Sind. Trab. Rurais de São Domingos - BA

EVERALDO AUGUSTO DA SILVA

Sind. dos Bancários de Salvador - BA

EXPEDITO SOLANEY PEREIRA DE MAGALHÃES

Sind. dos Bancários do Estado de PE

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO

Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas do ABC – SP

JULIO TURRA FILHO

SINPRO - Sind. dos Professores do ABC – SP

LUCIA REGINA DOS SANTOS REIS

SINTUFRJ - Sind. Trab. em Educação da UFRJ

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SINDPD – Sind. dos Trab. em Informática do Est. de PE

MILTON CANUTO DE ALMEIDA

SINTEAL - Sind. Trab. Em Educação do Estado de AL

PASCOAL CARNEIRO

Sind. Trab. Ind. Metalúrgicas de Salvador – BA

ROGÉRIO BATISTA PANTOJA

Sind. Trab. Ind. Urbanas - AP

TEMISTOCLES MARCELOS NETO

Sind. Serv.Pub. em Saúde do Estado de MG

VAGNER FREITAS DE MORAES

Sind. dos Bancários de São Paulo, Osasco e Região - SP

VALÉRIA CONCEIÇÃO DA SILVA

Sind. Trab. Em Educação do Estado de PE

Conselho Fiscal - Efetivos

MARIA JULIA REIS NOGUEIRA

Sind. Trab. Pub. Fed. Saúde e Previdência do Estado do MA

VALDEMIR MEDEIROS DA SILVA

Sind. dos Previdenciários do Estado da Bahia

DILCE ABGAIL RODRIGUES PEREIRA

Sind. Trab. Comércio Hoteleiro, Rest. Bares e Hospitalidade de Caxias do Sul – RS

Conselho Fiscal - Suplentes

ALCI MATOS ARAÚJO

Sind. Empreg. no Comércio do Estado do ES

JOSÉ CARLOS PIGATTI

Sind. Trab. Energia Elétrica do Estado do ES

ODAIR JOSÉ NEVES SANTOS

Sind. dos Professores Públicos e Especialistas em Educação do Estado

Turismo e Hospitalidade:

Desenvolvimento Metodológico para a Qualificação Socioprofissional e Desafios da Negociação e Contratação Coletiva e Certificação

Martinho da Conceição é educador, atua como assessor de formação sindical na Rede de Formação da CUT desde 1986. Atualmente exerce a função de Coordenador da Secretaria Nacional de Formação da CUT.

Rosana Miyashiro é socióloga, mestranda em Trabalho e Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Atua como coordenadora geral da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT, desde 2003. Foi assessora da Secretaria Nacional de Formação da CUT no Núcleo de Educação do Trabalhador, no período de 1999 a 2002.

Adriano Larentes da Silva é historiador, doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, onde pesquisa sobre As Migrações Internacionais e o Mundo do Trabalho. Desde 2002, atua na Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT como educador e coordenador pedagógico. Foi professor da UFSC no período de 2004 a 2006.

ESCOLA SINDICAL SÃO PAULO - CUT

Conselho Político
Sind. Químicos do ABC
APARECIDO DONIZETI DA SILVA

Apeoesp
CARLOS RAMIRO DE CASTRO

Sinsexpro
CARLOS TADEU VILANOVA

Sindsaúde
CÉLIA REGINA COSTA

Presidente da CUT Estadual
EDÍLSON DE PAULA OLIVEIRA

Escola Sindical SP-CUT
ELIAS SOARES

Escola Sindical SP-CUT
HELIO DA COSTA

Secretário Estadual de Formação
CARLOS TADEU VILANOVA

Secretário Nacional de Formação
JOSÉ CELESTINO LOURENÇO

Sind. dos Petroleiros de SP
JOSÉ SAMUEL MAGALHÃES

Sind. Bancários de SP
LUIZ CLÁUDIO MARCOLINO

Sind. Metalúrgicos do ABC
TARCISIO SECOLI

Coordenação
Coordenador Geral/Secretário de Formação CUT-SP
CARLOS TADEU VILANOVA

Coordenador Administrativo
ELIAS SOARES

Coordenador de Formação
HELIO DA COSTA

Equipe de Formação
• ANA PAULA ALVES OLIVEIRA • ELAINE OLIVEIRA TEIXEIRA •
ELIAS SOARES • ERNANI FERNANDES MOREIRA • HELIO DA
COSTA • KARIN ADRIANE HUGO LUCAS • LENIR DE VISCOVINI
• MARILANE OLIVEIRA TEIXEIRA • MARIO HENRIQUE GUEDES
LADOSKY • MARLUSE CASTRO MACIEL • NEIDE DOS SANTOS
VERÃO • PÉRSIO PLENSACK
• WILLIAM NOZAKI

Apoio Administrativo
• CLARICE MARIA DE MELO • ESTHER RIVELLES
• MARIA DA CONCEIÇÃO C. ALVES • SONIA CALIL ELIAS ROCHA
• VANDERLEI SOARES CABRAL

Apoio Pedagógico
• HELANNE APARECIDA PEREIRA • MARIA DE LOURDES • INÊS
OÑA

SECRETARIA NACIONAL DE FORMAÇÃO - CUT

Secretário Nacional de Formação
JOSÉ CELESTINO LOURENÇO

Coordenador-Geral
MARTINHO DA CONCEIÇÃO

Assessoria
• ARCHIMEDES FELÍCIO LAZZERI • MARISTELA MIRANDA
BÁRBARA • MARTA REGINA DOMINGUES
• PAULA CRISTINA BERNARDO

Secretária
LUCI FERNANDES

ESCOLA DE TURISMO E HOTELARIA CANTO DA ILHA-CUT

Av. Luiz Boiteux Piazza, 4810 - Ponta das Canas – Florianópolis-SC - Cep: 88056000
Fone: (0XX) 48 -2848820/32843251/32614090
Site: www.escoladostrabalhadores.org.br

Diretor Geral
JOSÉ CELESTINO LOURENÇO

Diretor Financeiro
JACY AFONSO DE MELO

Coordenação Geral
ROSANA MIYASHIRO

Coordenação Pedagógica
ADRIANO LARENTES DA SILVA

Apoio Pedagógico
CARMEM LÍGIA PFEIFER MACHADO
KATIA REGINA RODRIGUES PASSARINI

Equipe de Educadores
Santa Catarina
• ADRIANA GOMES DE MORAES
• ALINE MARIA SALAMI
• HANEN SARKIS KANAAN
• JULIANA RODRIGUES WALENDY
• LETÍCIA DOLENGA
• LUIZ GABRIEL ANGENOT
• RENATA CARVALHO DE OLIVEIRA
• RODRIGO FARIA PEREIRA
• VALDENÉSIO ADUCI MENDES

Paraná
• ANDRÉ NASCIMENTO TEIXEIRA
• DAYANNY PIRES DE OLIVEIRA
• ELISANGELA PATRÍCIA DE LIMA

Rio Grande do Sul
• GINA CADORIN
• MARCELO SILVEIRA GOMES
• SÉRGIO DIAS SOARES

Administrativo
• ALMIR ROGÉRIO DO NASCIMENTO
• EGILCE SUELI SILVA OLIVEIRA
• JOYCE SANTILLO ARAUJO

Auxiliar de Serviços Gerais
• MARIA LUIZA CALAZANS

Copeira
• ALZIRA BEATRIZ LEITE



Coordenação Geral
CARLOS TADEU VILANOVA

Coordenação Financeira
ELIAS SOARES

Coordenação Pedagógica
MARTA REGINA DOMINGUES

Apresentação

Esta Revista é um dos frutos dos estudos e pesquisas desenvolvidas no âmbito do Projeto Especial de Qualificação – PROESQ – *Quem luta também educa!*, iniciativa da Central Única dos Trabalhadores – CUT, da Secretaria Nacional de Formação da CUT e da Escola Sindical São Paulo-CUT, com a participação da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – ETHCI. O PROESQ - *Quem luta também educa!* foi realizado por meio de convênio estabelecido entre a Escola Sindical São Paulo-CUT e o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, dentro do Plano Nacional de Qualificação – PNQ, e financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.

O Conselho Deliberativo do FAT – Codefat, um dos mais importantes órgãos tripartites e paritários do país, delibera sobre várias políticas afeitas ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda. Entre elas, a política de qualificação social e profissional.

Com a finalidade de desenvolver e aprimorar metodologias e tecnologias apropriadas para a educação e qualificação social e profissional de trabalhadores e trabalhadoras, um dos objetos de estudo ao qual nos dedicamos no desenvolvimento do *Quem luta também educa!* foi a Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Socioprofissional.

Esta publicação, em especial, aborda aspectos teóricos e conceituais acerca do trabalho, identidades profissionais e dinâmicas econômicas e do mercado de trabalho no setor de turismo e hospitalidade. Além disso, apresenta ricas experiências construídas nas atividades previstas no *Quem luta também educa!*, que contou com a participação de dirigentes, assessores, educadores e especialistas que atuam na educação e no setor de turismo e hospitalidade.

Para a CUT, o sindicalismo deve estar a serviço da construção de uma nova sociedade, na qual os princípios de democracia, participação, criticidade e autonomia estejam na base das relações sociais e de trabalho.

A participação ativa da CUT, entidades sindicais e de educação/formação na formulação de propostas para a educação geral e profissional, de jovens e adultos, pode contribuir para que as prerrogativas, anseios e visões de mundo da classe trabalhadora possam se expressar de modo consistente e interagir com as políticas públicas de educação e de emprego, trabalho e renda.

Nossa expectativa é a de que as reflexões aqui construídas subsidiem as ações do movimento sindical, especialmente em processos de negociação e certificação da qualificação socioprofissional e estimulem, nas diversas entidades e sujeitos que trabalham com educação, o desenvolvimento de ações formativas fortemente vinculadas à identidade política e social da classe trabalhadora. ◀

Desejamos a todos uma excelente leitura!

Artur Henrique da Silva Santos – Presidente Nacional da CUT
José Celestino Lourenço – Secretário Nacional de Formação da CUT e membro do Conselho Político da Escola Sindical São Paulo-CUT
Carlos Tadeu Vilanova – Secretário de Formação da CUT São Paulo e Coordenador Geral da Escola Sindical São Paulo-CUT

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 - Mundo do Trabalho no Turismo e Hospitalidade	13
Um breve panorama do desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo Elton Ricardo Ouriques	15
Os trabalhadores da hotelaria no Brasil Adriano Larentes da Silva	23
Os desafios da organização sindical e da negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional no Turismo e Hospitalidade Lucilene Binsfeld	27
Capítulo 2: A Educação Integral dos Trabalhadores	31
Políticas de qualificação social e profissional: entrevista com José Celestino Lourenço	33
Certificação profissional: entre os princípios e a prática Sebastião Lopes Neto - Alexandre Custódio - Carmem S.V. Moraes	39
O projeto político-pedagógico da Educação Integral dos Trabalhadores da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha: uma educação para além do mercado Rosana Miyashiro	48
Capítulo 3: Socialização das Experiências	55
Ações da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha no PROESQ - Quem luta também educa!	57
A importância da Educação Integral dos Trabalhadores na estratégia sindical: depoimento dos sindicalistas ..	65
Concretizando novas práticas pedagógicas: o desenvolvimento metodológico da Educação Integral dos Trabalhadores da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha	69
Publicações da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha	93

Introdução

Como parte da estratégia de desenvolvimento metodológico no campo da Educação Integral dos Trabalhadores e Trabalhadoras, a Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - ETHCI, participou ativamente do desenvolvimento do Projeto Especial de Qualificação – PROESQ – *Quem luta também educa!* O objetivo maior das ações desenvolvidas pela ETHCI no âmbito deste PROESQ, foi buscar uma maior compreensão das bases que constituem o setor de Turismo e Hospitalidade em nosso país e um melhor conhecimento do perfil sócio-econômico dos trabalhadores(as) tendo como perspectiva identificar suas potencialidades frente ao novo modelo de desenvolvimento que se almeja e os desafios a serem enfrentados para a conquista de um novo padrão de relações de trabalho que tenham como premissas a valorização do trabalho e o respeito aos direitos dos trabalhadores(as).

Como é do conhecimento de todos, o fomento do desenvolvimento do turismo constitui uma das prioridades do atual governo. Busca-se neste novo contexto do desenvolvimento econômico e social do país implementar uma estratégia que articule turismo, cultura e educação. É neste novo cenário que ganham relevância os esforços despendidos pela ETHCI no sentido de compreender as características históricas e as mudanças que vêm ocorrendo no setor, como condição sine qua non para se empreender novas propostas político-pedagógicas no campo da Educação dos Trabalhadores.

No processo de implementação das ações voltadas para o setor de Turismo e Hospitalidade no bojo das estratégias do PROESQ “*Quem luta também educa!*” buscou-se não somente aprofundar os estudos sobre as características sócio-econômicas do setor, mas também compreender e mapear as dimensões que as políticas e/ou programas de qualificação e de certificação profissionais vêm ganhando nos locais de trabalho, tanto como instrumentos de mobilidade quanto de restrição

do acesso dos trabalhadores(as) ao mercado de trabalho.

Para tanto, os estudos empreendidos buscaram analisar a lógica que fundamenta a atividade turística no mundo a fim de compreender as relações do turismo entre os países centrais do capitalismo e os países de economia dependente, assim como dos desafios para a superação de uma concepção de turismo sazonal e predatório, tendo em vista um novo padrão de turismo que respeite as culturas locais, o meio ambiente e se desenvolva de forma sustentável. Uma percepção mais abrangente dos desafios para o estabelecimento de relações de trabalho mais democráticas no setor, as quais permitam a superação do quadro atual de precarização e jornadas de trabalho extenuantes.

Estudamos também, as bases das concepções e estratégias que vêm permeando a definição das políticas de qualificação e certificação profissionais no setor com o intuito de permitir aos trabalhadores(as) acesso às informações que os sensibilizem para a importância destes temas, sua incorporação entre as prioridades da agenda sindical, como também potencializem as ações sindicais no campo da negociação e contratação coletiva sobre tais questões, já que historicamente as mesmas são hegemônicas por setores empresariais e instituições cujo acesso dos trabalhadores(as) apresenta significativas dificuldades. Parte destes estudos é o que apresentamos nesta revista cuja intenção é socializar com educadores(as), educandos(as), dirigentes sindicais, militantes, universidades, centros de pesquisas, Poder Público, entre outros, parcela dos acúmulos adquiridos pela equipe da ETHCI.

Abrimos esta revista com um artigo do professor Helton R. Ouriques, da Universidade Federal de Santa Catarina, que apresenta um panorama do turismo em âmbito mundial analisando a lógica que permeia a atividade turística que vem marcada pela desestruturação das atividades econômicas locais sem que isso signifique necessariamente a melhoria das condições de vida da população residente nas regiões de exploração do

turismo, dando um enfoque aos aspectos sócio-econômicos do setor e chamando a atenção para a concepção e estratégias que permeiam a definição das políticas de desenvolvimento para este setor e seus impactos sócio-ambientais.

Adriano Larentes da Silva, da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha, no artigo *Os Trabalhadores da Hotelaria no Brasil*, a partir das relações entre turismo mundial e nacional, enfatiza os impactos sobre as relações de trabalho e desafios da organização dos trabalhadores deste setor, em particular nos campos da qualificação profissional.

Ainda nesta primeira parte, Lucilene Binsfield, no artigo *Os desafios da organização sindical e da Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Sócio-Profissional no Turismo e Hospitalidade*, a partir das estratégias que vêm sendo formuladas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS – para o setor de Turismo e Hospitalidade, aborda aspectos históricos do processo de democratização do país, enfatizam as formulações dos trabalhadores no campo da educação integral e os desafios do sindicalismo para a conquista de um novo padrão de negociação e contratação coletivas, onde a qualificação profissional deve ser um dos elementos de conflito entre capital e trabalho. Destacam ainda a importância das experiências que vêm sendo desenvolvidas pelos trabalhadores do setor por meio da ETHCI.

Na segunda parte, apresentamos entrevista com José Celestino Lourenço – o Tino, Secretário Nacional de Formação da CUT e Diretor Geral da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – ETHCI, através de uma entrevista que aponta avanços e desafios da nova institucionalidade no campo da qualificação profissional, chamando a atenção para as conquistas que os trabalhadores(as) obtiveram nos últimos períodos, as quais não se pode abrir mão. Para Tino, entre os maiores desafios estão a garantia da articulação entre formação profissional e a elevação dos níveis de escolarização dos

trabalhadores(as), assim como a participação efetiva dos mesmos na gestão de todas as políticas que constituem o Sistema Público de Emprego.

No artigo intitulado *Certificação Profissional, entre os princípios e a prática*, elaborados por Sebastião Lopes Neto, Alexandre Custódio Pinto e Carmem Silvia Vidigal - IIEP são apresentadas as bases das políticas de certificação em curso no Brasil, as implicações no mercado de trabalho e desafios para que os trabalhadores(as) se apropriem e definam estratégias de intervenção no sentido de impedir que a certificação se coloque como mais um dos inúmeros entraves para o acesso ao mercado de trabalho.

Rosana Miyashiro, coordenadora pedagógica da ETHCI, aborda as bases da concepção de educação integral dos trabalhadores que vem sendo desenvolvida pela escola, destacando as potencialidades e desafios para que esta experiência se coloque efetivamente como uma nova referência de Educação Profissional confrontando as propostas hegemônicas neste âmbito.

Na última parte desta revista, apresentamos a socialização das ações, no âmbito do PROESQ, para o avanço conceitual e metodológico na área do Turismo e Hospitalidade e também os acúmulos da experiência de Educação Integral da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha. Trata-se de uma síntese das formulações curriculares com a apresentação de produções dos(as) e educandos(as) acumuladas ao longo da experiência educativa da escola, bem como reflexões dos educadores, as quais expressam não somente a concepção de educação integral ora em desenvolvimento, mas também a prática educativa posta em ação. Por fim, apresentamos as publicações da ETHCI disponíveis para aqueles que tiverem interesse em conhecer, de forma mais aprofundada, toda a proposta político-pedagógica no campo da educação integral dos trabalhadores(as) formulada e desenvolvida pelos próprios trabalhadores(as). ◀

Desejamos a todos e todas boa leitura.

A Coordenação da ETHCI

Mundo do Trabalho no Turismo e Hospitalidade

Capítulo 1

Um breve panorama sobre o desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo¹

HELTON RICARDO OURIQUES²

O objetivo deste texto é apresentar uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo, com ênfase para o caso brasileiro, destacando aspectos relacionados à situação dos trabalhadores ocupados no setor turístico. Registro que a apreciação aqui efetuada pretende pontuar as tendências mais gerais, utilizando exemplos apenas e tão somente como ilustrações destas tendências, quando for o caso.

Diante das disparidades regionais causadas pelo desigual desenvolvimento capitalista, tanto no espaço quanto ao longo do tempo, em muitas localidades brasileiras o turismo acabou sendo disseminado por poderosos meca-

nismos ideológicos, notadamente os meios de comunicação. Tal disseminação, inicialmente, é feita tanto pelo meio político quanto pelo meio empresarial. Posteriormente, quando a ideologia do desenvolvimento turístico está arraigada, até mesmo o mais humilde dos cidadãos passa a acreditar que o turismo é uma atividade benéfica, a verdadeira “salvação da lavoura”, a “tábua de salvação” dos naufragados pelas vicissitudes econômicas locais.

Com muita frequência, é apresentada a maneira mais adequada de promoção do desenvolvimento do turismo, posto que a notável expansão desta atividade, em escala mundial, acaba atraindo lugares da periferia que lidam com problemas relativos ao crescimento. Melhor dizendo, com males relativos à carência desse crescimento! Assistimos

assim, nas zonas periféricas, a competição entre regiões e lugares para que sejam receptoras dos grandes projetos e empreendimentos turísticos.

Mas essa prática não seria possível se já não fosse socialmente aceita a crença, tornada verdade, de que o turismo se configura como uma grande fonte de oportunidades de emprego para as populações locais. Ao mesmo tempo, atribui-se ao turismo a capacidade de incrementar as receitas municipais. Tendo, portanto, impacto positivo sobre a distribuição de renda, já que cidades com mais arrecadação de impostos teoricamente têm mais recursos para investir nos meios de consumo coletivo. Por fim, é difundida também a idéia de que o turismo é uma atividade econômica não poluidora, capaz de promover um desenvolvimento

¹ Este texto é uma versão substancialmente modificada e ampliada de artigo publicado pela Revista Eletrônica Espaço Acadêmico, que inclui uma atualização (dos dados estatísticos) de uma parte de um capítulo do livro publicado por mim em 2005 (Ouriques, 2005).

² Professor do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC. Correio: helton@cse.ufsc.br

ecologicamente sustentável.

Enfim, em linhas gerais, é esse o conjunto de argumentos que sustentam a defesa da atividade turística. Ora, que questões merecem ser destacadas em uma análise crítica sobre o desenvolvimento turístico e que não são tratadas de forma adequada pelo pensamento dominante?

Em primeiro lugar, é necessário destacar que em regiões periféricas, a introdução da atividade turística tem, inicialmente, um efeito instabilizador, de desestruturação da economia pré-existente. São inúmeros os relatos de processos de decadência e mesmo de desaparecimento das atividades econômicas tradicionais a partir do advento do turismo. Por exemplo, de comunidades litorâneas, que sempre viveram da pesca, que acabam abandonando seu sustento tradicional. Mas não por escolha! De um lado, pela concorrência promovida pela pesca industrial (algo que já aconteceu em várias partes do litoral brasileiro, aliás). De outro lado, pelo processo de aquisição dos terrenos e expulsão dos pescadores e suas famílias da orla marítima, promovido pelas atividades imobiliárias especulativas, ligadas direta ou indiretamente ao turismo, como destacado no artigo de BURSZTYN (2003)

sobre o litoral cearense. Situações similares ocorrem com comunidades que vivem próximas a rios e lagos, inclusive. Temos assim uma desestruturação inicial da economia local, aliada a um processo de mudança no uso e ocupação dos melhores espaços à beira dos mares, lagoas e rios³.

Em segundo lugar, uma nova estruturação da economia local aflora, com o surgimento de uma rede hoteleira, de restaurantes etc. Parte dos excluídos pelo processo anterior até encontra ocupação nessas novas atividades econômicas, mas parece que o essencial, isto é, o padrão de vida dessa população, não se altera significativamente. No litoral do Nordeste brasileiro, que há duas décadas vem crescendo de forma espantosa do ponto de vista turístico, por exemplo, os homens e mulheres que agora trabalham na indústria do turismo continuam residindo nos mesmos bairros precários e com as mesmas condições precárias em suas residências. E, principalmente, com níveis salariais muito baixos. Aliás, essa é a tônica geral em toda a periferia do capitalismo: as atividades do turismo remuneram muito mal. A própria Organização Mundial do Turismo (2001) reconheceu as características básicas da ocupação no turismo: sazonalidade, precarie-

dade, baixos salários. Some-se a isso a informalidade, característica marcante dos mercados de trabalho nas economias periféricas, e teremos um quadro nada agradável a caracterizar o turismo, sob essa ótica. É por essa razão que CASTELLS (1999), ao redigir sua trilogia sobre a sociedade em rede, sentenciou o seguinte em relação ao turismo internacional:

“...a globalização das atividades econômicas oferece a oportunidade de ganhos substanciais ao se empregarem crianças, obtidos a partir das diferenças entre o custo da mão de obra infantil nos países em desenvolvimento e o preço dos bens e serviços cobrados nos mercados mais abastados. Esse é, claramente, o caso do setor de turismo internacional. Os serviços de luxo dos quais os turistas de uma renda média podem usufruir em muitos “paraísos tropicais” dependem, em grande medida, da superexploração da mão de obra local, inclusive de um número significativo de crianças.” (p. 182)

Com a clareza que não se vê nos livros e artigos de muitos pesquisadores do turismo, a Organização Mundial de Turismo (OMT) explicitou os mecanismos

³ Há inúmeros relatos na literatura internacional sobre esse tipo de situação. Para uma compreensão inicial sobre os efeitos (de um ponto de vista crítico) da globalização turística sobre os povos indígenas ver PERA, Lee e McLAREN, Deborah (2001), CHÁVEZ (1999), PLEUMARON (1999) e VARGAS (1999).

capitalistas de exploração que regem o setor, ao enumerar as dez principais características do mercado de trabalho turístico mundial:

- elevada porcentagem de trabalhadores em meio período;
- elevada porcentagem de trabalhadores temporários e ocasionais;
- importante presença de mulheres com contratos de meio período em hotelaria e restaurantes, maior do que em outros setores econômicos;
- escasso número de mulheres em cargos de maior responsabilidade;
- presença importante de trabalhadores estrangeiros com contratos de meio período. Nos países em desenvolvimento, os estrangeiros geralmente ocupam os cargos de responsabilidade;
- também na hotelaria e alimentação se observa uma importante presença de jovens com escassa qualificação ou estudantes empregados no setor esporadicamente;
- grande número de trabalhadores clandestinos;
- menor retribuição que em outros setores econômicos;
- maior número de horas semanais trabalhadas para os empregados do setor, com horário e turnos de trabalho especiais;
- grau de sindicalização inferior a outros setores (OMT, 2001:352-3).

Em terceiro lugar, o turismo se inscreve no contexto maior da transformação mercantil de todos os aspectos da vida social. O turismo aparece assim como um veículo da mercantilização de tudo, desde um lugar ao sol até a transformação do folclore em espetáculo programado para os turistas. Afinal de contas, já existem muitos lugares à beira-mar privatizados, nas quais o acesso é exclusivo. Em algumas praias nas periferias do mundo, inclusive, não é sequer permitido o acesso dos “nativos”. Ao mesmo tempo, esses “nativos” são objetos de fotografias quando dançam suas danças típicas, quando praticam seus “rituais bárbaros” ou se vestem de “forma primitiva”, como descrito por CANCLINI (1983), KRIPPENDORF (1989) e TURNER & ASH (1991).

O fato é que, nos países e regiões periféricas, todos os esforços vêm sendo feitos no sentido de implementar o turismo. Depois dos sucessivos fracassos dos processos de modernização, o turismo apareceu, especificamente, a partir da década de 50 do último século, como a alternativa de desenvolvimento.

É inegável que a introdução do turismo na periferia acabou por gerar várias “ilhas de prosperidade”, criando um circuito privilegiado de consumo e produção. Mas essa prosperidade restringiu-

se a poucos. Para os trabalhadores, significou apenas a diminuição e/ou substituição de atividades econômicas tradicionais por outras, direta e indiretamente turísticas, como guias, garçons, cozinheiros, faxineiros, etc. Ao mesmo tempo, as condições estruturais de vida pouco se modificaram, como apontado por TURNER & ASH (1991), BOUHDI-BA (1981) e SAAL (1987). Isto é, de modo geral, os residentes não se beneficiaram e não se beneficiam do “progresso” que o turismo promete.

E mesmo todo o esforço empreendido pelas elites periféricas (isenções, incentivos, doações de terra, etc), durante mais de 50 anos, foram incapazes de alterar a estrutura mundial da economia turística. Ao analisarmos os números apresentados pela Organização Mundial do Turismo, que cobrem o período de 1990 a 2002, podemos ter uma apreensão mínima sobre como os mecanismos de manutenção da estratificação da economia mundial também se manifestam para o caso do turismo, como evidenciam os fluxos de turistas e receitas cambiais mostrados nas Tabelas 1 e 2.

Do ponto de vista da evolução do número de turistas, os dados mostram que, mesmo com uma ligeira queda relativa, a Europa concentra os fluxos mundiais (56,27% em 2002, o que sig-

nificou quase 390 milhões de turistas), seguida pelos conjuntos Ásia/Oceania, com 18,96% (pouco mais de 131 milhões de turistas) e Estados Unidos/Canadá, com 8,94% (62

milhões de turistas, aproximadamente)⁴. O fato é que os países europeus, os Estados Unidos e o Canadá concentraram, em 2002, 65,21% do fluxo turístico mundial. A tabela também evidencia a evolução do conjunto representado pela Ásia e Oceania, que se deve, principalmente, à notável expansão do turismo na China. Isso pode ter duas razões: de um lado, a abertura política e econômica promovida pelo país no início dos anos 90, que diminuiu as restrições quanto à presença de estrangeiros; de outro, o câmbio favorável aos turistas.

A situação do conjunto composto pelo México, Caribe e as Américas Central e do Sul,

TABELA 1
FLUXO MUNDIAL DE TURISTAS POR REGIÃO DO MUNDO (EM %)

Região	1990	1995	2000	2002
Europa	61,53	58,35	57,13	56,27
Eua + Canadá	11,97	10,91	10,27	8,94
México + América Central	4,19	4,14	3,64	3,52
Caribe	2,50	2,54	2,50	2,32
América do Sul	1,73	2,12	2,21	1,80
Ásia + Oceania	12,67	15,50	16,77	18,96
África	3,28	3,63	3,99	4,21
Oriente Médio	2,13	2,47	3,49	3,98
Total	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Organização Mundial do Turismo. Elaboração própria.

é que pouco se alterou no período. Do ponto de vista do movimento de turistas, embora tenham obtido incrementos absolutos no número de visitantes (de 38,5 milhões em 1990 para 53 milhões em 2002), a participação relativa desse conjunto de países teve uma pequena redução, já que era de 8,42% em 1990 e passou a ser de 7,64% em 2002. Do ponto de vista das receitas cambiais, a situação pouco se alterou, porque, em termos relativos, era de 7,56% em 1990 e passou para

8,02% em 2002. O incremento no número de visitantes não foi suficiente para aumentar a participação desse conjunto de países na apropriação das receitas oriundas do turismo mundial.

Por outro lado, o conjunto composto pela África e Oriente Médio apresentou pequenos incrementos relativos tanto no fluxo de visitantes quanto na participação nas receitas cambiais turísticas. Quanto ao primeiro aspecto, a participação passou de 5,41% em 1990 para 8,19% em 2002. Em relação às receitas cambiais, a África teve um insignificante crescimento em sua participação (de 2,03% em 1990 para 2,49% em 2002) e o Oriente Médio pas-

sou de 1,74% em 1990 para 2,73% em 2002. De qualquer forma, os números do conjunto citado também são modestos e as condições sociais e econômicas atuais não parecem indicar que

TABELA 2
RECEITA CAMBIAL TURÍSTICA POR REGIÃO DO MUNDO (EM %)

Região	1990	1995	2000	2002
Europa	54,88	52,31	48,53	50,72
Eua + Canadá	18,83	17,74	19,70	16,08
México + América Central	2,37	1,93	2,40	2,58
Caribe	3,32	3,19	3,59	3,5
América do Sul	1,87	2,10	2,51	1,93
Ásia + Oceania	14,97	18,47	18,36	19,97
África	2,03	2,03	2,29	2,49
Oriente Médio	1,74	2,23	2,63	2,73
Total	100	100	100	100

Fonte: Organização Mundial do Turismo. Elaboração própria.

⁴ É importante destacar que a significativa redução de fluxo turístico para o conjunto EUA/Canadá em 2002 deveu-se, sem dúvida, aos acontecimentos de 11 de setembro de 2001.

essas regiões venham a se tornar dinâmicas na economia mundial em geral e na economia turística, em particular.

A segunda tabela, que trata da receita cambial turística, acaba complementando a primeira. Nela enxerga-se, claramente, que a Europa, os Estados Unidos e o Canadá, juntos, concentravam 73,71% das receitas mundiais em 1990 e passaram para 66,80% em 2002. Já o conjunto composto pela Ásia e pela Oceania apresentou importante desempenho no mesmo período, passando de 14,97% para 19,97% das receitas cambiais. Isso pode ser explicado pela conjugação do processo de desvalorização das moedas locais com o aumento do número de visitantes, o que fez com que entrassem mais dólares nessas economias.

Aliás, o fator cambial parece ter sido o principal mecanismo de incremento turístico dos países da periferia ao longo do período. Quando o câmbio é desfavorável (isto é, quando a moeda nacional é valorizada frente ao dólar), o país tende a se tornar emissor líquido de turistas (isto é, o número de residentes que viajam é superior ao de visitantes). Esse foi o caso do Brasil, por exemplo, que implementou em 1994, uma política monetária de valorização cambial que refletiu no saldo negativo da conta turismo do

balanço de pagamentos.

Ora, é necessário assinalar novamente que o desempenho aparentemente impressionante do conjunto Ásia e Oceania foi puxado pela China, que vem tendo significativos índices de crescimento econômico há quase duas décadas. Na verdade, essa é uma evidência de que não é o turismo que, por si só, leva ao desenvolvimento, mas é o desenvolvimento econômico, como processo de expansão geral de uma dada economia (isto é, expansão da indústria, da agricultura, dos serviços), que proporciona as condições para que o turismo se desenvolva.

Voltando ao tema da concentração das riquezas mundiais no setor turístico, é preciso mencionar que até mesmo autores pró-turismo reconhecem essa situação: “as receitas do turismo contemplam essencialmente o mundo desenvolvido, onde se localizam as principais agências de viagem” (ROBINSON, 1999:22). Isso também já foi ressaltado por CAZES (1996), que destacou a crescente dependência dos países do Sul em relação ao sistema turístico multinacional, através de dois movimentos complementares.

De um lado, no quadro da irreprimível evolução mundial em vista da liberalização e da privatização, que só poderiam atingir também o turismo, por um processo geral e acelerado de desengaja-

mento do Estado que, em numerosos países do Sul, retrocede ao setor privado: companhias aéreas e outros transportes, hotéis e resorts, cassinos, centros de convenção, marinas, complexos turísticos, mesmo centrais de aprisionamento, agências e escritórios de turismo, escolas de formação profissional.

Por outro lado, e simultaneamente, a constituição ou reforço de uma rede turística transnacional de algumas firmas mundiais levadas, segundo as oportunidades, nas operações de controle vertical (transporte-produção e distribuição de viagens, hospedagem turística, etc; ilustrada na França por *Nouvelles-Frontières*, na Alemanha pelo primeiro operador do mundo, TUI) ou do desenvolvimento horizontal (como a constituição de megagrupos hoteleiros (...). Como nos outros setores econômicos, as modalidades de intervenção destas firmas multinacionais nos países do Sul modificaram-se. Suas implicações e seus investimentos diretos deixaram lugar a formas mais sutis, menos onerosas, sem ser menos constrangedoras: *franchisings* hoteleiros e comerciais, aportes tecnológicos e profissionais diversos. (p. 82)

Particularmente o primeiro movimento, de privatização e desregulamentação, aparece em publicação recente da

Organização Mundial do Turismo (OMT) como crucial para o “desenvolvimento” do turismo na periferia. A OMT está defendendo abertamente os princípios da Organização Mundial do Comércio, que apregoa a abertura total das economias nacionais, especificamente para as atividades de serviços, que contemplam o setor turismo. Abertura esta, traduzida na eliminação de restrições à entrada de capitais estrangeiros, controle de recursos naturais e acesso ao crédito e às isenções locais.

Em outras palavras, a OMT prescreve para o turismo a mesma receita genérica de abertura total e indiscriminada de mercados, relativa a outros setores da economia, que significa a capitulação final das políticas nacionais de desenvolvimento da periferia, substituídas pela dominação pura e simples dos grandes grupos industriais e financeiros internacionais.

Contrariando os mitos ideologicamente estabelecidos, queremos afirmar aqui que, na periferia do capitalismo, o turismo não se constitui em “motor do desenvolvimento”. Por isso concordamos com ARCHER & COOPER (2001) que afirmaram: “nos casos mais extremos o turismo internacional impôs aos países emergentes uma forma de desenvolvimento de tipo neocolonial. Esse neocolonialismo retira poder dos

níveis local e regional e o concentra nas mãos das companhias multinacionais” (p. 91).

E mesmo o aporte de divisas estrangeiras àqueles países pequenos que têm no turismo sua principal atividade econômica, acaba não beneficiando a maioria de suas populações. É isso o que também diz CAZES (1996):

“...muitos países frágeis e pouco diversificados economicamente devem importar o essencial dos equipamentos e dos produtos exigidos pelos visitantes estrangeiros... Um cálculo minucioso das contas exteriores do turismo, levando em consideração o conjunto das entradas e das saídas financeiras produzidas pela recepção do turismo internacional, conduz o mais freqüentemente, a confirmar o pensamento pessimista de François Ascher: **não é o turismo que permite o desenvolvimento, mas é o desenvolvimento geral de um país que torna o turismo rentável** (grifos nossos) (p. 80).

Quando analisamos o que acontece em vários locais do planeta, onde as canalizações de água e esgoto que servem a hotéis luxuosos passam por bairros pobres sem ser a elas ligadas; onde a eletricidade que ilumina e aquece o banho dos turistas não

chega até as comunidades locais; onde o asfalto que passa pelos roteiros turísticos contrasta com as ruelas esburacadas e enlameadas dos bairros pobres, muitas vezes a poucos metros da modernidade automobilística, concluímos que a especificidade do desenvolvimento pelo turismo, para a imensa maioria dos habitantes do mundo periférico, não passa de uma ilusão.

Ao mesmo tempo, parece claro que o turismo está mudando a geografia do mundo, inserindo nos circuitos econômicos globais localidades, regiões e países da periferia capitalista. A questão que se coloca, neste sentido, relaciona-se com as potencialidades do turismo em transformar a história de subdesenvolvimentos em uma inserção ativa, dinâmica, que modifique essas economias no sentido de promover um desenvolvimento endógeno, capaz de diminuir os males oriundos do atraso econômico.

Ora, o turismo não é, por si só, mais indutor do desenvolvimento do que as atividades agrícolas ou industriais. E tem se mostrado incapaz de reduzir a enorme distância que separa o centro da periferia. Passados mais de cinquenta anos de distintos projetos de desenvolvimento turístico nos países e regiões periféricos, alguém poderia afirmar que o Egito, a região do Caribe ou as

Ilhas Maldivas, para ficar somente nesses exemplos, saíram da condição periférica?

Também é evidente que o turismo é um veículo da modernização capitalista. Talvez seja essa sua principal função na globalização contemporânea: introduzir as relações sociais especificamente capitalistas, subordinando e mesmo extinguindo, muitas vezes, as formas sociais arcaicas, tradicionais. A jornalista Naomi KLEIN (2005), ao discutir a relação entre o *Tsunami* e o capitalismo, diretamente tocou no assunto, quando comentou:

“ Ahora el Banco Mundial esta usando el tsunami del 26 de diciembre para empujar sus políticas cortantes. Los países mas devastados que casi no há visto alivio de su deuda y la mayor parte de la ayuda de emergencia del Banco Mundial há ido em forma de prestamos, no a fondo perdido. Mas que enfatizar la necesidad de ayudar a las pequeñas comunidades pesqueras – mas de 80% de las víctimas de las olas – el banco esta empujando la expansión del setor turístico y granjas piscícolas industriales. Para las infraestructuras públicas dañadas, como carreteras y colégios, los documentos del banco reconocen que reconstruirlos “podría pensionar las

finanzas públicas” y sugiere que los gobiernos consideren las privatizaciones (si, solo tienen una idea). “Para ciertas inversiones”, según se dicen en el plan de respuesta al tsunami del banco, “podría ser apropiado utilizar financiación privada” (p. 3-4).

De acordo com a jornalista citada, a Secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, provocou uma pequena controvérsia quando descreveu o *Tsunami* como “*uma maravilhosa oportunidade que ha pagado grandes dividendos para nosotros*” (idem). Qual o sentido desta declaração? É que o desastre natural literalmente varreu das zonas costeiras populações inteiras, facilitando a acumulação de capital turístico. Por isso, diz a autora, citando uma entidade ligada à reconstrução local da Tailândia (*Thailand Tsunami Survivors and Supporters*), “*para los políticos negociantes, el tsunami era la respuesta a sus oraciones, ya que literalmente barrió estas áreas costeras de las comunidades que habían previamente paralizado sus planes turísticos, hoteles, casinos y sus granjas de gambas. Para ellos, todo esta área costera era ahora tierra abierta!*” (idem).

Assim, enquanto os povos pescadores estão sendo forçados a viver no interior, nas barracas

de estilo militar, “*los gobiernos, las corporaciones y los donantes extranjeros se están agrupando para reconstruirla como a ellos les gustaria que fuera: playas como campos de juegos para turistas, los oceanos como minas de agua para flotas pesqueras corporativas, servidos por aeropuertos privatizados y carreteras construidas com el dinero prestado*” (idem). Trata-se, neste caso, do aproveitamento de uma oportunidade oriunda por um desastre natural para instituir rapidamente a lógica das relações capitalistas, alterando a forma de propriedade e levando a parte da população que voltará à costa litorânea modificada a inserir-se nas relações assalariadas de trabalho. Essa se constitui em uma forma acelerada da modernização turística, em suma.

O fato é que se trata de um poderoso agente de transformações sociais e espaciais. Menciona-se isso porque as atividades ligadas ao turismo são “consumidoras” de espaço, através da criação das infra-estruturas hoteleiras, de alimentação, de comércio e de especulação imobiliária (refiro-me aos grandes prédios que surgem na paisagem das orlas marítimas) e mesmo das infra-estruturas públicas, como rodovias pavimentadas. É por isso que, para retomar as afirmações

feitas no início deste texto, o turismo desponta nas regiões periféricas como a mais recente promessa de desenvolvimento, e em alguns discursos (inclusive acadêmicos), aliás, como a única chance de se alcançar o tão almejado desenvolvimento.

Ora, pensar que uma nação possa realmente galgar melhorias econômicas e sociais somente com a preponderância de atividades servis – que caracterizam a economia turística – é desejar muito pouco para o futuro. Mesmo porque os principais centros turísticos do mundo, que não por acaso são os países centrais, só alcançaram esse estágio por conta da diversidade de atividades econômicas, notadamente as industriais. Limitar-se a venda das paisagens ou da beleza plástica do povo é condenar esse povo a existir como “museu vivo” do turismo internacional. É continuar reproduzindo o colonialismo através da existência dos habitantes locais exclusivamente como servidores do turismo, como fontes de leite sexual (o turismo sexual) ou como seres exóticos que existem como temas de fotografias e filmagens. ◀

Referências Bibliográficas

- ARCHER, B. e COOPER, C. 2001. Os impactos positivos e negativos do turismo. In: THEOBALD, W.F. (org.). *Turismo global*. São Paulo, SENAC.
- BOUHDIBA, A. 1981. Turismo de massa e tradições culturais. O correio da Unesco. Rio de Janeiro, ano 9, n. 4, p. 4-8, abril de 1981.
- BURSZTYN, Ivan. 2003. Especulação imobiliária no litoral cearense. Instituto Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, *Caderno Virtual de Turismo*, n. 7, junho de 2003, 12 folhas. Disponível em www.ivt-rj.net. Acesso em 10.06.2003.
- CANCLINI, Nestor G. 1983. As culturas populares no capitalismo. São Paulo, Brasiliense, 149 p.
- CASTELLS, Manuel. Fim de milênio. São Paulo, Paz e Terra, 1999. (Terceiro Volume da trilogia “A era da informação: economia, sociedade e cultura”).
- CAZES, Georges. Turismo e subdesenvolvimento: tendências recentes. In: RODRIGUES, Ayr B. (Org.). Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo, Hucitec, 1999.
- CHÁVEZ, Raymond. Globalización y turismo: mezcla mortal para los pueblos indígenas. *Revista del Sur*, Montevideo, n. 91, maio de 1999, 5 f. Disponível em www.revistadelsur.org.uy. Acesso em 24.03.2003.
- KLEIN, Naomi. El auge del capitalismo del desastre. In: www.rebellion.org, 05.05.2005, acesso em 21.05.2005.
- KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do turismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, 235 p.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução ao turismo. São Paulo, Rocca, 2001, 385 p.
- OURIQUES, Helton R. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas, Alínea, 2005, 160 p.
- _____. O desenvolvimento do turismo nas periferias do capitalismo. In: *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico*, número 61, junho de 2006, 5 páginas. Disponível na página < www.espacoacademico.com.br>.
- PERA, Lee e McLAREN, Deborah. Globalización, turismo y pueblos indígenas: lo que debemos saber acerca de la “industria” más grande del mundo. *Turismovisión*. Informativo de Tourism Watch, n. 6, outubro de 2001, 6 f. Disponível em www.tourism-watch.org/esp. Acesso em 11.09.2003.
- PLEUMARON, Anita. Turismo, globalización y desarrollo sustentable. *Revista del Sur*. Montevideo, n. 91, maio de 1999, 9 f. Disponível em www.revistadelsur.org.uy. Acesso em 24.03.2003.
- ROBINSON, M. Por um turismo consensual. In: Turismo e cultura. Um casamento por conveniência. O Correio da Unesco, Brasília, set./out. 1999, p. 22-23.
- SAAL, U. “...Cuando los turistas llegaron...”. Desarrollo y Cooperación. Bonn, Fundación Alemana para el Desarrollo Internacional, n. 2, 1987, p. 8-11.
- TURNER, L. e ASH, G. La horda dorada. Madrid, Ediciones Endymion, 1991.
- VARGAS, Rosa. En el outro Cancun, suicídios y pobreza para descendientes mayas. La Jornada, México, 10.09.2003. Disponível em www.lajornada.mex. Acesso em 12.09.2003.

Os trabalhadores da hotelaria no Brasil

ADRIANO LARENTES DA SILVA*

Há muito se houve falar da realidade hoteleira no Brasil. O foco dos discursos é, quase sempre, o nosso atraso e subdesenvolvimento, explicitado pela ausência de estruturas adequadas para receber os turistas, gestões administrativas pouco eficientes, os baixos investimentos no setor pelo poder público e, com maior ênfase, a falta de mão-de-obra qualificada e a dificuldade de disciplinarização dos trabalhadores às rotinas dos estabelecimentos hoteleiros.

As soluções apontadas para esses problemas são uma maior profissionalização do setor, com a substituição das gestões familiares, o investimento em campanhas publicitárias, em logística e infra-estrutura, a busca de nichos de mercado ou segmentos turísticos diferenciados, a oferta de cursos de qualificação profissional, entre outras.

A resolução dos atuais problemas da hotelaria brasileira, segundo o discurso dominante, permitiria melhorarmos os produtos oferecidos, alavancarmos o desenvolvimento do turismo e do setor hoteleiro no Brasil, tornando-nos

mais competitivos com outros países receptores de grande número de turistas, em especial os europeus, além de ampliarmos o lucro das empresas e gerarmos o crescimento do emprego e do PIB nacional.

Já em relação aos trabalhadores, seus direitos, suas condições de trabalho e suas demandas, pouco ou nada se fala. Em geral, são tratados como sujeitos anônimos a serviço do capital, só mencionados quando o assunto é o aumento da produtividade e do lucro. Como vivem os trabalhadores da hotelaria no Brasil? Quais suas necessidades e seus sonhos? O que pensam sobre os meios de hospedagem, os padrões, o turismo?

É bastante provável que se buscássemos respostas a estas e outras perguntas, teríamos um quadro bem diferente daquele pintado por boa parte da imprensa, da academia e do empresariado nacional. É provável que o mundo de sonhos vendido pelos meios de hospedagem e pelos promotores do turismo deixaria de existir, as demandas reais existentes, inclusive por qualificação, talvez seriam outras e haveriam muitas divergências em relação aos problemas e as soluções apontados, explicitando que Capital e Trabalho não partilham

dos mesmos interesses e projetos, por mais que as diferentes formas de alienação dos trabalhadores possam, por vezes, levarmos a incorporar os discursos e as práticas dominantes.

Entender o que é, de fato, a hotelaria brasileira e, principalmente, qual é a realidade dos seus trabalhadores é, sem dúvida, um dos grandes desafios do movimento sindical na atualidade. Neste sentido, um estudo recente encomendado por nossa escola ao DIEESE - Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos, e publicado por meio de convênio entre a Escola Sindical São Paulo e o Ministério do Trabalho e Emprego, traz dados bastante instigantes.

O foco do estudo do DIEESE são os meios de hospedagem no Brasil e os seus trabalhadores. A pesquisa apresenta dados referentes ao período de 1995 a 2005 sobre os trabalhadores com e sem contrato formal de trabalho, de micros, pequenos, médios e grandes empreendimentos hoteleiros.

Neste estudo, o DIEESE mostra que, se por um lado, o turismo e a hotelaria no Brasil se ampliam e se profissionalizam cada vez mais, gerando empregos

* Adriano Larentes da Silva é historiador, doutorando em História pela UFSC, onde pesquisa sobre *As migrações Internacionais e o Mundo do Trabalho*. Desde 2002 atua na Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT como educador e coordenador pedagógico. Foi professor da UFSC no período de 2004 a 2006.

e divisas para o país, por outro, geram riqueza e desenvolvimento de forma bastante desigual. No Brasil, uma das marcas da hotelaria e do turismo é o trabalho sem registro, temporário e extenuante, de trabalhadores com baixa escolaridade, com pouco ou nenhum acesso à qualificação profissional, os quais dão vida a toda uma gama de serviços que são fundamentais para o desenvolvimento do turismo e da hotelaria local e globalmente.

Segundo este levantamento, havia, em 2005, mais de 4,5 milhões de trabalhadores ocupados no setor de turismo, a maior parte deles empregada nos segmentos Alimentação, Transporte rodoviário de passageiros e Alojamento. Neste último segmento havia, neste mesmo ano, 21,4 mil estabelecimentos, que empregavam formalmente em torno de 227 mil pessoas, quase 80% delas em áreas não metropolitanas.

O tamanho das empresas hoteleiras era predominantemente de pequeno porte, com até 19 empregados, porém, os que mais empregaram foram os empreendimentos hoteleiros de médio porte. A distribuição dos empregados em alojamentos no ano de 2005 era de 47% na Região Sudeste, 24% na Região Nordeste, 17% na Região Sul, 8% e 4% nas regiões Centro Oeste e Norte, respectivamente.

O perfil dos trabalhadores formais no alojamento, em 2005,

revela que as mulheres eram a maioria na categoria em todas as regiões metropolitanas com 55%. Mesmo assim, a exemplo do que ocorre em outros setores econômicos, ficou constatado que as diferenças salariais entre os sexos ainda persistiam ou já existiam. “Em 1995, o salário da mulher correspondia a 75% do salário masculino. Em 2005, essa proporção era de 77% (R\$ 549 contra R\$ 711)”, informa o DIEESE.

Os trabalhadores com idade entre 18 e 29 anos representavam 37% dos contratados formalmente no setor, apesar de existirem 32% de empregados com idade entre 30 e 39 anos. Já a situação da escolaridade indicava que ainda havia um grande déficit educacional entre os trabalhadores dos meios de hospedagem. Mesmo os números de 2005 sendo bem melhores do que os registrados em 1995, o estudo apontou que 54% dos empregados em alojamentos tinham, no máximo, até a 8ª série completa. No que se refere à remuneração percebeu-se que, com exceção de São Paulo, as diferenças entre as regiões metropolitanas eram pequenas. Porém, verificou-se que os rendimentos médios dos empregados apresentavam diferenças acentuadas quando comparadas, por exemplo, as regiões Sudeste e Sul, onde o rendimento médio era maior, com a região Nordeste, onde era menor.

Quanto às principais ocupa-

ções exercidas no setor de hospedagem, o garçom apareceu na pesquisa com 51%, seguido da camareira com 24%, recepcionista 11% e porteiro com 8%. A maior remuneração das respectivas ocupações relacionadas acima era do recepcionista e a menor, da camareira.

Percebeu-se que os perfis dos trabalhadores sem contrato formal no alojamento quanto ao sexo eram bastante parecidos com os dos trabalhadores com contrato formal. No entanto, a faixa etária predominante entre os informais era de jovens com até 24 anos de idade.

Quando o assunto é a etnia e a cor, os dados revelaram o quanto ainda precisamos avançar no Brasil, para superar as desigualdades existentes. Segundo o levantamento, eram poucos os negros que ocupavam cargos gerenciais e de supervisão, 27 e 31% respectivamente, enquanto no setor de governança estes eram a maioria dos trabalhadores.

Em relação aos rendimentos dos empregados com e sem carteira de trabalho assinada, constatou-se que, de uma forma geral, eram muito baixos, variando entre um a dois salários mínimos. Ressaltou-se que os trabalhadores sem carteira assinada apresentavam uma situação ainda mais desfavorável em relação aos empregados com carteira assinada. Segundo o estudo, a grande maioria deles recebia até um salário mínimo e

permanecia menos de um ano no emprego, o que revela que havia uma alta rotatividade no setor. O tempo médio de permanência dos trabalhadores que não possuíam registro era de 2,8 anos e para os trabalhadores que possuíam registro era de 4,1 anos. A jornada de trabalho nesse setor era bastante elevada tanto para os trabalhadores formais quanto para os informais, sendo geralmente superior às 44 horas semanais.

Outro aspecto importante e bastante original da pesquisa refere-se à negociação da qualificação profissional dos trabalhadores. Com base em 35 convenções coletivas, o DIEESE mostrou que temas relativos à qualificação dos trabalhadores estavam pouco presentes nas mesas de negociação entre capital e trabalho. Deste total, apenas 12 convenções possuíam cláusulas que tratavam do tema, sendo que em apenas uma os trabalhadores tinham garantido adicional de salário por qualificação, o que mostra que na maioria das vezes as exigências das empresas por trabalhadores mais qualificados não se convertiam em maior remuneração. De acordo com o DIEESE, poucas convenções asseguravam compromissos efetivos das empresas com a qualificação do trabalhador. Já em relação aos “empregados estudantes”, a situação era um pouco melhor. Das 35 convenções observa-

das, 28 incluíam ao menos uma cláusula a esse respeito, apesar de apenas uma garantir a concessão de abono salarial aos trabalhadores. As demais tratavam da liberação do empregado estudante em dias de provas e exames, da jornada de trabalho e, em um caso, de acordo entre empresas e sindicatos para estágios dos estudantes trabalhadores. Ao que parece pelos dados acima, boa parte do movimento sindical ainda desconsiderava que a luta pela qualificação profissional e pela elevação da escolaridade poderia trazer ganhos importantes para os trabalhadores e significar novas relações de proximidade com suas bases. Ou em outros casos, não avaliava com precisão os riscos de uma qualificação aligeirada, fragmentada e focada apenas no mercado, feita muitas vezes por instituições mantidas pelos próprios empresários e cuja finalidade era formar trabalhadores disciplinados, produtivos e lucrativos.

Segundo levantamento feito pelo DIEESE, existia, em 2006, no Brasil, 256 entidades sindicais representativas dos trabalhadores no setor de Turismo e Hospitalidade, a maior parte delas concentradas nas regiões Sudeste e Sul do país. Por outro lado, o DIEESE também revelou que um dos grandes desafios do movimento sindical brasileiro nos próximos anos será enfrentar as gran-

des redes hoteleiras que têm se implantado com muita força especialmente no Nordeste do Brasil, alterando não só as exigências em relação à certificação profissional, ao perfil do trabalhador da hotelaria e à dinâmica de trabalho nessa área, mas também a realidade das comunidades locais, as quais, ao se inserirem na lógica do turismo, vão adaptando seu modo de viver, morar e trabalhar. Com isso, suas práticas culturais tornam-se aos poucos produtos que, juntamente com a paisagem e os recursos naturais, passam a circular no mundo dos fetiches vendidos pelo turismo e a hotelaria.

A ascensão da atividade turística em diferentes localidades do Brasil e, especialmente, a expansão de empreendimentos hoteleiros de médio e grande portes, também influenciam a busca de novos padrões ou perfis de trabalhadores e o aumento das exigências de qualificação profissional. Assim como ocorre em outros setores, o discurso hegemônico é o do trabalhador com baixa ou nenhuma qualificação, o que, na opinião dos empresários, interfere negativamente no desenvolvimento do turismo. Por outro lado, estes mesmos empresários continuam pagando baixos salários, submetendo os trabalhadores a longas e extenuantes jornadas de trabalho e investindo pouco ou nada em qualificação dos seus tra-

balhadores, seja em função dos custos ou por defender que essa é uma obrigação do Estado e não da iniciativa privada.

Enquanto isso, os trabalhadores buscam desesperadamente se capacitar para atender as demandas impostas pelo capital, procurando muitas vezes cursos rápidos, caros e de baixa eficácia do ponto de vista de suas reais necessidades de aprendizagem. Como apontou o estudo feito pelo DIEESE, os níveis de escolarização dos trabalhadores da hotelaria eram baixos, o que nos indica que não é possível pensarmos em qualificação sem considerar que antes é necessário garantir, no mínimo, o direito de acesso à Educação Básica. Ou, de preferência, aliar a busca por saberes específicos à construção de percursos que integrem educação propedêutica (escolarização) à educação profissional, rompendo com a dicotomia entre conhecimentos técnicos e gerais.

Portanto, cabe ao movimento sindical a dura tarefa de se preparar para os novos desafios que estão colocados, primeiramente entendendo a dinâmica do turismo e da hotelaria no Brasil e no mundo e, posteriormente construindo estratégias de atuação junto aos movimentos sindicais brasileiro e internacional e aos seus trabalhadores de base. Além disso, é preciso estar atento às exigências de certificação impostas

aos trabalhadores atualmente, pois estas têm implicações diretas nas relações de trabalho e nos direitos trabalhistas. Trata-se, portanto, de reconhecer que a qualificação profissional é importante para os trabalhadores e lutar para que esta seja tratada como um direito, que deve ser garantido, também pelos empresários, juntamente com o direito à educação, saúde, moradia e tantos outros. Esta qualificação, no entanto, precisa ir para além do mercado, da fragmentação, do treinamento e de uma formação baseada no modelo das habilidades e competências profissionais.

Outra tarefa do movimento sindical é acompanhar o processo de instalação de grandes empreendimentos hoteleiros em todo o Brasil, denunciando os impactos causados nas condições de trabalho, no meio ambiente e nas comunidades locais. Este é um embate que está para além das mesas de negociação entre Capital e Trabalho e que implica em ampla discussão sobre os destinos da cidade, estados e país.

Para concluir, diria que precisamos estar atentos aos destinos do turismo e hospitalidade no Brasil, combatendo o discurso hegemônico que desconsidera que o bom atendimento e o sucesso dos empreendimentos hoteleiros passa fundamentalmente pelo respeito aos trabalhadores e seus direitos, e que estes não se limi-

tam ao local de trabalho e a uma remuneração decente. Ou seja, para ter clientes satisfeitos é necessário ter trabalhadores satisfeitos e isto implica na redução das atuais jornadas de trabalho da hotelaria, o cuidado com a saúde dos trabalhadores, inclusive com a garantia de equipamentos adequados a cada espaço, o respeito às diferenças e o combate a todas as formas de discriminação existentes, a equidade de salários entre homens e mulheres, o acesso à educação gratuita e de qualidade para o trabalhador e sua família e, é claro, uma remuneração menos aviltante do que a praticada atualmente, que permita aos trabalhadores o acesso à uma boa alimentação e moradia, ao lazer, a espaços culturais e tantas outras coisas. Além disso, é preciso deixar de tratar os trabalhadores como meros serviçais que, por vezes, precisam se submeter a situações humilhantes para conseguir uma mísera renda extra ou para não serem demitidos.

Enfim, se queremos de fato transformar para melhor a hotelaria brasileira, temos que explicitar que ela não existe sem os homens e mulheres que nela trabalham, os quais são os produtores de toda a riqueza gerada no setor e esse é o ponto de partida de qualquer mudança que se busque. ◀

Os desafios da organização sindical e da negociação e contratação coletiva da qualificação socioprofissional no Turismo e Hospitalidade

LUCILENE BINSFELD ⁵

“A sala de aula não é um lugar onde se lê porque a escola quer; mas é o lugar em que em função de compreender a própria história vivida ou contada, lê-se para compreender aquilo que o aluno já traz como saber.” Gramsci (1992, p.62)

A Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS /CUT - representante do movimento sindical cutista no setor de turismo e hotelaria, na perspectiva de fortalecer a luta e o processo de organização dos trabalhadores do ramo, enfrenta constantemente novos desafios os quais se somam aos já conhecidos problemas estruturais da sociedade brasileira.

Na década de 80, do século XX, a CUT – Central Única dos Trabalhadores - tornou-se a principal referência para os trabalhadores brasileiros que lutavam contra o modelo de desenvolvimento em curso, concentrador de renda e de riquezas, cuja política econômica,

num período de inflação galopante, arrojava os salários levando os trabalhadores a recorrer à greve como principal ferramenta dos sindicatos no combate ao contínuo processo de precarização das condições de trabalho e da qualidade de vida. Neste período, já era inquestionável a importância do papel ocupado pela CUT no cenário político brasileiro. No entanto, os próprios dirigentes da Central começavam a reconhecer certas limitações da prática sindical cutista diante dos novos desafios a serem enfrentados pelo movimento sindical brasileiro. Ou seja, constata-se que além da necessidade de dar continuidade ao processo de resistência às imposições e interesses do capital, era preciso, ao mesmo tempo, demonstrar a procedência e viabilidade das reivindicações e propostas construídas pela classe trabalhadora.

Para tanto, colocava-se como tarefa imediata a consolidação das instâncias da CUT em duas dimensões: a) em uma dimensão horizontal que representasse a consciência classista dos trabalhadores e, a par-

tir daí, ampliar e fortalecer as lutas do conjunto da classe tendo em vista a alteração da correlação de forças na sociedade em busca de um novo padrão de desenvolvimento, bem como fazer avançar o processo de democratização no âmbito da sociedade e do Estado; b) em uma dimensão vertical, cuja estratégia consistia em aprofundar a crítica ao sindicato corporativista e economicista da era Vargas rumo à sua superação, pondo em curso a construção de um novo tipo de sindicato, agora por RAMO DE ATIVIDADE. Buscava-se com isto, lograr um novo tipo de organização dos trabalhadores o qual pudesse responder aos desafios decorrentes das novas formas de gestão e organização do capital, impondo aos trabalhadores a necessidade de compreender o seu trabalho na lógica de toda uma cadeia produtiva.

Assim, em 1991, a Contracs foi fundada. Com objetivo de organizar, em âmbito nacional, os trabalhadores dos setores de comércio e serviços, nos quais incluem-se os trabalhadores em hotéis, pousadas,

⁵ Lucilene Binsfeld é pedagoga pela Universidade Estadual de Santa Catarina – UDESC e atualmente é Presidente da Confederação Nacional do Trabalhadores no Comércio e Serviços - CONTRACS da Central Única dos Trabalhadores - CUT.

bares, restaurantes, ou seja, trabalhadores ligados ao setor do turismo e hospitalidade. Importante ressaltar que o segmento de turismo encontra-se inserido no setor terciário ou de serviços, que no Brasil vem apresentando uma participação crescente nos indicadores sobre o produto interno bruto - PIB (BNDES, 1999).

Uma das tarefas da Contracs, além de organizar e fortalecer a luta dos trabalhadores do setor no enfrentamento com o patronato é promover processos de negociação e contratação coletivas, entendidas como dimensões por onde, também, se explicitam os conflitos entre capital e trabalho. Considerando-se as dificuldades de organização dos trabalhadores deste setor, dada a sua dispersão e diversidade, assim como as suas inseguranças e vulnerabilidade decorrentes dos inúmeros ataques aos direitos fundamentais da categoria, é preciso um grande esforço organizativo e um significativo investimento no processo de convencimento para a luta em defesa de seus próprios direitos.

No setor de turismo e hospitalidade verificamos, cada vez mais, novas demandas do capital em relação aos trabalhadores, como exemplo: exigências quanto a aparência, escolaridade, compromisso com a empresa (agora o trabalhador deixou de ser empregado, passou a ser chamado de sócio ou colabora-

dor), entre outras. Em contrapartida, continua percebendo baixos salários, tendo relações de trabalho temporárias e/ou terceirizadas, extensas jornadas de trabalho, entre outras formas de precarização. O argumento é sempre o mesmo: “*o fundamental é promover o progresso econômico, a transformação para atender a necessidade de vida moderna do lugar e dos turistas*” (OURIQUES, 2005).

Por outro lado, verificamos nos locais de crescimento do turismo, tendo como exemplo a Ilha de Florianópolis, a exploração dos trabalhadores locais em período de “alta estação” e depois o total abandono, tendo como resultante a situação de desemprego. Nos locais de turismo, são impostos aos trabalhadores qualquer tipo de trabalho, e muitas vezes em condições que vão contra as leis trabalhistas vigentes, representando, na prática, a flexibilização dos seus direitos. Ou aceitam tais condições ou correm o risco de ficar a margem do mercado de trabalho durante o resto do ano. Por estes motivos, é que para nós da Contracs, o investimento no processo da educação integral dos trabalhadores é visto como um dos elementos focais de uma estratégia de ação sindical que pretende fazer avançar não apenas o processo de organização dos trabalhadores, mas também a disputa de hegemonia na sociedade, cuja perspectiva histórica reside na conquista da

emancipação da classe trabalhadora em nosso país.

Educação Integral como estratégia do movimento sindical

A educação, em especial a qualificação profissional dos trabalhadores, entrou em debate na CUT e na CONTRACS, primeiramente na perspectiva de questionamento dos métodos e padrões tradicionais de educação: “*a metodologia deve se orientar por uma linha onde os participantes são sujeitos do processo*”. (CUT, 2002).

A partir desta perspectiva, a Contracs percebeu a importância de incorporar a educação integral como parte estratégica na sua atuação. Muitos são os motivos para essa decisão, entre eles:

a) o processo de reestruturação produtiva e a introdução de novas tecnologias alterando a realidade das categorias profissionais e colocando novas demandas de formação;

b) a necessidade de buscar alternativas diante do crescimento do mercado informal e do desemprego;

c) necessidade de criar uma proposta de formação profissional capaz de formar um ser crítico na sociedade, apresentando-se como alternativa ao tipo de formação desenvolvida pelo Sistema S, restrita ao adestramento dos trabalhadores;

d) possibilidade e importância de disputar a hegemonia em torno das propostas de políticas públicas de educação de jovens e adultos e qualificação profissional;

e) necessidade de articular e trabalhar a formação profissional em consonância com as políticas de geração de trabalho, renda e alternativas de desenvolvimento local.

Esses motivos norteiam as estratégias formativas da CONTRACS / CUT, compreendendo que a formação profissional deve superar a visão restrita de formar para responder às necessidades da produção sob a ótica do lucro. A educação integral dos trabalhadores, por nós concebida, compreende o homem como ser integral, cujas relações são objeto de reflexão crítica, visando a libertação da opressão e das condições de exclusão social, em particular, as provenientes de valores e atitudes de cunho discriminatório como as raciais, sexuais, religiosas, dentre outras. Nesta perspectiva defendemos a educação e a qualificação profissional como direitos inalienáveis e fundamentais dos trabalhadores para o exercício pleno da cidadania ativa e é por esta razão que a noção de educação integral norteia toda a ação da Contracs no campo da negociação e contratação da qualificação dos trabalhadores, seja no âmbito das relações capital e trabalho ou das políticas públicas.

A importância do PROESQ “*Quem luta também educa!*”

O PROESQ – Projeto Especial de Qualificação, foi criado a partir do Plano Nacional de Qualificação – PNQ - no atual Governo Lula. Esse projeto tem como um dos seus princípios colocar em novas bases o debate e a condução das políticas de qualificação nos diversos âmbitos de organização da sociedade e das políticas públicas.

As diretrizes do PNQ têm base no entendimento da Qualificação como um conjunto de políticas que se situam na fronteira do Trabalho e da Educação (articulando-os) e que se vinculam, intrinsecamente, a um Projeto de Desenvolvimento de caráter incluyente, voltado a geração de trabalho, a distribuição de renda e a redução das desigualdades regionais.

Esse princípio de “articular” o Trabalho com a Educação, para a CONTRACS / CUT, é de fundamental importância para o movimento sindical, pois coloca a sociedade civil como um ator importante no debate da qualificação profissional para os trabalhadores.

Com a realização do PROESQ *Quem luta também educa!*, no ano de 2006, na Escola de Hotelaria e Turismo Canto da Ilha, reunimos diversos educadores e dirigentes sindicais de 12 entidades do setor de hotelaria e turismo,

de diversos locais do nosso país. Debatesmos a situação dos trabalhadores, seus problemas e demandas, traçamos um perfil da categoria, discutimos as relações trabalhistas, e isso nos proporcionou elementos para avançarmos na compreensão e nos debates sobre os desafios da qualificação sócio-profissional que interessa aos trabalhadores do setor de turismo e hospitalidade. Destacamos que a partir dos acúmulos obtidos até aqui, estamos aprimorando nossas intervenções no campo da educação dos trabalhadores e pretendemos avançar muito mais nas formulações e definições de estratégias que possam alterar o perfil das relações precárias de trabalho hoje prevalecente neste setor em nosso país. ◀

Bibliografia

- SAAB, William G. L. 1999. Considerações sobre o desenvolvimento do setor de turismo no Brasil. WGL Saab - BNDES Setorial, ebndes.com
- OURIQUES, Helton Ricardo. 2005. A produção do turismo: fetichismo e dependência. Campinas, Editora Alínea.
- Central Única dos Trabalhadores. Cadernos do núcleo temático Transformações no Mundo do Trabalho: Reestruturação produtiva, relações de trabalho e formação Sindical. São Paulo, CUT.
- Rede Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho, Avaliação Externa do Projeto Nacional de Qualificação Profissional CUT/Brasil, 2002. Relatório Final, Julho 2002.

A Educação Integral dos Trabalhadores

Capítulo 2

Políticas de qualificação social e profissional: entrevista com José Celestino Lourenço

Com a intenção de trazer alguns elementos que possam contribuir na compreensão da estratégia da CUT, por meio da sua Rede de Formação, no campo da educação integral dos trabalhadores conversamos com o professor José Celestino Lourenço, Tino, que atualmente é Secretário Nacional de Formação da CUT e Diretor Geral da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha. Tino, falando a partir das experiências desenvolvidas por meio do PROESQ *Quem luta também educa!* explicita os principais elementos

da concepção e estratégias da CUT no campo da qualificação sócio-profissional dos trabalhadores.

Revista: *Quais os principais avanços obtidos no campo da qualificação profissional nos últimos anos em sua visão?*

Tino: Na minha compreensão, de 2003, quando se iniciou a gestão do Presidente Lula, até o momento, houve um conjunto de mudanças na legislação educacional de modo geral, que significam avanços importantes não apenas no campo da qualificação profissional. Para ficar apenas em alguns exemplos, no âmbito do Ministério da Educação, a revogação do Decreto 2.208/97 que impedia a articulação da Educação Básica com a educação profissional, e a promulgação do Decreto 5.154/04, trazendo novamente esta possibilidade, a criação do FUNDEB – Fundo de

Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério, que era uma reivindicação da sociedade brasileira e a ampliação das parcerias entre estados, municípios e a União com a sociedade civil por meio do Programa Brasil Alfabetizado visando construir as condições para uma ampla mobilização nacional para o enfrentamento de uma das maiores dívidas sociais do Estado com parcela significativa dos seus cidadãos, considero indicadores importantes de mudanças. Já no âmbito do Ministério do Trabalho, na minha opinião, a mudança mais significativa no campo da qualificação profissional se deu a partir da Resolução nº 333 de 10/07/2003 do CODEFAT a qual normatiza o funcionamento do Programa Nacional de Qualificação - PNQ. Esta Resolução trouxe não apenas novas diretrizes para a gestão da qualificação profissional, mas sobretudo, traz no seu bojo uma

nova perspectiva histórico-social da formação dos trabalhadores. Isso é muito claro quando ela introduz na política de formação profissional do MTE, como um dos indicadores da chamada eficiência da qualificação, a sua relação, não apenas com o emprego, mas também com a escolarização dos trabalhadores. O objetivo que está inserido nesta definição é estimular os diferentes atores no campo da qualificação a formularem propostas pedagógicas que articulem os conteúdos do mundo do trabalho com os da educação geral. Este aspecto, no meu entender, é uma ruptura radical com a visão da formação profissional como mero treinamento, adiestramento, para a execução de determinadas tarefas. Traz a compreensão de que a qualificação dos trabalhadores tem que ser compreendida como processo contínuo, permanente e inserido em contextos sociais muito particulares, mas que ao mesmo tempo demandam conhecimentos universais. Daí a noção de qualificação sócio-profissional. Uma noção que informa a sociedade que pela qualificação profissional também se deve buscar meios de fortalecer a condição de cidadania dos trabalhadores e não apenas concebê-la como formação para o trabalho. Isso, radicalizando a concepção que está por traz desta definição, implicaria num completo repensar sobre a

relação entre as políticas públicas no campo da qualificação profissional e da educação de jovens e adultos em nosso país, desde os processos de alfabetização. Ou seja, a relação entre MEC E MTE, no sentido de potencializar as políticas no campo da educação dos trabalhadores e suas formas de financiamento. Mas acho que ainda estamos longe de chegarmos neste patamar de compreensão e articulação. Nós da CUT continuaremos batendo nesta tecla porque acreditamos ser possível construir tal estratégia por dentro do Sistema Público de Emprego. Outro aspecto que destaco como avanço importante na forma de execução do PNQ, foi a sua reconfiguração institucional. Ou seja, a partir da compreensão de que cada plano ou programa tem de ser concebido para responder demandas e objetivos muito bem definidos, e de forma articulada aos desafios do Desenvolvimento Sustentável, forjou-se novas formas de execução das ações sem os riscos das sobreposições. Hoje, você percebe claramente que dentro do PNQ há estratégias para o atendimento das demandas mais gerais – por meio dos Planos Territoriais de Qualificação – PLANTEQs. Há estratégias para atendimento das demandas decorrentes do desenvolvimento tecnológico setorial – PLANSEQs - e há estratégias para se estimular o

processo contínuo de desenvolvimento metodológico no campo da formação dos trabalhadores – PROESQs. Mesmo avaliando que ainda há de se avançar na articulação destas estratégias, acho fundamental que esta política tenha continuidade porque vem se mostrando correta na sua concepção. Há neste conjunto de exemplos, muitas contradições, muitos limites a serem superados. No entanto, não podemos negar que trazem indicadores importantes de mudanças. Caberá a sociedade compreendê-las, criticá-las e propor estratégias que busquem o seu aprimoramento. Nós da Central Única dos Trabalhadores não abdicaremos de nossas responsabilidades.

Revista: *Tino, você já ressaltou a importância do PROESQ na perspectiva de fortalecer a noção de uma nova institucionalidade da qualificação profissional. Agora, explicita para a gente, o que o PROESQ Quem luta também educa! tem em relação com a atuação dos trabalhadores nas definições de políticas públicas no campo da qualificação profissional?*

Tino: Durante muito tempo foram os empresários, às vezes com a ajuda da academia, que, a partir das suas estratégias de acumulação, impuseram o tipo de formação que os trabalhadores



Professor José Celestino
Lourenço (Tino)

necessitavam. Nós, trabalhadores, nunca fomos chamados para opinar sobre qual formação nos interessava. Fomos treinados para sermos meros executores de tarefas repetitivas. Vieram os novos tempos, as novas tecnologias, os novos discursos da necessidade de maior interação entre capital e tra-

balho. Deixamos de ser empregados, funcionários e passaram a nos chamar de colaboradores, cooperadores e, em alguns casos, nos chamam até de sócios. Imaginem vocês o poder simbólico destas palavras. Trata-se na verdade de uma nova forma de cooptação dos

trabalhadores para os interesses das empresas. Ou seja, ao capital já não interessa mais somente a força física do trabalhador, agora ele quer a sua alma, a sua consciência. Por isso, as empresas passaram a investir em um novo tipo de formação para elevar, também a auto-estima. O trabalhador pela força das palavras, passa a acreditar que, de fato, ele é parte constituinte do corpo, da família da empresa. O fracasso da empresa passa a ser compreendido, se ocorrer, como seu fracasso. Este é o desafio que o sindicalismo tem de enfrentar neste novo momento. Investir em um processo de formação, de qualificação, que desmitifique este fetiche. Que leve o trabalhador a entender que capital e trabalho sempre estarão em pontos opostos de uma mesma linha. É aí que entra a importância dos trabalhadores intervirem nas definições das políticas públicas de qualificação. Porque é no momento da definição que se diz o que será feito. Como será feito. Para quem e para que será feito. E nós temos que garantir a presença nestas definições da nossa visão de mundo, da nossa visão sobre as relações capital e trabalho, da nossa visão sobre a educação que nos interessa. Neste sentido, o PROESQ *Quem luta também educa!* tem um papel fundamental porque, como Programa de Desenvolvimento de Metodologias, nos permite

demonstrar a viabilidade daquilo que afirmamos ser possível construir enquanto estratégias político-pedagógicas no campo da educação dos trabalhadores. Trata-se na verdade de importante instrumento que temos neste intenso processo de disputa de hegemonia, também no campo da educação profissional.

Revista: *Tendo em vista que o PROESQ é um programa de desenvolvimento de metodologias, como você concebe a relação do PROESQ com PLANSEQs e PLANTEQs os quais têm a finalidade de garantir efetivamente o acesso dos trabalhadores à qualificação sócio-profissional?*

Tino: Vejam bem, eu parto do pressuposto que a instituição de Programas de Desenvolvimento de Metodologias, como é o caso do PROESQ *Quem luta também educa!* tem como perspectiva qualificar o processo de execução dos diferentes planos ou programas de qualificação que se realizam no âmbito do PNQ. É esta dimensão que o caracteriza como uma das principais políticas dentro do Sistema Público de Emprego. É concebido de forma tripartite no CODEFAT e é executado também de forma tripartite, ou seja, por entes de governos, dos empresários e dos trabalhadores. Portanto, como ele reflete a diversidade presente na socieda-

de, necessita ter meios de socializar experiências, compartilhar acúmulos, na busca de convergências que possam fortalecer esta lógica de política pública sem sobreposição e com otimização dos recursos disponíveis. Neste sentido, os planos ou programas, dentro desta lógica, é necessário haver um caráter e/ou papéis complementares. Vejam, uma das características do PROESQ é a produção de materiais, de estudos, publicações entre outros instrumentos que possam ser utilizados como referências didático-pedagógicas para o conjunto dos atores que atuam no âmbito do PNQ. Quero dizer com isso que na minha visão os PROESQs deveriam ser compreendidos como os espaços de formulações metodológicas que deveriam orientar a execução dos PLANSEQs e PLANTEQs. Para tanto, seria necessário que o Departamento de Qualificação do Ministério do Trabalho, institucionalizasse esta dinâmica. Ou seja, que todos os PLANSEQs ou PLANTEQs apresentados deveriam utilizar como referências as formulações metodológicas elaboradas no âmbito do próprio PNQ por meio dos PROESQs. Do contrário, corremos o risco de colocarmos em curso estratégias esquizofrênicas onde todo mundo faz tudo e ninguém informa nada a ninguém. Acho que este é um dos grandes

desafios para avançarmos na consolidação da atual política de qualificação. Criar efetivamente as condições para que as formulações acumuladas no âmbito dos PROESQs, decorrentes da sua própria estratégia, sejam utilizadas como referências nas formulações dos PLANSEQs e PLANTEQs, já que estes são espaços concretos de materialização do projeto político pedagógico por meio do qual se pretende ofertar formação de qualidade para os trabalhadores. A materialização desta dimensão de complementariedade entre os diversos planos, programas e executoras é uma das lacunas que devemos dar passos para superar. Até porque, isso demanda um nível de articulação institucional que ainda não atingimos no âmbito do PNQ. Mas creio que estamos caminhando neste sentido.

Revista: *Na sua avaliação quais as principais contribuições do PROESQ Quem Luta Também Educa! no caso específico do trabalho desenvolvido no setor de turismo e hospitalidade por meio da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha?*

Tino: Em primeiro lugar, é importante ressaltarmos que antes mesmo do PROESQ *Quem Luta Também Educa!*, a nossa Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha já vinha desenvolvendo um

importante trabalho de desenvolvimento metodológico no campo da educação integral dos trabalhadores deste setor. No entanto, faltava ao trabalho desenvolvido pela escola maior organicidade junto ao Ramo que representa estes trabalhadores. No interior da CUT, quem os representa é a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS. Por isso é que desencadeamos todo um debate com a CONTRACS no sentido de que ela deveria não apenas ter um olhar sobre o trabalho da escola, mas também contribuir nas suas formulações, buscando vincular o debate teórico-conceitual da qualificação profissional aos processos de mudanças que vêm acontecendo nos locais de trabalho e, mais ainda, contribuir sobre as melhores formas de abordagem dos impactos destas mudanças sobre os direitos e a organização dos trabalhadores do setor. Neste sentido, o PROESQ *Quem luta também educa!* encaixou como uma luva, pois possibilitou tais aproximações. Por meio dele, pudemos promover o aprofundamento de estudos sobre o perfil do trabalho e dos trabalhadores do setor. Estudo produzido pelo DIEESE sem dúvida ajudará em muito o processo de aprimoramento da nossa atuação, seja no campo da educação integral

quanto da própria organização sindical.

Promovemos um estudo sobre a questão das ocupações e certificação profissional no setor por meio de uma parceria com o IEEP. Fundamental também para a compreensão de como o processo de certificação pode ser um entrave para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. Permitiu-nos produzir a partir destes e outros estudos em andamento na escola, um conjunto consistente de materiais para uso dos educandos e educadores. Portanto, podemos afirmar que o legado do PROESQ *Quem luta também educa!* é muito significativo para as finalidades de consolidação da proposta pedagógica que estamos construindo para a qualificação dos trabalhadores do setor de turismo e hospitalidade, não apenas da cidade de Florianópolis, mas para trabalhadores de outras importantes regiões turísticas do Brasil. E esta amplitude do nosso trabalho só está sendo possível pela relação de organicidade que estamos construindo junto à CONTRACS.

Revista: *Na sua visão, outros setores no interior da CUT deveriam ter esta compreensão que a CONTRACS demonstrou ter ao avaliar as iniciativas desencadeadas pela ETHCI por meio do PROESQ Quem luta também educa!?*

Tino: Na verdade já existem experiências importantes no interior da CUT no campo da educação dos trabalhadores articulados a estratégias organizativas e aos processos de negociação e contratação coletivas. Não vou citar alguma aqui para não incorrer no erro de esquecer alguma. Tanto no meio urbano quanto no meio rural considero que temos acúmulos importantes. O que precisamos fazer é retomar os espaços que tínhamos dentro da Política Nacional de Formação da CUT onde possamos promover um processo permanente de socialização destas experiências com vistas, inclusive, a informar outros setores que não têm esta experiência acumulada, mas querem investir neste processo. Hoje, há um intenso processo de formulações de projetos de qualificação com recortes setorial e os trabalhadores precisam estar capacitados para negociá-los e intervir no debate sobre a proposta pedagógica. Penso que termos um espaço permanente de troca, de debates sobre as diversas experiências em curso no âmbito da Rede CUT é fundamental para uma ação que garante a identidade das metodologias que estamos desenvolvendo junto aos trabalhadores dos diferentes setores da economia.

Revista: *Se tivesse que apontar um desafio para a busca*

da maior consistência e articulação política dos acúmulos obtidos por meio do PROESQ Quem luta também educa! com a estrutura sindical da CUT qual você apontaria?

Tino: Eu apontaria dois grandes desafios. Um que diz respeito à necessidade de maior compreensão sobre as intencionalidades do que estamos fazendo. Às vezes tenho a impressão que muitos dirigentes sindicais ainda não compreenderam a importância da qualificação como um elemento estratégico da ação sindical. Que por meio da formação os empresários estão disputando a consciência dos trabalhadores nos locais de trabalho e que nós temos que fazer o movimento contra-hegemônico. E por não ter esta

compreensão limita o debate no campo do “se é papel ou não da CUT desenvolver tais experiências”. O outro desafio que destaco é o da garantia da continuidade destes processos. Muitas vezes, por inúmeras razões, quando você inicia um trabalho de consolidação de uma proposta político-pedagógica você é levado a abortar tal processo porque houve algum tipo de alteração na conjuntura e o que era prioridade em um determinado momento deixou de ser no outro. Isso ocorre, sobretudo quando há mudança de governo. Acho que a sociedade brasileira já amadureceu o suficiente para avançarmos na definição de políticas que sejam de Estado e não de um determinado Governo. Os processos educacio-

nais necessitam de continuidade, de uma certa estabilidade para que atinjam os objetivos propostos de médio e longo prazos particularmente. Então penso que a nossa luta deve ser por consolidar esta visão de que em se tratando de políticas públicas ligadas diretamente aos direitos fundamentais de cidadania, estas precisam ser concebidas e tratadas como políticas de Estado. Com gestão pública, com ampla participação da sociedade. Somente assim terão condições de transcender no tempo. Esta é uma luta que a nossa central sindical também vem travando em todos os espaços de intervenção que tem como objetivo fortalecer a cultura do diálogo social e da gestão pública participativa. ◀

Certificação profissional: entre os princípios e a prática

SEBASTIÃO LOPES NETO
ALEXANDRE CUSTÓDIO PINTO
CARMEM SILVIA V. MORAES

Este artigo pretende ser uma reflexão sobre as diversas concepções de certificação profissional existentes hoje no Brasil e analisar as propostas de Sistema Nacional de Certificação Profissional que emergiram nos últimos anos das políticas públicas de âmbito federal.

No seu V Congresso, a Central Única dos Trabalhadores – CUT apresentou pela primeira vez uma proposição quanto ao envolvimento dos trabalhadores em ações de formação profissional. Em fevereiro de 2005, a CUT junto a cinco outras centrais sindicais entregou ao Ministério do Trabalho e Emprego uma proposta de Sistema Nacional de Certificação Profissional, como primeira manifestação institucional de seu desenvolvimento neste novo campo em disputa, o da concepção de certificação profissional.

O Brasil vem apresentando, durante algumas décadas, a incorporação de milhões de trabalhadores no mercado de trabalho. Esta situação, associada a altos índices de exclusão escolar e uma oferta de formação profissional desigual, levou grande contingente de traba-

lhadores a adquirir conhecimentos profissionais, sociais e saberes técnicos fora dos espaços formais de educação. O baixo índice de escolaridade e a falta de reconhecimento da qualificação profissional fragilizaram os trabalhadores e suas organizações frente às transformações nos contextos social e econômico.

Os trabalhadores têm sido excluídos de uma educação geral e profissional fundadas em princípios científicos e saberes técnicos amplos que possibilitem acompanhar e compreender as inovações tecnológicas e de organização dos processos produtivos a que estão submetidos.

Em primeiro lugar, há que distinguir a *Certificação Profissional da Formação Profissional*, quando nos referimos à certificação profissional estamos considerando os processos de diagnóstico e avaliação profissional, quando um trabalhador é submetido a exames práticos ou teóricos com a finalidade de reconhecer o seu saber e inseri-lo em ações de qualificação profissional, na Educação Básica, no emprego, trabalho ou geração de renda, ou ainda, reconhecê-lo segundo uma norma técnica. Já a formação profissional é resultado da oferta de um curso formal no qual o trabalhador cumpre uma carga horária de

estudos e é submetido, como parte do processo de ensino, a avaliações da aprendizagem tendo ao final o direito a um “Certificado” ou “Diploma”.

Mesmo distinguindo os processos realizados como resultado da formação profissional (diploma) daquele resultado de um conjunto de atividades de reconhecimento, avaliação e classificação (certificado) ainda podemos encontrar no Brasil pelo menos três grandes vertentes do que se entende por certificação profissional. Adotaremos, neste artigo, três categorias para expressar as diferenças entre os diversos processos de certificação profissional existentes no Brasil: *a certificação de pessoas, a certificação ocupacional e a certificação educacional*.

A **primeira vertente**, a da Certificação de Pessoas, concebe a certificação profissional como reconhecimento ou atestado, expedido por órgão credenciado, da competência do trabalhador nos conhecimentos, habilidades e atitudes em determinadas funções profissionais, independentemente do fato de ter cursado um sistema regular de formação ou ter adquirido a experiência na prática do trabalho. Utiliza como base a Avaliação de Conformidade, definida pelo

Inmetro como “*Processo sistematizado, acompanhado e avaliado, de forma a propiciar adequado grau de confiança de que um produto, processo ou serviço, ou ainda um profissional, atende a requisitos pré-estabelecidos em normas e regulamentos técnicos com o menor custo para a sociedade*”.

A certificação de pessoas avalia as habilidades e os conhecimentos dos trabalhadores de determinadas ocupações profissionais e pode incluir, entre outras, as seguintes exigências:

- **Formação** – a exigência de certo nível de escolaridade visa assegurar o nível de capacitação;

- **Experiência profissional** – a experiência prática em setor específico permite maior compreensão dos processos envolvidos e identificação rápida das oportunidades de melhorias;

- **Habilidades e conhecimentos teóricos e práticos** – a capacidade de execução é essencial para atuar e se desenvolver na atividade.

Esta concepção de certificação profissional ligada ao controle da qualidade dos produtos, processos e serviços nasceu em meio as

políticas de gestão da qualidade e produtividade empresarial, cuja responsabilidade foi, em parte, regulamentada pela Lei Federal nº 9933, de 1999, que dispôs sobre as atribuições do Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial (Conmetro) e do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), autarquia vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Inicialmente, este tipo de certificação foi desenvolvido para as ocupações que envolviam segurança, saúde e qualidade industrial, mas posteriormente foi expandida a outras ocupações, como no caso do setor do Turismo e Hospitalidade. A Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo, do Ministério do Turismo, tem a competência de regulamentar e apoiar a certificação das atividades, empreendimentos e equipamentos dos prestadores de serviços e fixar os critérios de avaliação dos organismos de certificação. E o Departamento de Qualificação e Certificação e de Produção Associada ao Turismo tem a competência de formatar e

implementar os programas e ações voltadas ao desenvolvimento da certificação de profissionais, de equipamentos e serviços turísticos.

A **segunda vertente**, Certificação Ocupacional, entende a certificação profissional como o processo que identifica, avalia e valida formalmente, conhecimentos, saberes, habilidades e aptidões profissionais dos trabalhadores, adquiridas por meio de experiências de vida e trabalho.

A vertente ocupacional da certificação profissional incorpora os princípios e diretrizes da recomendação 195 da OIT⁶, a saber:

- a expressão **aprendizagem permanente** engloba todas as atividades de aprendizagem realizadas ao longo da vida com a finalidade de desenvolver as competências e qualificações.

- o termo **competências** abarca os conhecimentos, as atitudes profissionais e o saber fazer que se dominam e aplicam em um contexto específico.

- o termo **qualificações** designa a expressão formal das habilidades profissionais do trabalhador, reconhecidas nos planos internacional, nacional ou setorial.

- o termo **empregabilidade**

⁶ Uma primeira leitura das novas diretrizes e orientações apresentadas pela OIT na Recomendação 195, indica que o documento incorpora noções originárias de teorias econômicas marginalistas - como é o caso da "teoria do capital humano" (recursos humanos, competências, empregabilidade), hoje dominantes nos documentos dos organismos multilaterais como o BIRD, o BID e a UE, nos discursos oficiais dos governos e na fala dos empresários. No entanto, as possíveis consequências dessa incorporação encontram-se, de certa forma, minimizadas pelo conteúdo das recomendações que reafirmam a educação e a formação como direito social; a responsabilidade da sua oferta pelo Estado; a obrigação da contribuição das empresas; e a participação social na definição das políticas, o fortalecimento, "nos planos internacional, nacional, regional e local, assim como nos planos setorial e da empresa, do diálogo social e da negociação coletiva em relação à formação, como um princípio básico para o desenvolvimento de sistemas". Conforme: Lopes Neto, Moraes e Pinto, 2005.

se refere a competências e qualificações transferíveis que reforçam a capacidade das pessoas para aproveitar as oportunidades de educação e formação as quais lhes são apresentadas com o intuito de encontrar e conservar um trabalho decente, progredir na empresa ou trocar de emprego e se adaptar à evolução da tecnologia e das condições do mercado de trabalho.

A Recomendação 195 ainda determina que *“os países membros deveriam desenvolver um marco nacional de qualificações que facilite a aprendizagem permanente, ajude as empresas e as agências de emprego a conciliar a demanda com a oferta de competências, oriente as pessoas em suas opções de formação e de trajetória profissional e facilite o reconhecimento da formação, das atitudes profissionais, das competências e das experiência previamente adquiridas”*.

A **terceira vertente** é a da Certificação Educacional na qual os processos de identificação de atitudes profissionais são centrados no reconhecimento dos saberes para fins de continuidade de estudos da educação profissional.

Essa vertente tem avançado a partir da regulamentação do artigo 41 da LDB pelo **decreto 5154/2004**, que conforme analisa Frigotto, Ciavatta e Ramos (2004) faz a inclusão da concepção de

politecnia, tal como enunciada por Marx como o mais *“apropriado para definir uma concepção de educação voltada explicitamente para a superação da divisão social do trabalho determinada por uma sociedade cindida em classes”*. O restabelecimento, por meio do decreto nº 5154/2004, de o Ensino Médio propiciar também a formação técnica, abre o horizonte, no Ensino Médio, da consolidação da formação básica unitária e politécnica, centrada no trabalho, na ciência e na cultura, numa relação mediata com a formação profissional específica que se consolida em outros níveis e modalidades de ensino.

O atual Decreto 5154 configura-se como um avanço nos campos éticos e políticos e interrompe uma trajetória de cunho fundamentalmente neoliberal e de retrocesso educacional. Porém, ainda retrata aspectos de caráter conservador, revelando a permanência do poder de setores tradicionalistas da sociedade, como o indicam a persistência dos Parâmetros e Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio e da Educação Técnica, que definem a organização curricular destes níveis e modalidades de ensino a partir do *modelo da competência*.

A certificação profissional proposta para as redes de escolas técnicas do Brasil é regulamenta-

da pelo **Parecer 40/2004**, do Conselho Nacional de Educação, que determina: *“para fins de continuidade de estudos, na própria instituição de ensino, nos termos do Artigo 41 da LDB, as instituições de ensino que oferecem cursos técnicos de nível médio podem avaliar, reconhecer e certificar competências profissionais anteriormente desenvolvidas quer em outros cursos ou programas de treinamento e desenvolvimento de pessoal, quer no próprio trabalho, tomando-se como referência o perfil profissional de conclusão do curso em questão. Para fins de conclusão de estudos e obtenção do correspondente diploma de Técnico”*.

Tendo em conta estas três vertentes da certificação profissional passamos a analisar as **propostas recentes de sistema nacional de certificação** que, de algum modo, as agregam, bem como os conceitos, princípios e preocupações que as unificam (período de 2002 a 2006).

Em 04 de dezembro de 2002, o Ministério da Educação, protocolou no Conselho Nacional de Educação, uma proposta de normatização dos dispositivos do artigo 16 da resolução CNE/CEB 4/99, intitulada **Sistema Nacional de Certificação Profissional baseado em Competências – SNCPC**, tendo sua tramitação sustada em janeiro de 2003, pelo Ministério da

Educação, até que fosse consolidada uma proposta consensuada socialmente e com a participação dos demais órgãos governamentais que têm como competência a certificação profissional.

A proposta inicial do Ministério da Educação indicava o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP como coordenador da elaboração dos instrumentos de avaliação para a certificação das competências.

Posteriormente, ao INEP caberia somente uma participação na processo de certificação, posto que a elaboração das normas de certificação ficaria com a Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT, um organismo privado. Com isso, a certificação das pessoas ficaria vinculada a certificação de produtos e processos, tendo o respaldo do próprio MEC e do CNE.

Essa proposta unificava as vertentes da certificação educacional e da certificação de pessoas com prevaência desta sobre aquela e tinha a noção de competência como elo de unificação. Fortalecia os interesses do setor empresarial ignorando o processo social de construção dos saberes apreendidos em instâncias não necessariamente formais. Ou seja, o processo de aprendizagem não se constituiu como um aspecto de preocupação central, ao contrário, privilegiava a avaliação da realiza-

ção da tarefa, em conformidade com determinadas padronizações.

A **Certificação de Competências** é realizada como resultado final de uma avaliação, individual, segundo um perfil pré-estabelecido. Considera o desempenho final do candidato como observável na avaliação. É centrada em patamares nacionais definidos e atualizados pela necessidade do mercado de trabalho.

Se constitui como processo contínuo de adaptação às necessidades das empresas e dos setores econômicos, podendo funcionar como processo de seleção, se não houver uma participação dos representantes dos trabalhadores para relativizar e compatibilizar as necessidades de melhoria organizacional e tecnológica com o processo de desenvolvimento e capacitação dos trabalhadores. É uma ação autônoma e independente da formação e orientação profissional, aplicada indistintamente para trabalhadores que participaram ou não de programas de formação profissional. É determinante, na avaliação, segundo normas estritas, o desempenho em situação de operação no trabalho, ignorando as outras possibilidades e dimensões que o examinado tenha.

No SNCPC, de 2002, a certificação de competências:

- objetiva a descrição de capacidades profissionais
- associa valor à empregabilidade

- facilita a transferibilidade entre contextos ocupacionais
- é um processo distinto e independente da formação profissional
- viabiliza adequação do trabalhador às novas necessidades de organização produtiva: controles de qualidade, gestão, processos e recursos humanos
- é uma exigência do processo de globalização econômica
- é realizada por instituições credenciadas segundo normas estabelecidas
- é atualizada conforme avanços tecnológicos
- o Sistema de certificação exige para manutenção da certificação formação contínua e permanente ao longo da vida profissional
- a unidade de verificação das capacidades profissionais se estrutura na manifestação de atitudes e habilidades previamente estabelecidas e descritas em termo de competências
- é realizada por instituições credenciadas segundo normas técnicas estabelecidas
- é incorporada na gestão de recursos humanos das empresas, passando a definir os processos de contratação, promoção, análise do desempenho produtivo, salário, mobilidade inter e entre empresas, demissão, etc
- o certificado refere-se a funções produtivas reais e pode ser decomposto em unidades cumulativas

- o certificado é expedido com base em uma norma técnica
- a certificação verifica resultados e desempenhos profissionais
- a certificação define diretrizes para modificação dos currículos formativos

No documento enviado ao CNE, em 2002, são definidas três estruturas institucionais responsáveis pela execução dos processos de certificação. Dentre as atribuições previstas para o Conselho Nacional de Certificação Profissional estariam:

- *designar instituição, de caráter público, para credenciar organismos certificadores de competências profissionais (OCC'S).*

- *designar instituição de normalização técnica para estabelecer normas de perfis profissionais baseados em competência e respectivos padrões de desempenho de acordo com proposta dos segmentos da atividade econômica.*

- *designar instituição de caráter público, para coordenar a elaboração dos instrumentos de avaliação para a certificação de competências e organizar o cadastro nacional da certificação profissional.*

Segundo essa mesma proposta, estas instituições seriam, conforme competências previstas em legislação específica já existente no Brasil, as seguintes:

1. *Para as atribuições previstas no inciso II por delegação do Conselho Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial – Conmetro, o Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial- Inmetro, autarquia federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; nos termos dos artigos 2º e 3º da Lei Nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999.*
2. *Para as atribuições previstas no inciso III, a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, nos termos do 2º do artigo 2º da Lei Nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999.*
3. *Para as atribuições previstas no inciso IV o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais- INEP, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação, nos termos do inciso I, do artigo 12 do Decreto Federal Nº 3.879, de 09 de agosto de 2001. (letras a, b e c, § único do artigo 6º)*

Ainda na proposta de sistema de 2002, a principal atribuição do Ministério da Educação seria a constituição de um Conselho Nacional de Certificação Profissional Interministerial responsável pela organização do Sistema Nacional. Ao Ministério do Trabalho e Emprego caberia

papel diferenciado na manutenção da Classificação Brasileira de Ocupações.

Em 2004, com a retomada da discussão da certificação profissional, no atual governo, foi criada uma Comissão Interministerial de Certificação Profissional – CICIP, que incorpora a participação das representações empresariais e de trabalhadores com o propósito de formular uma política única para a certificação profissional no Brasil. A CICIP é composta pelos Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, da Saúde, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e do Ministério do Turismo e pelos Conselhos Nacionais de Educação e do Trabalho.

A CICIP elaborou, a partir da junção das concepções de certificação distintas dos cinco ministérios integrantes, uma **proposta governamental de Sistema Nacional de Certificação Profissional - SNCP**, submetida a uma ampla discussão por meio da realização de três audiências públicas e de um seminário internacional, durante o ano de 2005, originando uma proposta de decreto como legislação adequada às demandas normativas de certificação profissional. É a primeira vez que as três vertentes são institucionalmente integradas e suas diretrizes foram concensuadas pelas estruturas executivas federais, conselhos, instituições educacionais,

entidades certificadoras, instituições de pesquisas, conselhos profissionais, representações empresariais e de trabalhadores interessados na Certificação Profissional.

O Ministério do Trabalho e Emprego, como coordenador e membro da Comissão Interministerial de Certificação Profissional, vem realizando esforços para implementar sua política de Certificação Profissional segundo os princípios e diretrizes em disputa na Proposta Governamental de Certificação Profissional. Durante os anos de 2005 e 2006, foi realizado o Projeto Piloto de Certificação Profissional para os setores da Construção Civil e Metal Mecânica, no município de Diadema, região do Grande ABC, em São Paulo.

No dia 20 de outubro de 2006, no município de Diadema, foi assinado o protocolo de intenções entre o Ministério do Trabalho e as prefeituras de Diadema, Guarulhos, Osasco e Santo André para a implementação da Certificação Profissional dentro das ações dos Centros Públicos de Emprego, Trabalho e Renda, de modo a estabelecer referências para ampliação dos processos de certificação profissional nos demais municípios e estados do país, estruturado a partir do Sistema Público de Emprego. O processo de certificação profissional, realizado em Diadema, piloto nas experiências

nos setores da Construção-Civil e Metal-Mecânico, foi centrado na **certificação de conhecimentos e saberes**.

A *Certificação de Conhecimentos e de Saberes* articula técnicas, práticas e valores. Extrapola o âmbito dos interesses mais específicos de empresas que buscam, com prioridade, o reconhecimento padrão de qualidade de seus produtos. Como característica importante, estabelece um diagnóstico para acesso a uma trajetória formativa. A trajetória formativa dialoga com um perfil social e profissional negociado regionalmente. Avalia, simultaneamente, as características coletivas sociais, regionais e culturais tendo como referência as trajetórias formativas individuais.

Para o acompanhamento das experiências piloto, de forma inédita, foi organizado Grupo Tripartite de Acompanhamento, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e composto por representações empresariais e sindicais, contando com a participação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, SETEC/MEC e SENAI como observadores. Foi firmada parceria com a Fundação Florestan Fernandes, enquanto Centro Público de Formação Profissional, para a elaboração dos instrumentos de certificação, realização dos diagnósticos e oferta de formação profissional complementar; com a Secretaria de Educação

Municipal de Diadema, para a avaliação da escolaridade; com o CEFET-SP, para supervisão do processo e emissão dos certificados, e com a Central de Trabalho e Renda, para a indicação e orientação profissional dos candidatos durante e após o processo de certificação.

No Projeto Piloto do MTE, em 2005, a certificação:

1. objetiva validar equivalência com conclusão de estudos
2. permite ao trabalhador reconhecer-se e retomar a sua trajetória formativa
3. possibilita transversabilidade entre contextos de trabalho
4. a certificação como processo acessório e complementar à formação profissional
5. é um reparo à dívida histórica da exclusão dos trabalhadores dos processos educativos formais
6. é reivindicação dos trabalhadores
7. certificado tem validade ilimitada e correspondência com diplomas do Sistema Nacional de Educação
8. certificação e formação profissional são atualizadas conforme os currículos formativos e incorporam avanços científicos traduzidos em modificação de conteúdos
9. certificação tem como referência trajetórias formativas
10. a unidade de verificação da correspondência com uma

posição em um itinerário formativo é o domínio de conhecimentos teóricos e práticos e se faz por meio de processos de avaliação diversificados

11. a certificação é efetuada por instituições que realizam ou estão integradas a programas de formação profissional
12. permite aos trabalhadores o reconhecimento das suas qualificações profissionais e sociais para, com isso, conquistarem melhorias nas condições de trabalho
13. refere-se a conjuntos de princípios científicos gerais que podem ser organizados em áreas do conhecimento, disciplinas e módulos formativos
14. é expedido certificado com base na verificação de conhecimentos teóricos e práticos correspondentes a um currículo formativo
15. verifica processos de aprendizagem vivenciados em ambientes formais ou informais de educação
16. os currículos formativos é que definem os processos de certificação

Uma **preocupação quanto à institucionalização do SNCP**, considerando a convivência das

três vertentes de certificação profissional em sua correlação de forças, é a possibilidade da reincorporação da competência como estrutura unificadora das diferenças existentes. Isto porque, apesar de incluir os conceitos de qualificação, conhecimentos e saberes, a proposta governamental, ao propor um Repertório Nacional de Qualificações Certificáveis, adota como definidores das qualificações três referenciais: a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e as Normas do Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade. Todas as três são fortemente organizadas segundo a perspectiva das competências.

A avaliação de conformidade se mantém presente no SNCP, na medida em que o Sistema se organiza a partir das estruturas públicas existentes, em particular aquelas relativas ao Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade. Também pode se manter presente e nos critérios e mecanismo de credenciamento de instituições certificadoras que se baseiam nas normas de conformidade. Ainda são consideradas normas e perfis profissionais para a realização do processo de certificação. As noções de normas técnicas, para fins de certificação, se mantêm presentes nos critérios de credenciamento de entida-

des certificadoras, bem como na descrição das qualificações do Repertório Nacional de Qualificações Certificáveis.

É importante lembrar que a atual proposta de SNCP é a composição de cinco concepções divergentes e que, apesar dos avanços do projeto piloto de Diadema e do anunciado Sistema de Certificação no âmbito do SINE, a proposta governamental também é compatível com a mesma estrutura institucional da proposta de SNCPC de 2002, nos trechos, a saber:

“O SNCP será organizado com bases em estruturas públicas de certificação profissional, em particular aquelas relativas ao Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade, aos Sistemas da Educação Nacional e ao Sistema Público de Emprego, dentre outras.”

“A CNCP, apoiada por secretaria executiva e com base nas estruturas institucionais dos membros governamentais, formula, implementa, coordena, monitora e avalia a Política Nacional de Certificação Profissional”.

“A CNCP deverá incorporar em suas deliberações os órgãos da administração pública que possuem a certificação profissional dentre suas competências previstas em lei”.

⁷ Essas proposições foram sistematizadas a partir de discussões em oficina realizada pela SNF/CUT, em São Paulo, coordenada por Sebastião Lopes Neto e Alexandre Custódio Pinto, nos dias 01 a 03/03/2005.

Por fim, apresentamos as proposições organizadas por pesquisadores do IIEP sobre alguns dos princípios que devem caracterizar um Sistema Nacional Integrado de Orientação, Qualificação e Certificação Profissional na perspectiva dos trabalhadores⁷:

A. Criação de um Conselho Nacional de Orientação, Qualificação e Certificação Profissional

Este Conselho, de composição tripartite, seria a instância de negociação do Sistema Nacional de Orientação, Qualificação e Certificação Profissional.

B. Organização do Sistema Nacional Integrado

O Sistema Nacional deverá articular a formação profissional à educação, criando programas de formação que contemplem a educação formal (regular) e a formação profissional respeitando três públicos prioritários:

a) jovem, por meio da formação escolar em idade apropriada, retardando o seu ingresso no mercado de trabalho;

b) trabalhador desempregado, por meio do reconhecimento de seus conhecimentos e saberes, inserindo-o num itinerário formativo e potencializando sua recolocação no sistema produtivo;

c) trabalhador empregado, inserindo-o na formação continuada com vistas à melhoria das con-

dições de trabalho.

O Sistema permitirá dar coerência aos vários programas da educação profissional em todos os níveis (básico, médio e superior), de forma a ser compreensível e articulado. Deverá permitir também a superação das diferenças de validade e equivalência dos diferentes programas de formação profissional voltados para os diferentes públicos.

C. Finalidade do Sistema Nacional Integrado

Propõe-se que o Sistema tenha como finalidade:

- possibilitar e estimular o prosseguimento dos estudos, e;
- permitir o acesso e a permanência no mercado de trabalho.

D. Repertório das Qualificações

Para dar unidade aos programas de formação, qualificação e certificação, faz-se necessária a criação de um Repertório Nacional de Qualificações Certificáveis.

O Repertório Nacional de Qualificações deverá abranger conjuntos de ocupações, mas também definir conhecimentos e saberes profissionais amplos relativos às qualificações certificáveis e à educação integral dos trabalhadores, considerando o desenvolvimento das atividades econômicas e a regulamentação da educação profissional. Esse repertório deverá ser organizado de forma a permitir a equivalência entre certificados e diplomas no âmbito da

regulamentação educacional e ocupacional.

E. Entidades acreditadoras

No que se refere às entidades acreditadoras, tendo em vista a dupla finalidade da certificação profissional, a saber: prosseguimentos nos estudos e inserção no mercado de trabalho, e considerando respectivamente questões relativas a perfis e currículos de formação e questões relativas a relações de trabalho, o Ministério da Educação e o Ministério do Trabalho deverão ser os responsáveis pela normatização e regulação dos processos de certificação, sendo portanto definidores das entidades acreditadoras.

F. Entidades certificadoras

Os processos de certificação, uma vez considerando a integração entre orientação, formação e certificação profissional, deverão realizar-se em centros de profissionalização, tendo em vista a inserção do trabalhador em um itinerário formativo. Instituições com reconhecido acúmulo na formação profissional são os mais indicados, a princípio, para serem entidades certificadoras, tendo como meta a transformação destes centros em Centros Públicos de Formação Profissional. Dentre essas instituições, tem papel fundamental, a rede federal de escolas técnicas e dos CEFETs, assim como das escolas técnicas estaduais públicas.

G. Relação com o Sistema Público de Emprego

A certificação integrada com programas de formação e orientação profissional deverá estar vinculada também ao Sistema Público de Emprego, potencializando políticas de intermediação de mão-de-obra,

regulando programas de Seguro Desemprego e facilitando o acesso do trabalhador ao mercado de trabalho, a partir da criação e utilização, por todos, de um cadastro nacional de profissionais.

H. Impacto nas relações de trabalho

Uma implicação importante da validação, reconhecimento e confiança num processo de certificação é o impacto nos processos de negociação da qualificação profissional interferindo na definição de cargos, salários, critérios de seleção, etc. ◀

Bibliografia

- BRASIL, 1996. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes da educação nacional.
- BRASIL. 2002. *Classificação Brasileira de Ocupações: CBO 2002*. Brasília, MTE, SPPE.
- BRASIL. 2003. *Classificação Nacional de Atividades Econômicas*. Comissão Nacional de Classificação. Rio de Janeiro, IBGE
- BRASIL. 1996. Decreto 2.208 de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. 2004. Decreto 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o parágrafo 2º do art. 36 e os art. 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. 2005. *Proposta Governamental de Sistema Nacional de Certificação Profissional*. Brasília, MTE, SPPE.
- CNE/CEB. 1999. Resolução 04/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
- CNE/CEB. 1999. Parecer nº 16/99. Trata das Diretrizes Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico.
- CNE/CEB. 2004. Parecer nº 40/04. Trata das normas para execução da avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei n. 9.394/96 (LDB).
- CORDÃO, F. 2003. Organização de um Sistema Nacional de Certificação Profissional Baseada em Competências. In: IIEP (Org.), Para discutir certificação, Mimeo, pp. 31-52.
- FIDALGO, F. 2003. Abertura. In: FIDALGO, Fernando (coordenador) *Certificação educacional e profissional: um campo em disputa*. (GT-8). Mimeo, pp. 134-141.
- FIDALGO, Fernando et al. 2000. Dicionário da educação profissional. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, Belo Horizonte.
- INMETRO. *Guia Prático de Certificação de Pessoas*. Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade. Comissão Técnica de Pessoal.
- LIMA, A. 2003. Certificação: a visão do Ministério do Trabalho e Emprego In: IIEP (Org.), Para discutir certificação. (material de apoio), pp. 24-31
- LOPES NETO, S. 2003. Certificação educacional e profissional: um campo em disputa. Situando a discussão (relator GT 8). In: *Anais do Seminário Nacional de Educação Profissional. Concepções, experiências, problemas e propostas*. (12 a 16 de junho de 2003). Brasília, MEC – SEMTEC/PROEP, p. 135-141.
- MORAES, C.; FIDALGO, F.; DELUIZ, N. e LOPES NETO, S. 2003. Considerações sobre a organização de um Sistema Nacional de Certificação Profissional baseada em Competências (Sobre o documento em discussão no Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Básica - "Organização de um Sistema Nacional de Certificação Profissional baseada em Competências/SNCP"). In: IIEP (Org.). *Para discutir Certificação* (material de apoio), pp. 3- 11.
- MORAES, C.S.V e LOPES NETO, S. 2005. Educação, formação profissional e certificação de conhecimentos: considerações sobre uma política pública de certificação profissional. In: Revista *Educação e Sociedade*. Faculdade de Educação/UNICAMP, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1435- 1469, set. / dez 2005.
- OIT. 2004. *Recomendação 195. Sobre o desenvolvimento de recursos humanos: educação, formação e aprendizagem permanente*
- PINTO, Alexandre Custódio; LOPES NETO, Sebastião. 2007. Sistematização das Classificações CBO, CNCT e CNAE para fins de definição de perfis profissional e itinerários formativo. Projeto OIT de apoio à formulação de política nacional de certificação profissional. MTE,SPPE,DEQ. Mimeo, 17p.
- PINTO, Alexandre Custódio; MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; LOPES NETO, Sebastião. 2005. A Orientação Profissional: concepções e perspectivas. In: *Educação Integral e Sistema de Reconhecimento e Certificação Educacional e Profissional* / Hélio da Costa e Martinho da Conceição, Orgs. - São Paulo, CUT, 168 p.

O projeto político-pedagógico da Educação Integral dos Trabalhadores da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha: uma educação para além do mercado

ROSANA MIYASHIRO*

Muito se tem debatido, em diferentes momentos da história, sobre a Educação dos Trabalhadores e dos desafios para a construção de um projeto político-pedagógico na perspectiva da emancipação humana, que se contraponha à educação dominante.

No atual estágio de acumulação do capital, o debate sobre essa possibilidade deve ser buscada a partir da investigação das contradições que marcam o período histórico em que vivemos.

No caso da Educação Profissional mais especificamente, observamos um certo consenso na sociedade sobre a sua importância, que vem sendo atribuída às transformações no processo produtivo mundial, observadas nas últimas décadas e que no Brasil tornaram-se mais expressivas a partir da década de 90, do século XX. Nesse período, por meio da chamada reestruturação produtiva, marcada pela introdução de uma série de inovações tecnológicas sob novas estratégias de organização e gestão do trabalho, buscou-se o aumento da

produtividade e da competitividade no mercado internacional, pautadas no que Harvey (1996) denominou de padrão *flexível de acumulação* que se expressaram nas mudanças na divisão social do trabalho no interior das empresas.

Na lógica do capital, as redefinições nos parâmetros produtivos constituíram novas estratégias de acumulação ampliada. Para a classe trabalhadora têm significado a precarização das relações de trabalho e novos desafios para a sua organização enquanto classe.

Como parte das mudanças na gestão do trabalho, a polivalência do trabalhador é uma das características marcantes, ampliando a taxa exploração dos trabalhadores que passam a acumular várias tarefas. Observa-se mudanças tanto no perfil das ocupações quanto na subjetividade dos trabalhadores, que vêm acirradas a competição num mercado de trabalho cada vez mais escasso.

Passa-se a exigir um novo perfil do trabalhador, sendo a qualificação profissional colocada como principal elemento. As concepções de qualificação aparecem de maneira difusa para os trabalhado-

res, no qual é recorrente o discurso da ausência de qualificação como justificativa dos processos de exclusão no mercado de trabalho. Os trabalhadores que foram alijados do sistema educacional são aqueles que mais têm sofrido as consequências desse processo, sendo culpabilizados pela sua situação de precarização e ou de desemprego.

O que tem sistematicamente pautado e reforçado esse discurso é a relação direta entre Educação e Produção expressos no discurso da: flexibilidade, trabalho em equipe, competência, competitividade, pedagogia da qualidade, multihabilitação, policognição, polivalência e formação abstrata (FRIGOTTO, 1996) presentes nas formulações que abordam a Educação com a *Qualidade Total* por meio do Modelo de *Competências* e o discurso da *Empregabilidade* como projeto a ser perseguido pelos trabalhadores no mundo do trabalho contemporâneo.

Assim, a educação torna-se central na agenda do capital, sob o discurso de que só através da educação da força de trabalho o país pode se desenvolver e diminuir a

miséria. Ou seja, segundo a lógica hegemônica a educação deve atender às *exigências do mercado, sendo dotada dos conteúdos exigidos pelo capitalismo para seu desenvolvimento nessa nova fase.* (Rummert, 2000: 66).

Diante desse contexto, a construção de propostas de Educação do Trabalhador que atenda de fato aos interesses da classe trabalhadora, deve ter como base refutar as propostas de educação hegemônicas. Mais do que a luta pelo acesso à Educação Pública, Gratuita e de Qualidade, é necessário forjar formulações e experiências dos próprios trabalhadores para disputar um projeto político-pedagógico que possibilite aos trabalhadores o acesso ao conhecimento para o debate sobre as possibilidades de organização da classe trabalhadora, num contexto histórico adverso à luta de classe. Ou seja, é fundamental desvelar os mecanismos que visam criar consensos em torno da necessidade adaptabilidade a realidade contemporânea do mundo do trabalho e explicitar seu caráter ideológico, que busca destruir os laços de solidariedade da classe trabalhadora em favor do projeto societal dominante sob a égide do individualismo e da competição.

Portanto, para a CUT enquanto central que deve representar os interesses da classe traba-

lhadora, o acesso à educação se constitui numa condição fundamental para os trabalhadores - considerando o déficit educacional histórico no Brasil -, não somente para a disputa de um posto de trabalho, mas como direito ao conhecimento e a cultura a partir da problematização da relação direta entre educação e emprego, presente no ideário da “empregabilidade”.

As propostas hegemônicas de Educação Profissional

Historicamente, a educação profissional vem marcada pela dualidade entre trabalho manual e trabalho intelectual, cujos conteúdos comumente definiam-se mediante as necessidades da produção. Ao tomar como referência uma perspectiva histórico-crítica, não podemos deixar de considerar as bases da educação fundada nas relações sociais vigentes na sociedade de classes, ou seja,

A perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital. (FRIGOTTO, 1996, p.26)

Lembramos que a educação,

na forma escolar é resultado das relações sociais e necessidade histórica no modo de produção capitalista. Desde as transformações das forças produtivas com o advento da 1ª Revolução Industrial, a escola cumpriu um papel decisivo na reprodução das relações sociais no capitalismo bem como contribuiu para o disciplinamento da classe trabalhadora, segundo os ditames da produção.

A educação profissional no padrão produtivo fordista-taylorista foi marcada pelo caráter instrumental e tecnicista da formação. Atualmente, sob o discurso da obsolescência do mero treinamento, propõe-se uma formação flexível de acordo com as necessidades de organização e gestão do trabalho atual voltada, exclusivamente, para um maior aproveitamento da força de trabalho, buscando a adesão crescente dos trabalhadores à lógica do Capital.

Se a crítica a educação bancária é necessária para construirmos novas bases para educação emancipadora que rompa com o aprendizado mecânico, não podemos – sob risco de nos enganarmos com a aparência – concluir que basta uma formação ampla para criar novas bases da educação que interessa a classe trabalhadora focalizando apenas os conteúdos e as estratégias pedagógicas em si, mas é fundamental discutirmos a intencionalidade da educação, isto é,

qual é o papel da educação na ótica do trabalho? formação para quê e para quem?

Ao indagarmos sobre o significado das mudanças contemporâneas da educação sob a égide do neoliberalismo, encontramos como expressão o Modelo de Competências. Nele coloca-se como centro do processo de aprendizagem a capacidade do trabalhador em adaptar-se as incertezas do mundo contemporâneo. Apregoa-se que somente os mais “competentes” poderão se inserir e conquistar sucesso no mercado de trabalho a partir da ênfase no sujeito individual.

Este princípio da adaptabilidade – que requer uma personalidade responsável, comprometida e autônoma, ao lado de posturas flexíveis frente às incertezas – recebe o investimento da empresa, mediante o gerenciamento exercido sobre a personalidade do trabalhador. Isto favorece a interiorização dos valores da empresa e a internalização de seus modos de controle. Este tipo de gestão é instrumentalizado pela valorização de características psico-cognitivas e sócio-afetivas do indivíduo, em outras palavras, do saber conjugado ao saber fazer (Ramos, 2001 : p.11)

Dessa forma, a prerrogativa do modelo de competências do

saber agir, saber fazer e saber ser se vale muitas vezes, dos fundamentos pedagógicos construídos no bojo de propostas de educação na perspectiva emancipadora, a exemplo *do aprender a aprender*, de Vigotsky, de *considerar a realidade e as trajetórias de vida dos jovens e adultos trabalhadores para desencadear o processo de ensino-aprendizagem* preconizada pela Educação Popular, entre tantas outras formulações que foram e estão sendo apropriadas constantemente e ressignificadas com vistas a “educar” a força de trabalho, compatibilizando com as demandas do mercado.

Como podemos perceber a noção de competência tem implicações diretas na subjetividade dos trabalhadores e impacta nas relações de trabalho, em particular. Afeta principalmente os processos de negociação coletiva entre trabalho e capital à medida que procura estabelecer novos parâmetros sociais, que diluem a perspectiva coletiva de organização a partir da difusão do ideário das competências individuais dos trabalhadores. O reconhecimento dos saberes tácitos também é incorporado no Modelo de Competências com o objetivo de reorganizar os processos de certificação profissional a fim de ajustá-los às necessidades produtivas no atual contexto, como observa RAMOS (2001):

A noção de competência é, então, apropriada ao processo de despolitização das relações sociais e de individualização das reivindicações e negociações. As relações coletivas não se esgotam, já posto que o trabalho continua sendo uma relação social e o homem continua vivendo em sociedade, mas elas se pautam cada vez menos por parâmetros corporativos e/ou políticos para se orientarem por parâmetros individuais e técnicos. (Ramos, 2001 : 159-160)

Sendo assim, problematizar essas questões para superar a naturalização dos parâmetros do mercado como regulador e definidor da vida social torna-se estratégico na disputa de uma proposta de educação para além do mercado.

A proposta de Educação Integral dos Trabalhadores da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha

Diante do contexto apresentando, as experiências educativas formuladas pelos trabalhadores, dentre outras preocupações, deve ter como horizonte refutar o projeto educacional hegemônico que visa naturalizar as relações sociais contemporâneas sob a égide da produtividade e do mercado. Portanto, para além de preparar o trabalhador para o mercado de trabalho, a educação profissional

insere-se num campo de disputa de uma concepção de educação da classe trabalhadora.

Ao considerar as transformações no mundo do trabalho contemporâneo e a realidade da Educação Profissional no país e a partir do arcabouço teórico-metodológico acumulado na Rede de Formação da CUT, a **Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT** vem aprofundando as formulações da Educação Integral dos Trabalhadores no turismo e hospitalidade visando acumular novos elementos para a constituição de uma proposta de educação com metodologias compatíveis com as necessidades da classe trabalhadora.

O objetivo estratégico é possibilitar uma formação ampla, que compreenda a práxis dos trabalhadores como um movimento dialético de construção e reconstrução permanente do conhecimento e de disputa ideológica de um outro projeto societal, na ótica do trabalho, integrando a formação técnica, propedêutica e político-social para que os trabalhadores sejam capazes de compreender as determinações às quais estão submetidos com vistas a transformá-las.

O aprofundamento teórico-metodológico da Educação Integral é fundamental para conquistarmos um novo significado, no conteúdo e na forma, de um

projeto emancipador de Educação por meio de uma abordagem integrada de temas e conteúdos no qual os conhecimentos específicos deverão estar contextualizados, pois *“apreender o sentido dos conteúdos de ensino implica reconhecê-los como conhecimentos construídos historicamente e que constituem, para o trabalhador, em pressupostos a partir dos quais se podem construir novos conhecimentos no processo de investigação e compreensão do real”*. (Ramos, 2005).

No projeto político pedagógico de Educação Integral dos Trabalhadores da ETHCI, a centralidade do trabalho e a práxis dos seres sociais (LUCÁKS) demarca a possibilidade de construção de um projeto de educação numa perspectiva da classe trabalhadora. A centralidade do Trabalho é evidenciada na centralidade política de seu sujeito histórico, os trabalhadores, pois sendo o Trabalho fundante na formação e na reprodução do ser social, é na práxis que observamos os contornos e tensionamentos das classes sociais no âmbito da sociedade capitalista.

Tomamos as dimensões ontológica e a histórica do Trabalho como base na construção curricular. A dimensão ontológica diz respeito ao trabalho como mediação entre o homem e a natureza. O Homem intervém na natu-

reza com uma finalidade pré-determinada, segundo suas necessidades de existência. É a partir desse ato intencional que o homem expressa sua humanidade e acumula conhecimentos, diferenciando-o assim, dos outros animais. Desta forma, a dimensão ontológica do trabalho é inerente a todos os homens, independentemente das formas históricas de organização social. Ou seja, trata-se do trabalho enquanto processo de transformação da natureza que é a base objetiva na qual os homens criam as condições para produzir e reproduzir suas vidas. (MARX).

A dimensão histórica corresponde à organização social e à divisão social do trabalho que se diferencia em cada forma de sociedade. O processo histórico específico da formação social capitalista é marcado pela transformação da força humana de trabalho em mercadoria e sua consequente extração de valor, constituindo assim, na raiz das formas de alienação, exploração e subordinação do Trabalho ao Capital.

Historicamente, os trabalhadores têm buscado formas de resistir e meios de propor alternativas coletivamente organizadas às relações de exploração e de dominação no modo de produção capitalista. Dessa forma, a educação que nos interessa deve possibilitar a compreensão da realidade

com o fim de transformá-la.

Considerando que a realidade é uma totalidade histórica e dinâmica - constituída de contradições - o processo de ensino-aprendizagem deve se dar por meio de uma abordagem dialética que possibilite a tomada de consciência dos sujeitos a partir da integração da experiência de vida como experiência educativa para promover a observação do real, captando o fenômeno imediatamente percebido buscando realizar um salto da percepção do imediato para a compreensão histórica, procurando captar e compreender sua essência.

A concepção metodológica dialética possibilita que se defina um Percurso Formativo que tenha como prerrogativa a análise crítica dos fatos cotidianos, a partir da problematização dos processos contraditórios observados, buscando a compreensão das bases econômicas e das relações políticas e sociais da sociedade em que vivemos. Busca-se, assim, que as relações sociais sejam compreendidas como uma construção humana, no bojo da sociedade de classes. Desta maneira, o processo de consciência de classe só é possível a partir da indagação histórica e da compreensão do antagonismo dos interesses de classe que conformam as relações sociais no modo de produção capitalista. Nessa perspectiva tem-se como

horizonte a construção de uma intervenção coletiva na realidade, de forma crítica e consciente.

Ou seja, ao considerarmos o trabalho como fundante da práxis social, podemos refutar a forma mercadoria assumida em nossa sociedade e é nessa perspectiva que ganha sentido tomar o trabalho como base na construção curricular para a formação dos trabalhadores. Concordamos que:



O trabalho é, portanto, um momento efetivo de colocação de finalidades humanas, dotado de intrínseca dimensão teleológica. E, como tal, mostra-se uma experiência elementar da vida cotidiana, nas respostas que oferece aos carecimentos e necessidades sociais. Reconhecer o papel fundante do trabalho na gênese e no fazer-se do ser social nos remete diretamente à dimensão decisiva dada pela esfera da vida cotidiana, como ponto de partida para a genericidade para-si dos homens...É central a recorrência ao universo da vida cotidiana, quando se quer *transcender do âmbito e das ações próprias da consciência espontânea, contingente, mais próximas da imediatidade, para as formas de consciência mais dotadas de valores emancipados, livres e universais*” [grifos nosso] (ANTUNES, 1999, p.168)

Neste aspecto, que articula a vida cotidiana, que os processos educativos têm um caráter estratégico, para além do atendimento das necessidades imediatas dos trabalhadores. É a partir da realidade concreta que os trabalhadores podem compreender os processos sociais aos quais estão submetidos para criar possibilidades de intervenção coletiva.

É importante destacar que estamos atuando com trabalhadores jovens e adultos que trazem diversos saberes e experiências (estudo, trabalho, participação na comunidade), que demandam estratégias pedagógicas diferenciadas para incorporar estes conhecimentos acumulados nas trajetórias de vida. Temos também que considerar a heterogeneidade em relação às questões étnico-raciais, de gênero e geracional para potencializar uma participação ativa dos trabalhadores no desenvolvimento dos Percursos Formativos a partir da troca de experiências para a construção coletiva de novos conhecimentos.

Assim, proposta de qualificação profissional preconizada na Educação Integral do trabalhador fundamenta-se na perspectiva da Formação Humana para além das exigências do mercado, resgatando a utopia de uma formação onmilateral (GRAMSCI) e política que possibilite que os trabalhadores se reconheçam como

produtores da riqueza social a partir da compreensão histórica dos fundamentos da ciência, cultura por meio do trabalho, que supere a separação de conteúdos gerais e específicos na medida em que a relação entre ambas é intrínseca, pois todo conteúdo específico possui elementos universais e todo conhecimento geral, é uma síntese de múltiplas determinações, explorando o caráter dialético e contraditório da realidade, pois:

“ (...) os processos sociais de formação humana passaram a se configurar pela relação dialética entre a subsunção do homem ao capital e a luta contra essa mesma subsunção. Isso quer dizer que sob o modo de produção capitalista estão em jogo tanto as forças subjetivas do indivíduo – potencialmente capazes de produzir sua própria existência – quanto às forças objetivas estranhas a ele, for-

ças essas determinadas pelo movimento constante de valorização do capital, que promove a separação entre o indivíduo e o produto de seu trabalho. De forma simples, o fundamento dessa dialética é o seguinte: o homem se *forma* para ele ou para o capital. Enquanto se *forma* para o capital, sua subjetividade é pelo capital apropriada e ele não se reconhece como sujeito.” (RAMOS, 2001).

A construção curricular na área do turismo e hospitalidade, a partir desses pressupostos, busca compreender a configuração contemporânea do turismo e hospitalidade no país e no mundo a fim de, numa perspectiva crítica, discutir a dinâmica de ocupação dos territórios, os processos de mercantilização da paisagem e das manifestações culturais locais como um diferencial e atrativo turístico bem como discutir as condições de trabalho no setor.

Destacamos, por fim como

desafios para a concretização da Educação Integral dos Trabalhadores da ETHCI-CUT a necessidade de um processo da formação permanente dos educadores, para avançar na construção de estratégias pedagógicas de ensino-aprendizagem que superem a dicotomia entre a teoria e prática, a dualidade entre conteúdos gerais e específicos, o aligeiramento da educação dos adultos trabalhadores, dentre outros aspectos. Que promova uma nova relação entre os trabalhadores e o conhecimento, rompendo com a fragmentação do conhecimento e de práticas pedagógicas mecanicistas. Que acumule elementos para uma concepção de "escola unitária", aqui entendida como aquela que leva aos conhecimentos tecnológicos, assim como aos conhecimentos sobre a sociedade e a cultura e é concebida como ponto fundamental e estratégico das ações formativas na ótica do trabalho. ◀

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo. 1999. Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo, Boitempo Editorial.
- AUED, B. W. 1999. Educação para o (Des) Emprego. Petrópolis, Vozes.
- BARBARA, Maristela, MIYASHIRO, Rosana, GARCIA, Sandra. 2004. Experiências de Educação Integral da CUT: práticas em construção. Rio de Janeiro, DP&A.
- CUT. 1999. Política Nacional de Formação: História, Princípios, Concepções e Organização Nacional. São Paulo, Secretaria Nacional de Formação da CUT.
- _____. 2001. Bases do Projeto Político Pedagógico do Programa de Educação Profissional CUT - Brasil. São Paulo, Secretaria Nacional de Formação da CUT.
- FERRETTI, Celso *et al* (org.). 1994. Tecnologias, Trabalho e Educação: Um Debate Multidisciplinar. Petrópolis, Vozes.
- DUARTE, N. 2000. Vigotski e o “aprender a aprender”: crítica as apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas : Autores Associados
- ENGUITA, Mariano. 1993. Trabalho, Escola e Ideologia. Porto Alegre: Artes Médicas.
- FERRETTI, C. 1997. Formação Profissional e Reforma do Ensino Técnico no Brasil: Anos 90. In: Educação & Sociedade, Campinas, ano 18, n 59, p. 225-269, ag. 1997.
- FREIRE, Paulo. 1979. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. 1996. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- _____. 1994. Alfabetização e cidadania. In. *Educação Popular: Utopia Latinoamericana*. GADOTTI, M., TORRES, C.A. (orgs.), São Paulo, Ed. Cortez.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. 1996. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo, Cortez Editora.
- _____. 1998. Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século. Petrópolis, Vozes.
- GOUNET, T. 1999. Fordismo e Toytismo na civilização do automóvel. São Paulo, Boitempo.
- GRAMSCI, Antonio. 1981. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. 1991. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 8ª. Edição.
- HARVEY, David. 1996. Condição Pós-Moderna. São Paulo, Edições Loyola, 6ª. Edição.
- JARA, Oscar. 1994. El reto de teorizar sobre la practica. In. *Educação Popular: Utopia Latinoamericana*. GADOTTI, M., TORRES, C.A. (orgs.), São Paulo, Ed. Cortez.
- KOSIK, Karel. 1989. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 5ª. edição.
- LESSA, S. 1997. A Ontologia de Lukács. Maceió, EDUFAL.
- _____. 2002. Mundo dos Homens: trabalho e ser social. São Paulo, Boitempo Editorial.
- MACHADO, L., FIDALGO, F. 2000. Dicionário da Educação Profissional. Belo Horizonte: NETE/UFMG.
- MACHADO, L. 1998. Educação Básica, Empregabilidade e Competência. In Trabalho & Educação - Revista do NETE, n. 3, Belo Horizonte, UFMG, p. 15-34, jan./jul., 1998
- MANACORDA, Mario A. 1998. História da Educação. São Paulo, Cortez.
- MANFREDI, Sílvia Maria. 2002. Educação Profissional no Brasil. São Paulo, Cortez.
- _____. 1998. Trabalho, Qualificação e Competência Profissional. In: Educação & Sociedade, Campinas, ano 19, n. 64/Especial, p. 13-49, set. 1998.
- MARX, Karl. 1988. O Capital. v. I, São Paulo, Nova Cultural. (Os Economistas).
- MESZÁROS, Itsván. 2002. Para Além do Capital. São Paulo, Boitempo Editorial.
- NEVES, Lúcia M. W. 2000. Educação e Política no Limiar do Século XXI. Campinas, Editora Autores Associados, Coleção Educação Contemporânea.
- OURIQUES, Helton. 1998. Turismo em Florianópolis: uma crítica à indústria pós-moderna. Florianópolis, Ed.UFSC.
- _____. 2005. A produção do Turismo: Fetichismo e Dependência. Campinas, Alínea Editora.
- RAMOS, M. N. 2001. A Educação dos Trabalhadores e a Utopia da Plena Formação Humana. Mimeo.
- _____. 2001. A Pedagogia das Competências: Autonomia ou Adaptação? São Paulo, Cortez Editora.
- RUMMERT, Sônia M. 2000. Educação e Identidade dos Trabalhadores: As concepções do capital e do trabalho. São Paulo, Xamã; Niterói, Intertexto.
- _____. 2002. Trabalho e Educação: uma relação que supera os limites impostos pelo capital. In *Forma & Conteúdo*. São Paulo, SNF/CUT, n 11, ago. 2002.
- SAVIANI, D. 2000. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas, Autores Associados, 7ª edição.
- TREIN, E. CIAVATTA, M. 2003. O percurso teórico e empírico do GT Trabalho e Educação: uma análise para debate, In Revista Brasileira de Educação, set/out/nov/dez.2003, n.4.

Socialização das Experiências

Capítulo 3

Ações da Escola de Turismo e Hotelaria no PROESQ - Quem luta também educa!

O PROESQ foi importante para os debates e reflexões teórico-metodológicas da educação integral dos trabalhadores na cadeia produtiva e de serviços do Turismo e Hospitalidade. No ano de 2006, foram promovidas três atividades nacionais envolvendo sindicalistas, estudiosos do tema e educadores com o objetivo de aprofundar temas relevantes no âmbito do Mundo do Trabalho no Turismo e Hospitalidade, a

Educação e Certificação Profissional no setor e os desafios para a organização dos trabalhadores.

Os acúmulos advindos destas ações possibilitaram uma maior compreensão do setor no contexto atual, imprescindível para o avanço nas formulações da educação integral dos trabalhadores no Turismo e Hospitalidade.

Por meio da pesquisa do setor de Turismo e Hospitalidade no Brasil, com foco na Hotelaria, foram obtidos dados importantes sobre o perfil sócio-econômico

dos trabalhadores do setor. Estes resultados permitiram alcançar mais consistência na construção curricular da educação integral. Além disso, para o movimento sindicalista, trouxe novos elementos para o aprofundamento dos debates sobre as estratégias para a Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação e Certificação Profissional e para a disputa de hegemonia no âmbito das políticas públicas de educação profissional como também para a construção de uma nova perspectiva do turismo no país, na ótica dos trabalhadores. ◀



Seminário Nacional Turismo e Hospitalidade I Negociação e Contratação Coletiva da Qualificação Socioprofissional

Nesta atividade, para debater o tema: *As políticas públicas de educação profissional no atual contexto e a Educação Integral dos Trabalhadores* estiveram presentes Sandra Garcia, do Departamento de Educação Profissional da Secretaria de Educação do Paraná, José Celestino Lourenço, Secretário Nacional de Formação da CUT e Diretor Geral da ETHCI.

Para o debate do tema: *Mundos do trabalho, Educação Profissional e Educação Integral dos trabalhadores: desafios e perspectivas* estiveram presentes a professora Maria Ciavatta, da Universidade Federal Fluminense (RS) e Martinho da Conceição, coordenador geral da Secretaria Nacional de Formação da CUT.

As discussões incidiram nas mudanças das políticas de educação profissional no Brasil, em especial a revogação do decreto 2208/97 e a instituição do decreto 5154/2004. Neste contexto, destacou-se a necessidade de uma nova



Tino, Tudi e Sandra

estruturação da educação profissional que supere a dualidade dos sistemas de ensino e a dicotomia entre o trabalho intelectual X trabalho manual.

Levando

em conta o enorme e histórico déficit educacional no país, os desafios da construção de uma política pública de educação profissional requerem o debate sobre a educação de jovens e adultos (aqueles que não estudaram no período apropriado).

É preciso avançar no debate sobre o papel das experiências de educação profissional com trabalhadores jovens e adultos frente à essa situação, pois o avanço da nova institucionalidade da educação profissional dependerá da consis-



Maria Ciavatta



Tudi e Abgail



Gerardo e Martinho



Lilian-Dieese

tência das experiências educativas existentes e da capacidade de participação dos diversos atores sociais na formulação de estratégias para a constituição de uma política pública neste âmbito.

Neste sentido é preciso construir propostas de educação profissional compatíveis com a realidade e necessidades da população brasileira no que tange especialmente: ao grau de escolaridade dos trabalhadores; as diversas possibilidades de articulação das demandas de qualificação profissional ao letramento e elevação da escolaridade de jovens e adultos trabalhadores e ao avanço na compreensão sobre as transformações do mundo do trabalho do turismo e hospitalidade e os impactos para os trabalhadores.

Portanto, os desafios para a construção da educação integral dos trabalhadores, a partir da centralidade do trabalho, é uma possibilidade de se contrapor a lógica excludente do mercado e reafirmar a centralidade política do sujeito trabalhador.

Sobre o tema: *Turismo e Hospitalidade: cenários e perspectivas* esteve presente o professor Helton Ricardo Ouriques, do departamento de economia da Universidade Federal de Santa Catarina e Lucilene Binsfeld, presidente da

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS. Nesta oportunidade, foi abordada a lógica de desenvolvimento do turismo nos países centrais e nos países periféricos e as condições de trabalho no setor em nível mundial. A partir da constatação de que este setor comporta uma das relações mais precárias em relação aos demais (contratos precários, intensa jornada de trabalho, etc) colocaram-se como desafios para o movimento sindical, a construção de novas estra-

tégias no embate nas relações capital e trabalho no setor, que requerem uma atuação para além do local de trabalho. Torna-se necessário compreender o modelo hegemônico de desenvolvimento do turismo para interferir no seu processo de consolidação. Observamos a destruição dos recursos naturais e a economia das localidades nas quais se instalam as atividades turísticas que, na maiores das vezes, não trazem benefícios para a população local.

Esteve também presente na

atividade representante da UITA, Gerardo Iglesias, do Uruguai, que apresentou uma panorâmica do Turismo e Hospitalidade na América Latina e as ações que a entidade vem desenvolvendo, como a campanha contra o turismo sexual e a prostituição infantil no setor. Além disso, foi um momento de troca de experiências sobre a metodologia de pesquisa, que se constituiu num subsídio importante para as definições da pesquisa da cadeia produtiva no Turismo e Hospitalidade realizada pelo DIEESE. ◀

Seminário Nacional Turismo e Hospitalidade II - Negociação e Contratação Coletiva e Certificação Profissional



Neto, Marise e Rosana

Para discutir o Tema: *Panorama da Certificação Profissional no Brasil e sua relação com a Classificação Brasileira de Ocupações: os desafios para o movimento sindical cutista e a perspectiva da Educação Integral*, estiveram presentes a professora Marise Nogueira Ramos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e da FIOCRUZ e Sebastião Lopes Neto, diretor do Instituto de Intercâmbio Estudos e Pesquisas – IIEP, de São Paulo. Nesta oportunidade foi contextualizado o

processo de certificação profissional no país e as principais mudanças ocorridas no atual governo. Dentre os desafios colocados para o movimento sindical, destacou-se a necessidade de maior aprofundamento do tema para a construção de uma proposta alternativa de certificação, na ótica do trabalho.

Sobre o tema: *As políticas públicas de Educação Profissional no Brasil e a visão da CUT sobre a Educação dos Trabalhadores* tivemos as contribuições de Adriano Larentes da Silva – ETHCI/CUT - e de Martinho da Conceição – SNF/CUT. Na oportunidade foi destacada a relevância das experiências da CUT desenvolvidas na última década, nos diferentes programas de qualificação pro-



Martinho, Tudi e Adriano

fissional que articularam a elevação da escolaridade dos trabalhadores em várias regiões do país. Tal acúmulo vem colocando para

a CUT, mais do que nunca, a tarefa de contribuir para os avanços nas políticas públicas de educação profissional no Brasil. ◀

Oficina Nacional de Validação

A oficina de validação foi um importante espaço de síntese dos acúmulos adquiridos ao longo do desenvolvimento metodológico no PROESQ. Reuniu dirigentes do movimento sindical de quase todo o território nacional, o que possibilitou discutir as especificidades regionais e os desafios comuns a serem enfrentados pela classe trabalhadora no atual contexto.

Propiciou ainda, ampliar o debate sobre a educação integral como estratégica para o fortalecimento da ação sindical.

Os debates realizados ao longo de 2006, apontaram as profundas transformações que estão ocorrendo na sociedade e no mundo do trabalho, a partir da década de 90, do século XX.

Para subsidiar os debates em torno dos desafios e estratégias para

a organização dos trabalhadores do setor, foi apresentado o resultado da pesquisa realizada pelo DIEESE. Em relação ao perfil dos trabalhadores, o coordenador da pesquisa, José Silvestre Prado, analisou os dados obtidos, que confirmaram a importância de o movimento sindical cutista avançar no âmbito da Negociação e Contratação da Qualificação Sócio-profissional, tendo em vista a escassez deste



Participantes

tema nas convenções coletivas do setor, ao mesmo tempo em que há um consenso da necessidade de formação dos trabalhadores para a conquista de melhores condições de trabalho.

Diante deste contexto, os debates realizados enfatizaram o papel estratégico da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT para o movimento sindical a partir da consolidação da proposta de educação integral dos trabalhadores no setor Turismo e Hospitalidade, fortalecendo um projeto educacional na ótica do trabalho como elemento de disputa em um contexto de clara hegemonia do capital. ◀



Apresentação da pesquisa - DIEESE

Oficinas Metodológicas - Turismo e Hospitalidade

As oficinas metodológicas, no âmbito do PROESQ, foram espaços importantes de estudos, reflexões e formulações coletivas da equipe pedagógica da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha e possibilitaram avanços na construção curricular da educação integral dos trabalhadores no Turismo e Hospitalidade.



Oficina Turismo e
Hospitalidade 1: o turismo



Oficina Turismo e
Hospitalidade 2: o turismo



Oficina Turismo e
Hospitalidade 1:
a hospitalidade



Oficina Turismo e
Hospitalidade 2:
a hospitalidade



Oficina Nacional
de validação

A importância da Educação Integral dos Trabalhadores na estratégia sindical: depoimento dos sindicalistas

“ Para nós, dirigentes do setor de turismo e hospitalidade, a construção da educação integral tem uma importância significativa na vida dos trabalhadores deste setor. Já experimentamos esta metodologia aqui em nossa região e fomos pioneiros no Estado da Bahia. Os resultados desta iniciativa começam a aparecer como a percepção de que se trata de um projeto de disputa ideológica entre o capital e trabalho. Estamos levando até os trabalhadores uma educação voltada para a transformação social do ser humano, na qual compartilhamos os saberes acumulados de educadores e educandos numa perspectiva de avançar nos debates de disputa de uma política de educação pública e de qualidade para os trabalhadores.

O setor de Turismo e Hospitalidade é um dos setores da economia que mais cresce no mundo e neste ritmo de crescimento surgem os diversos problemas e desafios para a classe trabalhadora. Temos os menores salários, péssimas condições de



Jobilio e Elio

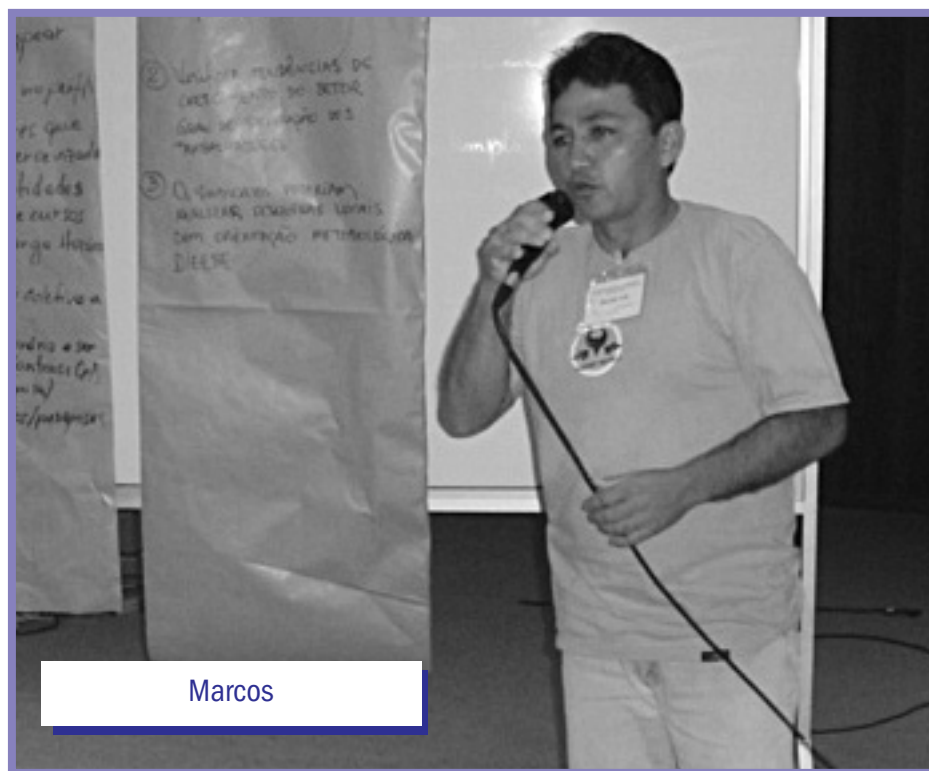
trabalho, baixa escolaridade dos trabalhadores, devastação ambiental, discriminação etc. O desafio é construir uma estratégia no movimento sindical tra-

çando um plano de aproximação dos trabalhadores para intervir principalmente no modelo de educação e qualificação profissional que esta sendo desenvolvi-

do, com práticas que só interessam ao capital.

Eu acredito que o trabalho da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha tem acumulado elementos importantes para a educação profissional e para o movimento sindical, em especial para o setor de serviços, que foi há algum tempo aliado das prioridades da central, mas temos avanços devido o posicionamento firme da nossa confederação, a CONTRACS. Tive a oportunidade de refletir, por meio do PROESQ sobre os desafios que nós dirigentes do setor temos pela frente em relação ao atual processo de transformação no mundo do trabalho. No momento em que se discute a certificação dos trabalhadores, nós dirigentes temos a obrigação de buscar novos conhecimentos para participar desta discussão com mais consistência para defender os interesses dos trabalhadores e para uma nova concepção sobre o modelos de turismo que queremos.”

(Jobilio Ferreira de Oliveira - Diretor de Formação Sindical DO SINTHOTESB - Sindicato dos Trabalhadores em Bares, Restaurantes, Parques Aquáticos, Bingos Pousadas e Similares do Extremo Sul da Bahia e presidente da Associação Escola Brasil Profissional)



Marcos

“ *A minha entidade é o Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Santos, Baixada Santista, Litoral Sul e Vale do Ribeira - SINTHORESS. Gostaria de destacar o trabalho feito pela escola no ano de 2006. As palestras e os textos debatidos nos encontros foram, sem dúvida, muito esclarecedores e de importância para nossa entidade. É uma necessidade que o sindicato venha a se fortalecer num trabalho junto à base. Os cursos que são realizados para a categoria abrangem, ainda, muito pouco as noções de cidadania e de direi-*

tos. Infelizmente, a nossa categoria é muito flutuante. Temos dificuldades de organização, com exceção, é claro, nas empresas que têm acima de 100 trabalhadores. O baixo nível de escolaridade dos trabalhadores também nos remete para um grande desafio. Esperamos que com mais este contato direto com o trabalhador nós possamos reverter uma das grandes dificuldades que sempre tivemos, aumentar o número de sindicalização. Mas aumentar com qualidade e não apenas em número.”

(Marcos Antonio Mendes - Diretor Regional na Subsede da região no Litoral Sul de São Paulo do SINTHORESS)

“ É a possibilidade de aquisição de novos conhecimentos nos âmbitos educacional e profissional que possibilitará a melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores.

Considerando que nossa entidade é recém filiada à CONTRACS-CUT e por sermos o único sindicato desta categoria na região Norte, as atividades do PROESQ foram excelentes, por nos possibilitar uma visão ampla do setor e do movimento sindical cutista.”

(Francisco Gerson Conceição do Nascimento é diretor do Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, Rest. Chur., Pizzarias, Lanch., Past., Sorv., Bares, Casas Drink's, Casas Shows, Motéis, Coz. e Similares do Estado do Amazonas)



Francisco

“ A educação é o melhor caminho para realizarmos

mudanças e transformações. Organizar os trabalhadores sob a ótica da educação integral, considerando o trabalhador, sua história de vida e suas experiências é, sem dúvida, a melhor estratégia do movimento sindical para fazer a disputa de hegemonia na sociedade. Não só social, mas também cultural. No momento em que o trabalhador se sentir parte integrante do processo, tiver a compreensão do porque de seu trabalho, estiver consciente da importância do seu lugar na sociedade e compreender sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, aí sim a organização dos trabalhadores e a educação terão dado sua contribuição plena na construção de um país melhor.

Além da informalidade que é gritante no setor, a alta rotatividade é um dos grandes desafios para a organização dos trabalhadores, ou seja, a maioria dos trabalhadores não permanece no mesmo emprego por muito tempo.



Tudi

O comércio tem se tornado a porta de entrada no mercado de trabalho, o primeiro emprego para jovens trabalhadores, que em seguida buscam outro emprego em outro setor. Na parte de serviços, em especial hotelaria e turismo, encontramos trabalhadores que têm emprego somente em período de alta-estação, chamadas de período do turismo ou de férias. Estes prognósticos dificultam o trabalho do movimento sindical junto à sua classe de representação.

Assim, reafirmamos a importância da qualificação profissional integral dos trabalhado-

res, em especial do setor de turismo e hospitalidade, para que os mesmos possam ser valorizados e ter maiores e melhores oportunidades de trabalho. As atividades do PROESQ foram muito positivas e contribuíram para um primeiro diagnóstico do setor de turismo e hospitalidade. Além disso, auxiliou na identificação dos desafios e das demandas da categoria e na articulação dos sindicatos em âmbito nacional, para atuação em conjunto nos processos formativos.

Vale a pena ressaltar que as atividades desenvolvidas pela ETHCI por meio do PROESQ contribuíram para o acúmulo e para a formulação de metodologias de educação dos trabalhadores a partir da realidade dos educandos.”
(Lucilene Binsfeld é presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços - CONTRACS / CUT)

Concretizando novas práticas pedagógicas: o desenvolvimento metodológico da Educação Integral dos Trabalhadores da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha

A Educação Integral dos Trabalhadores da ETHCI/CUT orienta-se por uma proposta de educação que tem como abordagem permanente a construção coletiva do conhecimento, numa perspectiva crítica.

Como o público do projeto são jovens e adultos oriundos de diferentes realidades, possuidores de histórias de vida, saberes e escolaridade diferenciados não se pode conceber a relação educando - educador como uma simples transferência de informações e conceitos. Principalmente porque um dos objetivos estratégicos é o de possibilitar ao educando compreender-se enquanto sujeito de um processo histórico, que em um determinado território, faz a sua história interagindo com outros sujeitos. Ao final dos Percursos Formativos o que se almeja é que os educandos possam ampliar as possibilidades de inserção e/ou permanência no mundo do trabalho em um outro patamar e se organizar na comunidade, nos locais de trabalho, no bairro, etc. para fomentar ações coletivas em busca da melhoria das condições de vida para todos. Nesta medida, educandos e educadores devem intera-

gir de modo a respeitar os diferentes saberes trazidos ampliando as possibilidades de apropriação dos conhecimentos historicamente acumulados, pautando-se em relações de troca e não de transferência mecânica de conteúdos.

Esta concepção de educação pressupõe momentos de debate, reflexão crítica, pesquisa e sistematização - sempre tendo a identidade do grupo, sujeitos coletivos, como elementos-chaves para o desenvolvimento das ações pedagógicas.

Trazemos aqui a riqueza de possibilidades que esta concepção de educação abre. Os percursos formativos da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha constituíram-se em momentos de apreensão da PERCEPÇÃO DO GRUPO acerca dos temas e conceitos trabalhados; de TRABALHO COM CONTEÚDOS, expresso em textos, poemas, imagens, músicas, etc., e de SÍNTESE dos conhecimentos construídos, que expressam a concretização de novas práticas pedagógicas e uma nova relação entre os sujeitos e o conhecimento.

Os desafios que se colocam para a construção de uma nova

abordagem educativa junto aos trabalhadores jovens e adultos são inúmeros. Por isso, reafirmamos a importância da formação permanente e sistemática dos educadores para a superação dos limites instituídos na educação formal e autoritária onde os conhecimentos são tratados de forma estanque, acrítica e distantes da realidade concreta dos sujeitos.

Portanto, uma abordagem da totalidade histórica requer uma postura investigativa e rigorosidade metódica, como nos alerta Paulo Freire, para não incorrerem em práticas voluntaristas ou espontaneístas. Buscamos, assim, superar a educação “bancária” que se expressa em processos de mera transmissão de conteúdos, pois *“nas condições de verdadeira aprendizagem, os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”*. (Freire : 2002).

A identidade metodológica da educação integral no desenvolvimento dos diferentes cursos de educação profissional foi explicitada na abordagem de temas perma-

entes sobre o eixo Trabalho, Cultura e Tecnologia. Ou seja, tanto os cursos de Informática e Mundo do Trabalho, Gastronomia e Identidade Cultural, Relações Comerciais/Vendas, Comunicação e Cultura: Língua Espanhola, Gestão Hoteleira e Arte e Cultura integraram

as especificidades de cada área com os temas relacionados às Transformações no Mundo do Trabalho no Turismo e Hospitalidade e as alternativas de trabalho e renda, ao Meio Ambiente e Relações Sociais, às Condições de Trabalho e Saúde dos Trabalhadores, às questões de gênero

e etnia, Políticas Públicas: Educação, Cultura e Trabalho e a história de luta dos trabalhadores. Relacionamos a seguir uma amostra das produções dos educandos dos diversos cursos realizados pela Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha desde 2003. ◀

Meio ambiente e relações sociais



Saídas de campo para aprofundamento do debate sobre a questão ambiental. Visita técnica à Estação Carijós – área de preservação do manguezal.

Berçário

Manguezal
restinga de fauna animal,
importante arsenal
contra a degradação ambiental.
Verde feito de brancos,
vermelhos e pretos.
Berçário e alimento de aves,

animais inclusive dos ditos racionais.
Espanca a morte
e grita tua vida minha restinga aflita.

Adriana Reginato Guilloux –
educanda de Educação Profissional
com Elevação de Escolaridade ETHCI

O Manguezal

O manguezal é um ecossistema que produz grande quantidade de matéria orgânica carregada pela maré para outras áreas e serve como filtro biológico.

O solo é formado por lama escura. Ocorre especialmente no Litoral de Santa Catarina até os limites do Norte do Brasil, incluindo a Ilha de Marajó.

Existem três tipos de árvores de mangue: preta, branca e vermelha, onde habitam várias espécies de seres vivos, sendo que uma espécie depende da outra para sobreviver, gerando um ciclo de vida. Outra espécie de vegetal que existe nos manguezais é o capim pratúra. De

réptil tem o jacaré do papo amarelo, de mamífero tem a lontra, de inseto tem o pernilongo, de crustáceo além de camarões existem três espécies de caranguejos como o aratú vermelho, uçá e chama maré, de moluscos tem marisco e berbigão. “Dois terços de todos os peixes marinhos e tropicais dependem direta ou indiretamente dos manguezais.”

Todos os manguezais são protegidos por Lei, mas, na prática, a preservação não acontece devido a falta de fiscalização dos órgãos públicos que alegam falta de funcionários e material para o trabalho e por isso nossos manguezais passam por esse lamentável processo

de degradação ambiental, que são causados por lixos e esgotos.

E como os órgãos públicos são decadentes, necessitam da ajuda de Organizações Não Governamentais (ONG's) para formar, junto com a comunidade, movimentos na atuação preventiva e de remoção do lixo já despejado. De-ve-mos nos conscientizar para que os manguezais não sejam banidos da natureza, pois eles são de extrema importância para o nosso planeta.

Roseli Mendes Rodrigues -
educanda de Educação Profissional
com Elevação de Escolaridade ETHCI

O Meio Ambiente: Direito Nosso

Quando falamos em expansão urbana o que nos vem à mente?

Logo pensamos no passado, em tudo aquilo que é incerto a cada dia, ano. Muitas coisas mudam, as cidades, a sociedade e principalmente o capitalismo que ganha muito com esta mudança. Principalmente os empresários e os latifundiários que faturam muito com construções desordenadas, como ocorre em Áreas de Preservação Permanente e também as construções desenfreas-

das, que não conseguem ser paradas, não respeitam os limites, principalmente as obras de pessoas que têm dinheiro, que podem comprar tudo, até mesmo passar por cima da Lei, desrespeitando a fiscalização ou melhor, pagando, subornando.

Deveria ser feita uma fiscalização mais rígida, mas não apenas jogar a culpa na fiscalização. Nós também temos que cobrar e ajudar. Denunciando, cobrando dos órgãos responsáveis. No bairro onde moro, em

Ponta das Canas, há um esgoto a céu aberto e ninguém toma qualquer atitude, principalmente os moradores que poderiam se mobilizar e cobrar do órgão responsável. Não há calçadas, as pessoas caminham à beira da estrada (...) Pensam tanto no bem estar do turista e esquecem da comunidade.

Fiquei chocada com a informação passada pela mídia dos problemas na SC-401, muitas pessoas apelavam para arrumarem os buracos que causaram

muitos acidentes, mas o problema só foi resolvido por estar próximo da alta temporada, chegada dos turistas. Mas o erro é nosso por não cobrarmos de nossos governantes, pois eles prometem mundos e fundos.

As campanhas de preservação do meio ambiente, também só são feitas próximo da alta

temporada, por que não fazer sempre, junto com moradores, empresários, escolas públicas e particulares? Às vezes nos deparamos com situações de enchentes, temporais e terremotos e só quando acontece algo mais grave é que tomamos alguma atitude ou apenas nos lamentamos. O próprio homem está causando

mal a si e a natureza. Vamos lutar pelos nossos direitos. Cobrar é direito nosso. A preservação do meio ambiente é direito nosso, cobrar, ajudar a preservar!

Franciele do Carmo Nogueira -
educanda Educação Profissional com
Elevação de Escolaridade ETHCI

Natureza....

Sou água
Sou fogo
Sou terra
Sou ar
Sou o que começa
onde vai terminar...
Sou luz
Sou escuro
Sou bem sou mal
Sou estrela que nasce
Sou estrela que cai
Sou aquele que fica
Sou aquele que vai
Sou espaço
Sou tempo
Sou pranto
Sou o cantar
Sou água que corre

Sou água que cai para vida brotar
Sou sol que queima para a vida
matar
Sou campo
Sou céu
Sou sede de amar
Sou vida
Sou morte, como você interpretar
Sou aqui
Sou lá
Chego em tudo e em todos, mas
ninguém me vê chegar,
Sou mistério da vida, e da criação
Sou paz
Sou tristeza
Sou uma canção
Sou caminho e caminhante neste
universo sem fim...

Sou ouro
Sou platina
Sou marfim
Sou pobreza
Sou riqueza
Sou fartura, e fome enfim...
Sou começo de tudo
Sou o início do fim
Sou criança
Sou lembrança
Sou fera
Sou a nota da canção
Sou a própria natureza
No início da razão

Osiris Mello Ribas - Educando de
Relações Comerciais/Vendas ETHCI



A abordagem metodológica se efetiva por meio da Centralidade do Trabalho como aspecto fundante do ser social. Trata-se de apreender que o ser humano enquanto ser da natureza necessita elaborar a natureza, transformá-la, pelo trabalho, em bens para satisfazer às suas necessidades vitais, biológicas, sociais, culturais, etc.” (Projeto político-pedagógico ETHCI)

Questões Étnicas e de Gênero

Semana das Mulheres

Na semana das mulheres, nós, educandos do Aroeira tivemos a oportunidade de participar de atividades voltadas a elas, mostrando sua participação na história do Brasil falando sobre suas necessidades. Dos movimentos que reivindicam por seus direitos, que mesmo sendo em lugares diferentes são muito semelhantes. Foi feita tam-

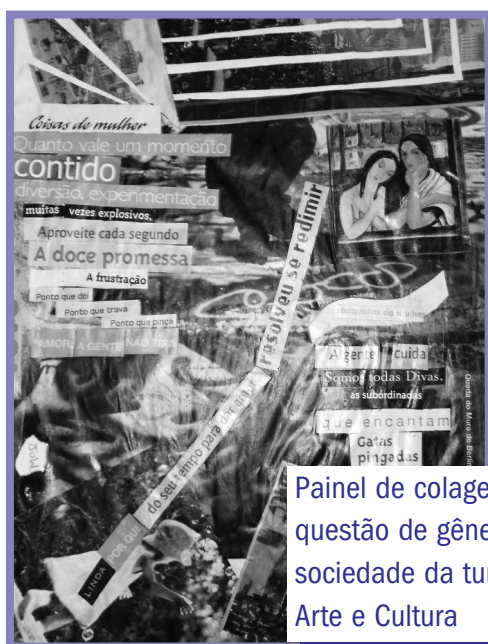
bém atividade de pesquisa na internet sobre Rosa Luxemburgo e Margarida Alves. Nós prestigiamos a apresentação de Hip Hop de jovens das comunidades do Siri e Papaquara (Norte da Ilha).

A apresentação encantou a todos que estavam presentes. Assistimos ao filme OLGA que foi uma história verídica que ocorreu

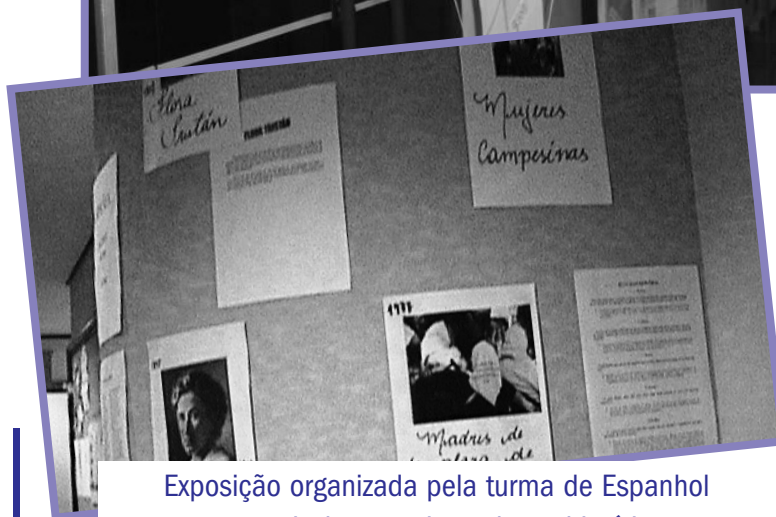
durante a Ditadura de Vargas, que apesar de ser um filme triste mostra a realidade das pessoas que lutavam pela construção de um mundo mais justo.

Produção coletiva da turma de Informática dos jovens do Consórcio Social da Juventude - Aroeira

Trabalho coletivo elaborado pela turma de relações comerciais/venda problematizando as estratégias de marketing e o “produto” mulher na sociedade.



Painel de colagem sobre a questão de gênero e sociedade da turma de Arte e Cultura



Exposição organizada pela turma de Espanhol a partir de pesquisa sobre a história de luta das mulheres

As Dificuldades do Negro no Mercado de Trabalho

Tendo como base principalmente dados estatísticos e publicações de sociólogos, políticos e instituições que trabalham o papel do negro na sociedade brasileira, as informações apresentadas são de suma importância para o levantamento de questões que ajudarão na compreensão do processo que exclui o negro de determinadas áreas no mundo do trabalho com maior reconhecimento social predominantemente composto por brancos.

O acesso do negro às escolas e sua participação nas posições de maior remuneração no mercado de trabalho são produtos do preconceito e da discriminação que estão implícitas nas atitudes dos dirigentes escolares e administradores de empresas, onde se detecta um número insignificante dos mesmos nestes ambientes. A partir da análise histórica da presença do negro na sociedade brasileira, podemos perceber a ideologia do branqueamento presente em nossa sociedade, que o leva a se sentir inferiorizado ao ver sua identidade, cultura, valor humano, força de trabalho menosprezados.

Nota-se a intenção da manutenção do negro como classe proletária, novamente escravos, agora no sistema capitalista.

Segundo dados do IBGE, o Brasil é o país com a segunda maior população negra do mundo. Contudo, analisando o mercado de trabalho, percebe-se que a quantidade de negros em setores “elitizados” é muito baixa. O mesmo problema ocorre com o ingresso do negro nas universidades do Brasil. De acordo com a pesquisa realizada pela FASE (Federação para a assistência social e educacional de São Paulo), a possibilidade de um negro ingressar na universidade é de 18%, enquanto esta possibilidade para o branco é de 43%. Considerando-se a população negra, o Brasil fica na 120ª posição mundial, ressaltando com isso a diferença entre os níveis de vida da população branca e da população negra.

Discriminado e marginalizado, a imagem do negro perante a sociedade é de desqualificado, incapaz em diversas áreas do mundo do trabalho, em posições aquém da merecida. O negro sofre com maior intensidade a situação sócio-econômica e com desemprego, marcado pelo estigma de ser preto ou pardo.

O que se verifica é que há uma dificuldade de inserção do negro e sua ascensão em áreas do mercado de trabalho de maior status social devido a presença

do racismo. Em nossa sociedade verifica-se que as vagas mais qualificadas em empresas, comércio, hotelaria e outros setores não é oferecida a trabalhadores negros. O fato é que o Estado passou a agir afirmativamente para a correção de séculos de discriminação e exclusão da população negra, com a organização e reivindicação e muita luta dos movimentos negros.

Elaboração de Thiago Carlos Dias e

Luiz Gustavo dos Santos

Trabalho coletivo da turma de
Relações Comerciais/Vendas

Condições de trabalho e saúde dos trabalhadores no turismo e hospitalidade

O Trabalho Informal em Florianópolis

O trabalhador informal em Florianópolis enfrenta muitas dificuldades no período de baixa temporada, assim como a maioria da população porque depende do turismo para sobreviver. O trabalho autônomo nem sempre é uma opção, a falta de oportunidade de um emprego formal, com carteira assinada é o que muitas vezes leva o trabalhador para a infor-

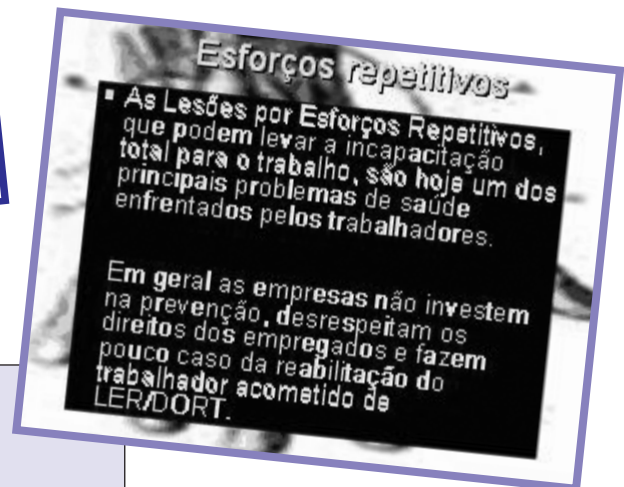
malidade vivendo o extremo: de liberdade de horários à falta de estabilidade financeira e mito de altos ganhos com pouco esforço (...) Apesar das contradições e incerteza a informalidade é uma tendência mundial motivada pela falta de empregos e diante de tantas dúvidas surge a terceirização, onde, na maioria das vezes, não há estabilidade nem categoria

profissional para garantir seus direitos. São inúmeros os tipos de trabalhadores que vivem na informalidade indo desde camelos, vendedores autônomos que trabalham na área da saúde, beleza, além de pescadores, cooperativas de trabalhadores.

Natalina Borges – educanda de
Informática ETHCI



Painel sobre as condições de trabalho no turismo - educandos Informática



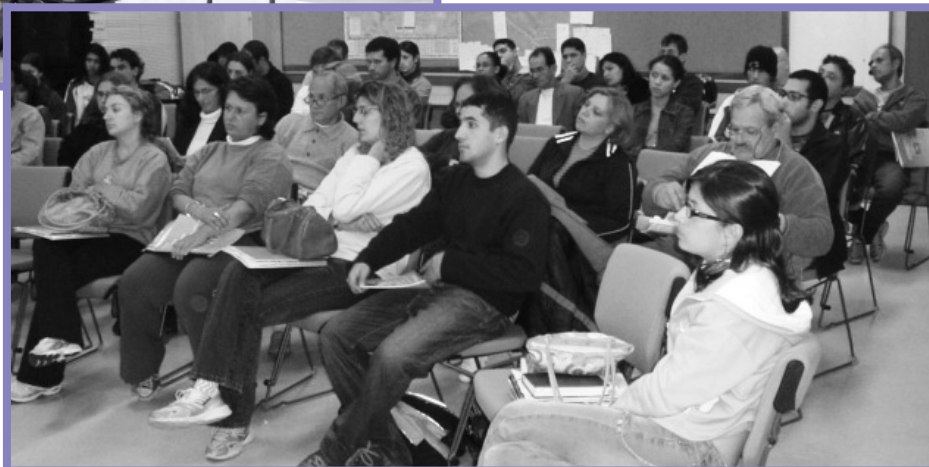
Trabalho de pesquisa sobre as doenças ocupacionais – turma informática

“Os Cursos de Educação Integral dos Trabalhadores constituem-se em dimensões articuladoras da pesquisa e da realidade, de conhecimentos específicos vinculados à cadeia produtiva do Turismo e Hospitalidade, da relação entre a prática e a teoria e na intervenção como resultado da participação e organização dos trabalhadores nos espaços sociais.”
(Projeto político-pedagógico ETHCI)



Encenação da peça: Saúde dos Trabalhadores e a intensificação do ritmo de trabalho, inspirada em Tempos Modernos, de Chaplin – turma arte e cultura

Atividade coletiva integrada dos diversos cursos - Palestra Direitos dos Trabalhadores



Mundos do trabalho: alternativas de trabalho e renda



Visita técnica ao assentamento do MST em Garuva – SC, para debate sobre as alternativas de trabalho e renda e o cooperativismo.



Trocando experiências e saberes. Saída de campo para conhecer as iniciativas dos pescadores artesanais de criação de ostras e mariscos em Enseada de Brito, Palhoça, SC

Políticas Públicas e Democratização do Estado



Dinâmica de integração dos jovens e discussão sobre trabalho e lazer

Trabalho coletivo dos jovens sobre políticas públicas e a realidade dos trabalhadores



Visita à Assembléia Legislativa de Santa Catarina

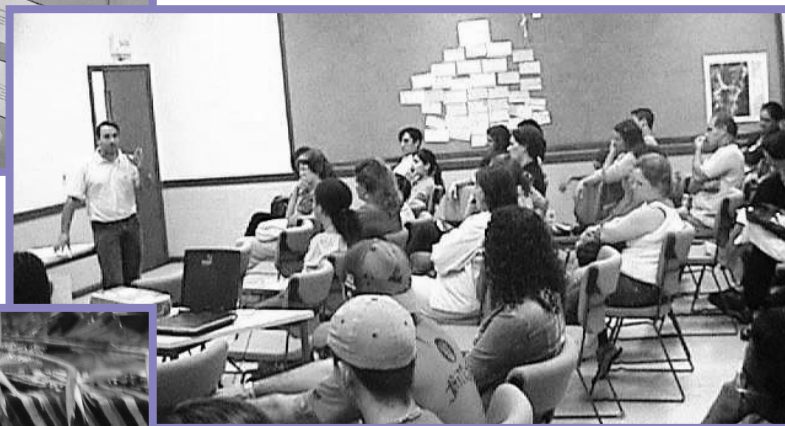
Participação dos jovens dos cursos de informática e gastronomia em audiência pública sobre a questão da moradia nas áreas de risco



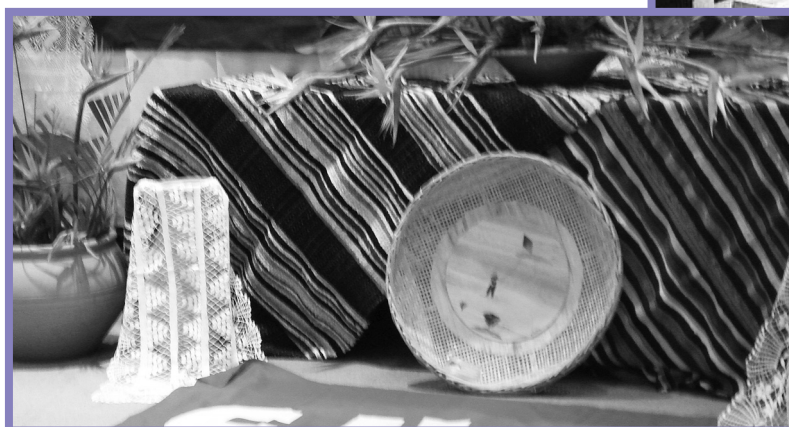


Painel elaborado sobre a problemática do transporte coletivo em Florianópolis

Debates sobre Trabalho e Educação



Trabalho coletivo sobre o tema Trabalho e Cultura



A Luta dos Trabalhadores

“Meu Maio”

Meu maio, não eu diria. Nosso maio!!
Que cada um de nós tenha orgulho ao saber que o que temos
Como dito de direito conquistado
Outrora nos custou:
Coragem, quando havia medo
Luta, quando havia opressão
Morte, quando o que se buscava

era melhores condições de vida
Força, reunida em uma grande multidão,
Que o grito que o nó sufocou,
ecoe por todo o globo,
E que as fronteiras sejam somente divisas em nossa terra,
Mas nunca presentes em nosso coração,

Sempre mantendo como aliada, a
esperança daqueles que juntos
tiveram coragem de transformar
em atos,
as urgentes necessidades dos trabalhadores de toda uma geração.

Pablo Camargo - Educando
Informática ETHCI

Nunca esquecer de lutar

Na Revolução Industrial, as relações sociais e de trabalho nas fábricas ditavam o ritmo de vida dos trabalhadores, os quais eram forçados a trabalhar até 16 horas por dia. Essas condições somadas a outras, levaram os proletários a se organizarem para lutar por seus direitos.

Essa luta custou a vida de

milhares de homens, mulheres e crianças, que foram mortos, mutilados, perseguidos e presos por acreditarem em seus ideais, ao longo da história. As greves foram as respostas que os trabalhadores encontraram para mostrar ao capital que não estavam satisfeitos e que iam seguir lutando por seus direitos. O primeiro de maio foi uma data histórica-

mente escolhida para homenagear e reafirmar que a luta por melhores condições de trabalho sempre estará apenas começando e para nunca esquecer de lutar.

Texto produzido coletivamente pelos educandos de informática e mundo do trabalho ETHCI

O Trabalhador

Que dia é esse importante
Que tão todos reunidos
Fala um homem envolvido
Veja eu sou professor
Quero um melhor salário
Pra poder comprar o pão
Protestou um operário
Todos nós temos família
Ta gritando o lavrador
Nossas casas todas brilham

A faxineira com dor
Lá atrás grita o garçom
Precisamos descansar
Já falei com meu patrão
P'ras férias minha me dar
E chegando o fim do dia
Dia do trabalhador
Chegou o cabeleireiro
O banqueiro e o doutor
Concordando com protesto

Com bandeira e
muitos gestos
Escreveu o escritor
Tou mandando essa carta
Escrevo por muita gente
Vou colocar no correio
E mandar pro presidente.

Marlene Correa -
Educanda Informática ETHCI

A Organização dos Trabalhadores

O trabalho sempre esteve presente na história da humanidade, sendo seu objetivo inicial a sobrevivência. Com a Revolução Industrial, aprofunda-se a obtenção de lucros por meio da exploração da mão-de-obra, este fato que teve como consequência o aprofundamento da divisão das classes sociais geradas pelas desigualdades na distribuição da riqueza socialmente produzida.

Estas características pertencem ao modo de produção capitalista, que se consolidou na Inglaterra no final do século XVIII e foi possível graças ao acúmulo de capital. A partir daí, surgem as fábricas, há o uso de máquina a vapor, ocorre uma maior divisão do trabalho e conseqüentemente, o aumento da produção. O capitalismo desde sua origem é um sistema de exploração da mão-de-obra, pois

já nessa época houve a concentração de riquezas nas mãos dos grandes proprietários capitalistas.

Os trabalhadores começaram então a se organizar, reivindicando seus direitos como aumento de salários e melhores condições de vida, participação nos lucros, redução da jornada de trabalho, combate à exploração do trabalho infantil, entre outros. Estas organizações se utilizaram de instrumentos como

manifestos, greves, paralisações, boicotes nos meios de produção entre outros. No dia 1º de maio de 1886, 500 mil trabalhadores saíram às ruas de Chicago, nos Estados Unidos, exigindo a redução da jornada de 16 horas para 8 horas de trabalho. A polícia reprimiu a manifestação, dispersando a concentração, depois de ferir e matar dezenas de operários. Mas a história dos trabalhadores não parava por aí, no dia 5 de maio de 1886, os trabalhadores novamente voltaram às ruas e novamente foram reprimidos pelos policiais. Depois de muitas lutas e reivindicações, foi decretado, no dia 1º de maio de 1889, em Paris, o Dia Internacional do Trabalho. E

em 1890, os trabalhadores americanos conquistaram a jornada de 8 horas de trabalho.

“O dia do trabalhador é da maior importância não só para o movimento sindical e para aqueles que o representam, mas também para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária.”

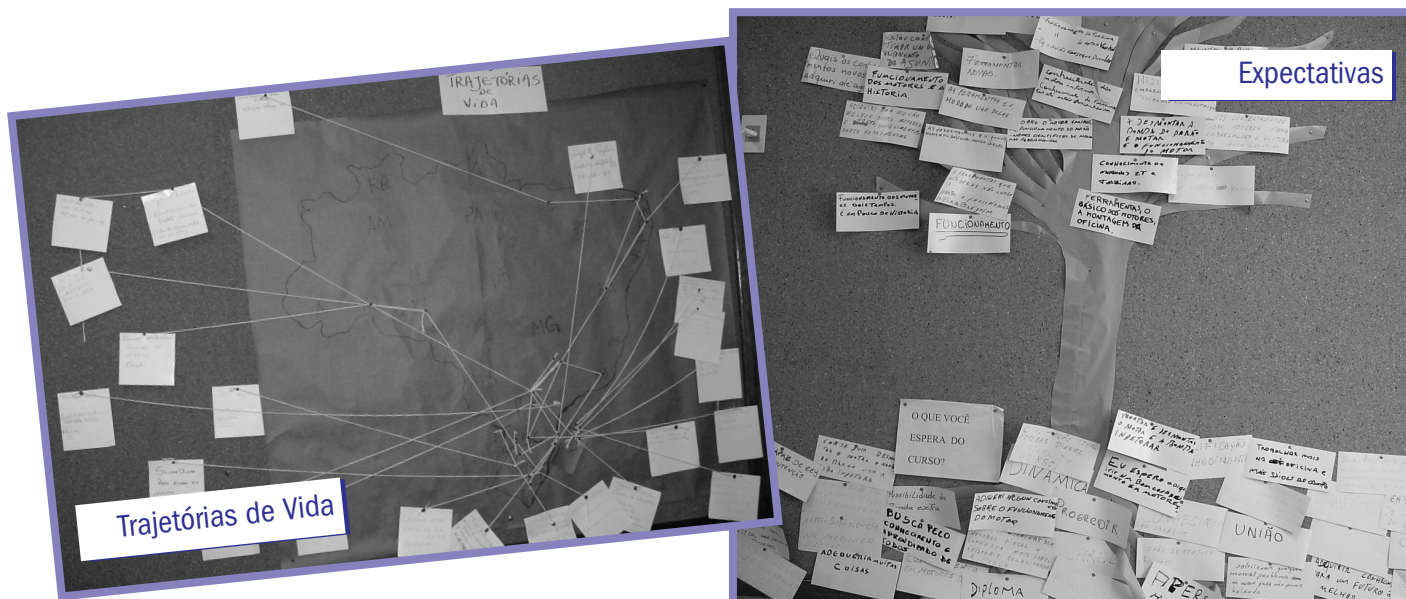
No Brasil, é o dia de afirmação dos valores e organização sindical e a necessidade do progresso econômico e social. Porém não é isso que ocorre, é a partir da primeira metade da década de 40, do século XX, que o Governo passa a comemorar esta data, com festas, desviando o sentido deste dia. O dia internacional de luta da classe tra-

balhadora passou a ser usado para iludir o trabalhador, inclusive o aumento do salário mínimo costuma ser anunciado nesta data. Podemos dizer, com tudo isto, que sempre houve luta por parte dos trabalhadores, eles lutavam por um ideal e por melhores condições de vida e trabalho, e principalmente por uma distribuição igualitária da riqueza socialmente produzida.

Este trabalho coletivo foi resultado de oficinas de produção de texto, desenvolvidas a partir dos debates sobre história e condições de trabalho. O texto foi elaborado por Mônica Roberta Kuhn e Norien Germano Fávero, turma de Relações Comerciais / Vendas

Os Cursos

Em todos os cursos, o ponto de partida são as trajetórias de vida dos educandos e suas expectativas.



Informática e Mundo do Trabalho

O curso visa proporcionar a apropriação de conhecimentos técnicos relativos à informática a partir da abordagem do setor de turismo e hospitalidade no Brasil e no mundo. A perspectiva do curso a partir do eixo Trabalho, Cultura e Tecnologia é possibilitar a amplia-

ção de conhecimentos para além de uma perspectiva tecnicista de ensino-aprendizagem e que possibilite a compreensão das transformações nos processos de trabalho e no cotidiano com a introdução das novas tecnologias.

A Introdução às ferramentas

básicas do Office: Paint, Word, Internet Explorer, Correio Eletrônico, elaboração de páginas WEB, Excel e Power Point, Windows Explorer, tem como base as produções dos educandos ao longo do Percorso Formativo.

Meios de Comunicação

A televisão e o computador são meios de comunicação associados à vida moderna. É por meio destes dois veículos de comunicação que a sociedade recebe a maior parte das informações sobre o que acontece no mundo. E as informações chegam muito mais por meio da televisão do que do computador, porque ela ainda é muito mais aces-

sível à maior parte da população. Portanto, apesar de trazer informação o computador ainda não pode ser considerado um meio de comunicação de massa. Ocupa parte do dia-a-dia das pessoas tanto para o trabalho, como para o lazer.

As famílias se reúnem para ver na televisão os informativos e as programações em geral que dis-

traem e divertem. Ao mesmo tempo em que ela informa, ela (TV) aliena e faz com que as pessoas acreditem em certas notícias que na maioria das vezes não são verdadeiras (...)

Elaboração de Virginia e Juliana –
educandas curso de Informática e
Comunicação

Tempos Modernos ou Tempos Retrógados?

No filme de Charles Chaplin, ele faz uma análise da condição do trabalho em plena Revolução Industrial. O homem se torna quase escravo da máquina sendo direcionado a agir como um robô. A forma escravista de trabalho deixa o trabalhador sem tempo para suas necessidades físicas e espirituais, tornando-o pobre em seus pensamentos, fazendo-os escravos, além do patrão, de si mesmo.

Vivemos hoje, na Era da

modernidade, muitas das máquinas da Era de Chaplin foram melhoradas, no entanto, a forma condicionadora de trabalho continua a mesma, ou até um pouco pior, pois, com a modernidade o trabalhador se ilude ao pensar que pode competir com o patrão e se torna tão manipulável quanto antes. Charles Chaplin nos deixou uma frase que vai servir para qualquer década: “Não sois máquinas, homens é que sois”. Com este

pensamento, então, seremos capazes de não nos deixarmos escravizar pelo sistema e sim vermos que a máquina foi feita para o homem e não o homem para a máquina. Em tempos modernos é preciso olhar para os rastros da história para não regredirmos na evolução dos valores e dos direitos.

Roberto Guilherme da Costa - educando do curso de informática e mundo do trabalho

Tecnologia e Globalização

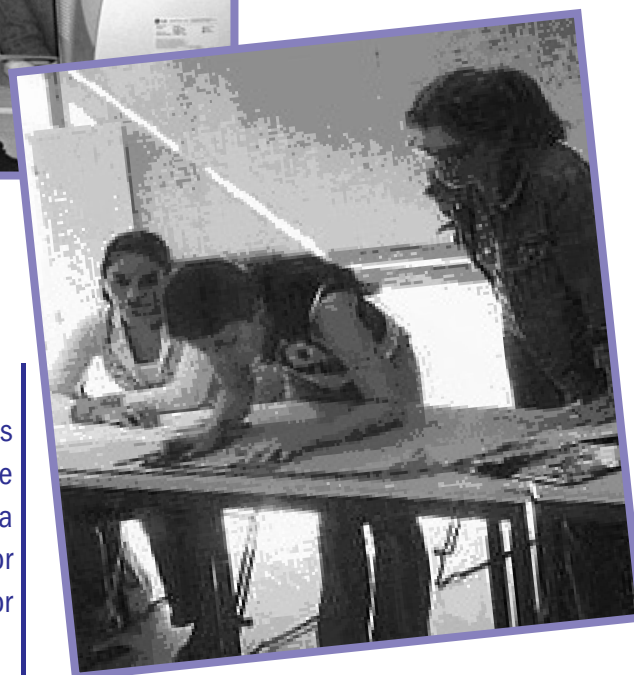
(...) A globalização não beneficia a todos de maneira uniforme. Uns ganham muito, outros ganham menos, outros perdem. Na prática exige menos custo de produção e maior tecnologia. A mão-de-obra menos qualificada é descartada. O problema não é individual. É um drama(..) dos países mais pobres, que perdem com a desvalorização das maté-

rias-primas que exportam e o atraso tecnológico. A globalização está concentrando renda: os países ricos ficam mais ricos e os pobres ficam mais pobres.

A eliminação dos postos de trabalho representa o lado mais perverso da globalização. O resultado mais dramático da crise da economia capitalista é o crescimento extraordinário do desem-

prego, motivado por duas causas básicas: o progressivo declínio das taxas de crescimento econômico aliado ao desenvolvimento tecnológico com as relações de produção características deste sistema. O problema não é só social, mas, sobretudo econômico.

Rafaela A. Paz – educando de informática e comunicação ETHCI



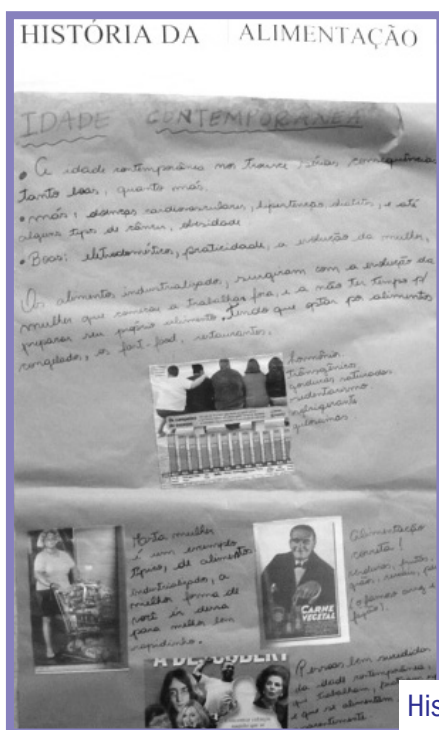
Trabalhos em grupos para elaboração de painéis para trabalho posterior no computador

Gastronomia e Identidade Cultural

O curso visa possibilitar a apropriação dos conhecimentos relativos à gastronomia a partir de uma abordagem histórico-cultural para a compreensão do mundo do trabalho no turismo e hospitalidade. Dentre os conteúdos desenvol-

vidos, destacamos: a história da alimentação e os hábitos alimentares; as culturas regionais; conceitos, técnicas de preparo e definições gastronômicas; manipulação e conservação de alimentos; panorâmica das principais referências

gastronômicas do Ocidente e Oriente; criação de receitas e fichas técnicas; etiqueta à mesa; nutrição e alimentação saudável; coquetéis e drinks; relações de trabalho no setor de alimentos, saúde e direitos dos trabalhadores.



Montagem de Mesa

História da Alimentação

Produção de pratos de diferentes culturas



Comunicação e Cultura: Língua Espanhola

A proposta de educação integral da Língua Espanhola visa possibilitar a apropriação dos conhecimentos básicos da Língua Espanhola (conversaão, compreensão, escrita e leitura) a partir de uma abordagem histórica sobre a América Latina e a reflexão

sobre o mundo do trabalho contemporâneo. Dentre as temáticas estudadas temos: o processo histórico da América-Latina; a Integração Latino Americana, Trabalho e Cultura na América Latina, condições de trabalho e a luta dos trabalhadores .

A exploração dos aspectos gramaticais, desta forma, é realizado de forma contextualizada, buscando potencializar não somente um aprendizado mecânico de um outro idioma, mas uma visão crítica sobre o nosso continente.

El Trabajo se Hace Necesario

Sin el trabajo el hombre no sobrevivirá.
Miro el sol en su nacer
Deseo disfrutar de su calor con placer
No puedo, necesito trabajar
La brisa suave de la mañana
La sonrisa encantadora de los pájaros
Ah! Como yo quería descansar

No puedo, necesito trabajar
Escucho en medio al silencio
Un sonido asustador, despertador
Y él, aquel que me recuerda todo día
Qué necesito trabajar
Si no trabajo todo para
Todo se deshace, la vida me desampara

¿ Cómo puedo cambiar este rotero?
¿ Sera que consigo solito?
Al observar el mundo entero
Buscando formas, salidas, modos
Pero, se hace necesario trabajar

Cleiton Santana Magalhães - educando do curso de Espanhol ETHCI

Distinto

Todo es distinto cuando un pueblo pisa fuerte.
Todo es distinto cuando un hombre pinta con amor.
Todo es distinto cuando tenemos el alma de marinero.
Todo es distinto cuando el amor queda guardado en secreto.
Todo es distinto cuando la soledad es olvidada.
Todo es distinto cuando el odio se convierte en amor.
Todo es distinto cuando los

niños están en las escuelas.
Todo es distinto cuando los jóvenes no están en las drogas.
Todo es distinto cuando los niños quieren estudiar, pero los políticos desvían lo que les pertenece.
Todo es distinto cuando creemos en los sueños.
Todo es distinto cuando creemos en nuestras capacidades.
Todo es distinto cuando un

padre sale de noche y llega de noche para traer el sustento de su familia.
Pero todo es distinto cuando el padre no está pero con su familia y el hijo mayor tiene que asumir las responsabilidades del hogar.
Todo es distinto cuando escuchamos las olas del mar batido en las piedras.
Pero todo es distinto cuando todo eso se torna basura

por la ganancia de los hombres.
Pero todo ese es distinto cuando los hombres no se venden ni se compran.
Todo es distinto cuando se mira distinto.

Luciano Ataíde - aluno del curso de Español ETHCI



Dinâmicas para abordagem sobre a centralidade do trabalho e a comunicação



Momentos de estudos para apreensão de uma segunda língua

Arte e Cultura

O curso visa possibilitar a apropriação de diferentes técnicas artísticas (teatro e recreação, organização de eventos e artes visuais), associadas aos conteúdos históricos da arte e da cultura a partir da centralidade do trabalho com uma abordagem articulada ao setor do turismo e

hospitalidade e a questão ambiental na qual se desenvolvem estudos sobre as manifestações populares artísticas de resistência como forma de expressão dos trabalhadores; a percepção da arte e suas diferentes linguagens; noções básicas sobre comunicação e divul-

gação de eventos e espetáculos; a apropriação de conhecimentos sobre as diferentes técnicas de reaproveitamento de materiais; desenvolvimento das habilidades motoras e da criatividade; e a discussão sobre o trabalho formal e informal e as alternativas de trabalho e renda.



Trabalhos do curso de Arte e Cultura: produções artísticas, utilizando diversas técnicas



Exercícios práticos de técnicas cênicas da turma de Arte e Cultura: iniciação ao teatro



Oficina Sons do Trabalho: elaboração de instrumentos e sensibilização para a música

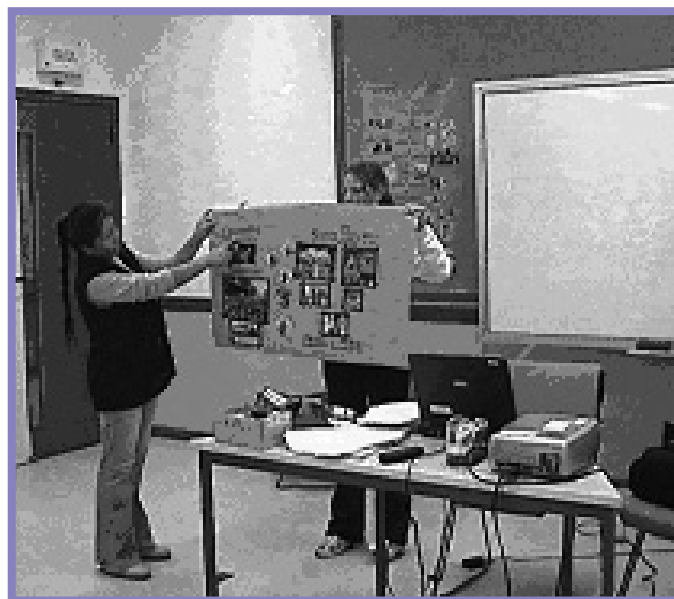


Atividade de ampliação cultural: visita à exposição de obras artísticas

Gestão e Hotelaria

O curso visa trabalhar as noções básicas sobre diferentes setores de um hotel: recepção, reservas e departamento comercial, governança, A&B, compras, marketing e organização de eventos, tendo como eixo o mundo do trabalho no setor de Turismo e Hospitalidade, no qual se aborda a saúde do trabalhador e as condições de trabalho, os diferentes meios de hospedagem e sua relação com a formação sócio-espacial e a economia zlocal.

Momentos de socialização dos trabalhos em grupos sobre os meios de hospedagem



Turismo: Bom ou Mau?

O bom turismo é o que vem para trazer benefício para a comunidade, aumentando sua renda e sua qualidade de vida, conscientizando e valorizando sua cultura e preservando todo o meio ambien-

te (...). O mau turismo é o criado com o único objetivo da lucratividade, sem planejamento, sem consciência de que tudo que fazemos de ruim contra o meio ambiente estamos fazendo para a

nossa própria destruição e as consequências serão desastrosas para nosso futuro.

Denise Silva – educanda de Gestão Hoteleira

Relações Comerciais/Vendas

O curso visa trabalhar as dinâmicas das relações comerciais no setor de Turismo e Hospitalidade, abordando sobre o mercado de trabalho, mercado de consumo e os desenvolvimentos local, regional e global; as noções de economia política: o

mundo das mercadorias; transformações no mundo do trabalho: o trabalho formal e informal; saúde do trabalhador e condições de trabalho; direitos dos trabalhadores: Legislação trabalhista; atendimento e técnicas de vendas; noções de contabilidade

básica e planejamento de vendas; análise de mercado: introdução à leitura de dados estatísticos e gráficos; direitos do consumidor; marketing e comunicação; pesquisa sobre produtos (origem, processo de produção e impactos sociais e ambientais).



Trabalho elaborado pelo educando Pedro Banero sobre a discriminação racial no local de trabalho

Foram levantados dados sobre as condições de trabalho no comércio e o perfil das mulheres (renda, escolaridade, ocupações).

Com base nos dados coletados foram elaborados gráficos para análises críticas. Dos relatos colhidos, o grupo

sintetizou o seguinte: "As

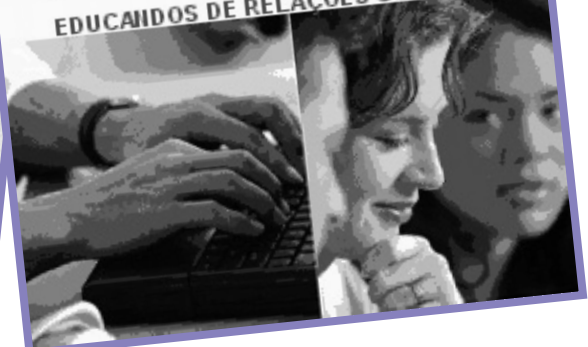
diferenças estão em acharem que a mulher é incapaz de exercer uma função de maior importância.

Mas a culpa é da sociedade

Saída de campo das turmas de relações comerciais/vendas para conhecimento de experiência de empreendimento sócio-econômico de reciclagem articulando com as abordagens sobre meio ambiente e a organização dos trabalhadores



PERFIL DAS MULHERES TRABALHADORAS DO COMERCIO EDUCANDOS DE RELAÇÕES COMERCIAIS



Depoimentos de educandos na avaliação coletiva final dos percursos formativos

“Pensei que era um curso só na área técnica, porém percebi que a escola tem grande preocupação em formar trabalhadores com informações para a vida profissional e intelectual. Fico feliz de saber que, em nosso país, onde tantos trabalhadores estão desacreditados, há órgãos como este, ETHCI, que contribuem para a recuperação da autoestima e valorização profissional do trabalhador.”

Roberto Guilherme da Costa - educando do curso de Informática

“No início achava que iria aprender somente informática, mas acabei aprendendo não só informática e sim uma visão política e clara de tudo ou quase tudo ao meu redor, no lugar, no país no qual vivo. Aprendi pontos sobre informática os quais não conhecia, como trabalhar no Word, Excel, Power Point, usar ferramentas disponíveis, entre outros. Sobre as reflexões e debates, foram momentos únicos, pois com essas ferramentas tive a oportunidade de exercitar o falar, o questionar, o raciocínio, o expor, e ao mesmo tempo, de compartilhar com meus colegas e educadores.”

Ana Paula Leal Shigeada Calvis Martins - educanda do curso de Informática

“Quando iniciei o curso, pensava em me aperfeiçoar profissionalmente, aprendendo usar um computador, porém

agora que concluí o curso, além de ter mais uma qualificação, preocupo-me mais com o trabalhador que somos nós. Também vejo que tenho mais amigos, colegas e professores.(...)Também abriu mais minha cabeça em relação às questões trabalhistas, pois estamos nesse meio e às vezes não sabemos das questões. Sendo meu primeiro curso no Sistema CUT, achei excelente aproveitamento, por meio da metodologia adotada pela escola, tornando mais fácil e descontraído aprender, não tomando apenas o conhecimento específico do curso, mas tendo noções de vários aspectos que querendo ou não, envolvem o trabalhador. Pois, no curso aprendemos, além de informática, a nos expressar melhor, por meio dos trabalhos feitos em grupo e, adquirimos mais noções de nossos direitos como cidadão trabalhador.”

Iraclides de Matos - educanda do curso de Informática

“Sempre tive desejo de falar, escrever e compreender nossos irmãos que nos visitam. Também como fazia 30 anos que não participava mais de uma escola me sinto feliz em poder aprender a

cada dia mais, compartilhar com outras pessoas e adquirir mais conhecimentos.”

Dilma Magali dos Santos - educanda do curso de Espanhol

“O curso me despertou para melhor observar e tentar compreender textos escritos em espanhol, interesse em filmes falados em espanhol. Além do espanhol, aumentou a cultura geral e esclareceu sobre assuntos referentes a cidadania e a atualidade”.

Brunhilde Kummerle - educanda Espanhol

“Minhas expectativas iniciais eram de adquirir conhecimento técnico na área comercial. Hoje percebo o conhecimento como algo bem mais amplo.”

Priscila Bion - educanda do curso de relações comerciais/vendas

“Eu já gostava de cozinhar antes, mas ai surgiu este curso e eu resolvi fazê-lo para ganhar mais conhecimento. Chegando aqui eu encontrei muito mais que isso(...), um dos meus planos para o futuro é fazer faculdade de nutrição.”

Natalia Alves - educanda do curso de gastronomia e identidade cultural

Reflexão sobre a prática pedagógica: com a palavra, os educadores

*“Ninguém educa ninguém.
Ninguém educa a si mesmo.
As pessoas se educam entre si, mediatizadas pelo mundo.”*

Paulo Freire

A Educação como um Processo de Intervenção Social

A educação é sempre um ato político, não importa qual seja sua perspectiva. Ao lidarmos com o conhecimento, estamos transformando nossa compreensão de mundo.

Nos cursos oferecidos pela ETHCI, as trajetórias de vida dos educandos são o ponto de partida dos Percursos Formativos, para que no processo ele se perceba

como sujeito histórico. No curso de informática, onde atuo como educadora, o computador é uma ferramenta para possibilitar a troca e apreensão de novos conhecimentos. As atividades desenvolvidas no laboratório são sempre a síntese dos trabalhos individuais e coletivos, desenvolvidos a partir da leitura de textos, de debates, de exibição de filmes, de palestras ou

das reflexões sobre a participação dos educandos na comunidade.

A partir de processos educativos que tentam intervir na sociedade, como é o caso da educação integral, é que será possível a construção de um novo modelo de educação e de sociedade.

Hanen Sarkis Kanaan –
Educadora de Informática

A Experiência do Curso de Gastronomia

O curso de Gastronomia da ETHCI, diferente dos comumente conhecidos, foi construído a partir das necessidades e vivências dos trabalhadores. Tem como temas geradores as transformações do mundo do trabalho, a história da humanidade, a cultura e a luta de classes. Dentro destes temas gerais são trabalhados os conteúdos técnicos da Gastronomia, como as técnicas gastronômicas básicas e internacionais, conhecimento de condimentos e preparações tradi-

cionais, história dos principais alimentos, cultura e cozinhas regionais e internacionais, bem como funções e serviços em restaurantes. Para tal, propõem-se sempre atividades dinâmicas que possibilitem a participação ativa dos educandos e também a ampliação do letramento, por meio de trabalhos em grupos, confecção e apresentação de painéis, leitura e interpretação de textos, discussão de filmes. Nossa experiência vem nos mostrando que caminhamos no sentido

certo, pois os educandos ao concluírem o curso, não somente acumulam um bom conhecimento técnico, mas também uma visão diferente de mundo. Seus horizontes se ampliam, pois eles percebem que como trabalhadores e cidadãos unidos, podem ser sujeitos ativos na sociedade, podendo ser os transformadores da sua própria história.

Renata Carvalho de Oliveira –
Educadora de Gastronomia

O Curso de Gestão Hoteleira na perspectiva da Educação Integral

Primeiramente quero salientar que foi um grande desafio para mim enquanto educadora da área de turismo formatar o curso de Gestão Hoteleira sob a ótica da educação integral, que é o de construir permanentemente

formas de mediação entre os saberes dos sujeitos envolvidos no processo educativo com os conhecimentos acumulados historicamente.

Não tenho dúvidas de que foi o início de um grande trabalho

cujo desafio é mostrar ao educando o diferencial do curso em relação aos cursos técnicos que existem na área de turismo.

Adriana Gomes de Moraes –
Educadora de Gestão Hoteleira

O Idioma Espanhol para além de si Mesmo

Toda língua, seja ela qual for, está imersa na cultura de um povo. Na aprendizagem de um segundo idioma, a posição daquele que aprende pode ser descrita de duas maneiras: ou o aprendiz se relaciona com o idioma de forma meramente técnica, deixando de lado os aspectos culturais do idioma, ou o aprendizado se dá de forma dialética, numa relação entre conteúdos específicos e gerais, texto e contexto. Numa cultura impregnada de pragmatismo como a nossa, tendemos a valorizar à relação técnica do

aprendizado.

Mas, a segunda alternativa parece ser o melhor método quando se trata de aprendermos uma segunda língua. Por quê? Por uma questão muito simples, os recursos gramaticais de um idioma, por exemplo, servirão para dialogar com a vida, com os aspectos da cultura política, econômica e social dos locais onde se fala tais idiomas. E isso significa extrapolar a concepção mecanicista de educação.

O curso de espanhol da ETHCI, desenvolvido até o

momento e fundamentado na idéia de educação integral do **trabalhador**, reconhece todos os limites e dificuldades inerentes ao processo educativo, se além a idéia de que a apropriação de conteúdos técnicos por si só não tem o menor sentido, ao contrário, procura colocar em prática a idéia de Paulo Freire de que entre texto e contexto não há separação, mas relação dialética e dialógica, sem a sobreposição de um sobre o outro.

Valdenésio Aduci Mendes –
Educador de Espanhol

As Relações Comerciais numa Perspectiva de Integralidade

O objetivo geral do curso foi trabalhar a possibilidade da apropriação crítica de conhecimentos acerca das Relações Comerciais na sociedade contemporânea. Os educandos são majoritariamente trabalhadores das redes de super-

mercados da grande Florianópolis e diversas áreas comerciais, com condições de trabalho extremamente precarizadas.

O desafio maior como educador é aprofundar a metodologia da educação integral para

incorporar o saber acumulado dos educandos, fazendo um contraponto à educação formal, em que o aluno no processo de ensino-aprendizagem é visto como um pote vazio que necessita ser preenchido com determinado

conteúdo. Para isso, é necessário entender as expectativas dos educandos ao ingressarem no curso. A fala mais presente é a possibilidade de abrir seus próprios empreendimentos. A proposta do curso é materializar uma educação visando a integridade, construindo novas relações de trabalho nesses empreendimentos geridos pelos trabalhadores, de criar formas diferencia-

das no exercício do trabalho. Os conceitos de economia política são necessários para entender a lógica de funcionamento empresarial, fruto do processo histórico que desencadeou o modo de produção capitalista regido pelos grandes blocos econômicos.

Nossa proposta de educação integral rompe com o discurso da neutralidade, estimulando o educador e, conseqüentemente,

o educando a romper com a forma fragmentada de ver o conhecimento, trazendo para o processo metodológico suas múltiplas dimensões. Paulo Freire diz que o homem integrado é o homem Sujeito, possibilitando-o a optar, contrapondo a lógica do adaptar-se.

Rodrigo Faria Pereira –
Educador Relações Comerciais

Os Desafios de uma Educação Emancipadora na Gastronomia

A alimentação sempre foi o grande desafio da humanidade. Comer é uma necessidade vital e sempre se devolveu técnicas que aprimorassem a conservação e facilitasse o consumo. Cozinhar e se alimentar ao longo da história se transformou em arte, status e também sinônimo de exclusão, tornando a fome e a insegurança alimentar um problema mundial.

Na perspectiva de discutir a alimentação como um direito humano é que se constrói o percurso do curso de gastronomia e

identidade cultural. Parte-se da trajetória alimentar dos educandos, já que o que se come, quando, com quem, por que e por quem é determinado culturalmente, transformando o alimento (substância nutritiva) em comida.

O curso visa abordar e debater assuntos pertinentes à realidade social, necessidades e desafios dos trabalhadores, entendendo a educação como uma via de dois sentidos – o educando e o educador ensinam e aprendem a partir, no nosso caso,

da centralidade do trabalho.

A intencionalidade é despertar a consciência do mundo e a consciência de classe, de maneira integrada. Portanto, por meio da proposta pedagógica da educação integral buscamos fazer com que nossos educandos tenham a oportunidade de se redescobrirem como sujeitos de sua própria história.

Aline Salami – educadora de
Gastronomia e Identidade
Cultural

Arte e Cultura na Perspectiva da Educação Integral

Novas formas de pensar a educação parecem nascer a todo o momento. Porém, além do pensar, há que se fazer! Desde o início, a proposta educativa apresentou-se

como um desafio. Trabalhar com jovens e adultos numa perspectiva que pretende perceber cada indivíduo no processo enquanto ser humano que carrega os conheci-

mentos acumulados de sua trajetória de vida, não é tarefa das mais fáceis, ainda mais quando o educador deixa explícito que é a partir desses conhecimentos que

vamos desenvolver os conhecimentos específicos de certa área.

Alguns educandos demonstram estranhamento, pois, muitas vezes não dão crédito às suas próprias experiências. Para nós, enquanto educadores, trabalhar as trajetórias de vida significa deixar transparecer a história de cada sujeito para o grupo de trabalho, de forma que estes possam iniciar uma reflexão sobre quem são eles mesmos – trabalhadores. Ao final, as experiências se assemelham pois pertencem todos à uma única classe...

Nesta perspectiva pedagógica, torna-se muito importante dei-

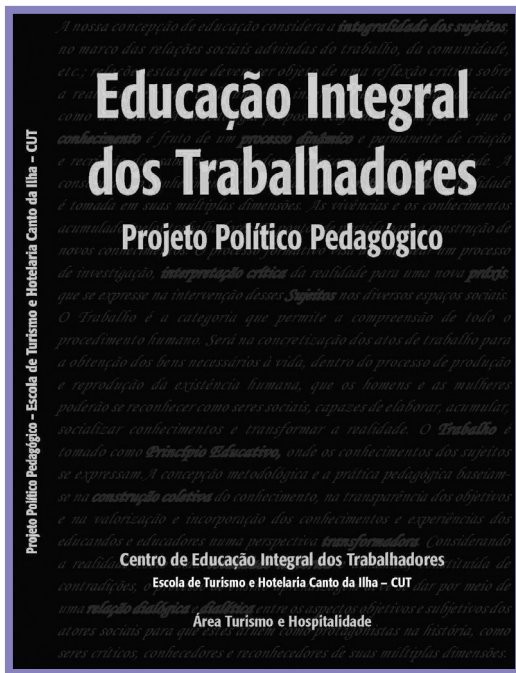
xar claro o que estamos fazendo, pois os educandos também questionam qual a relação entre experiências pessoais e o processo educativo. A expectativa pelo saber que possibilita o emprego é a grande emergência destes grupos, e neste caso, a construção coletiva do conhecimento é um processo um pouco mais longo do que esta emergência da vida social.

Na área de Arte e Cultura, tivemos uma turma de artes plásticas e outra de artes cênicas. No caso desta última, trabalhar, por exemplo, com o Teatro do Oprimido reflete claramente uma opção político-social. Acredita-

mos que tanto na arte quanto na educação, a “neutralidade” implica em tomar partido. Seja dos opressores, daqueles que estão no poder, ou não. Enfim, tentar manter-se neutro é permitir que as formas de opressão continuem existindo. É a partir deste pressuposto que desenvolvemos a educação integral dos trabalhadores. E aqui estamos: refletindo, causando crises e possibilitando o debate sobre a educação e seu papel numa sociedade de classes.

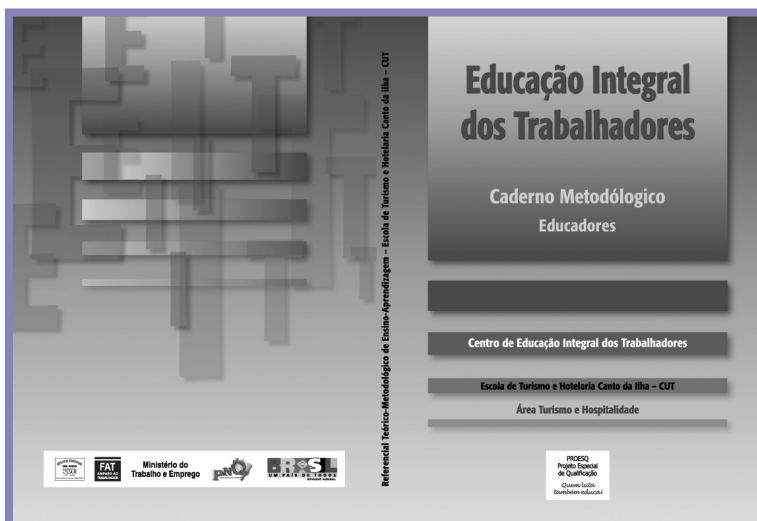
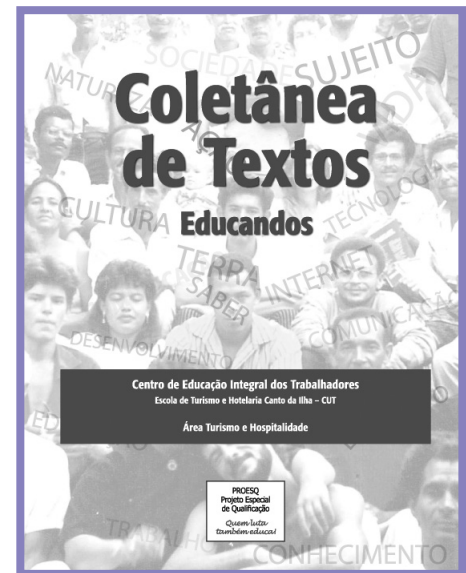
Juliana Walendy – educadora do curso de Arte e Cultura

Publicações da Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha



Projeto Político Pedagógico de Educação Integral dos Trabalhadores na Área do Turismo e Hospitalidade
Rosana Miyashiro e Nivaldo R. Moretto
Florianópolis, 2005 – Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha – CUT

Coletânea de Textos – Educandos
Rosana Miyashiro e Nivaldo R. Moretto
2005 – Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT



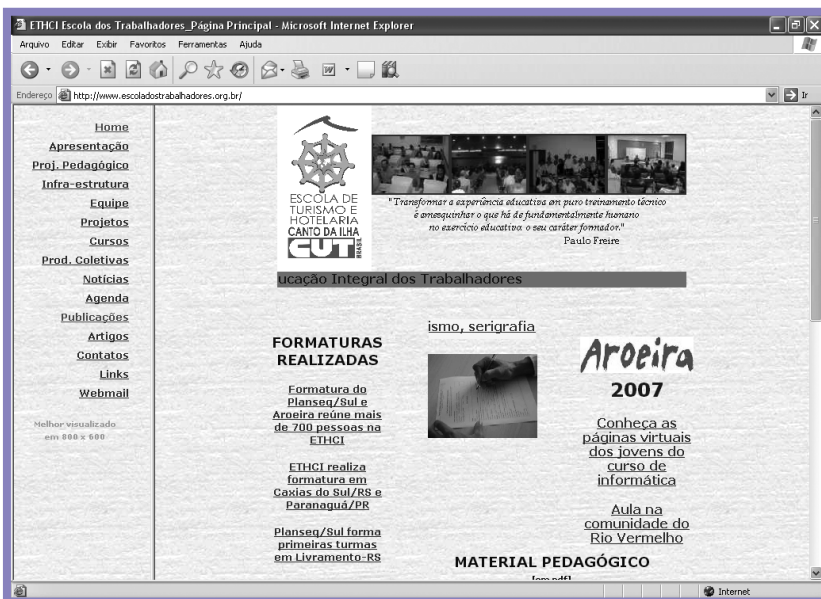
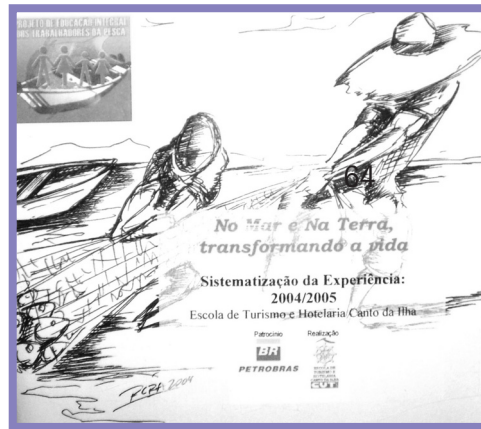
Referencial teórico-metodológico de ensino-aprendizagem com jovens e adultos.
Rosana Miyashiro e Nivaldo R. Moretto
Florianópolis, 2005 – Escola de Turismo e Hotelaria Canto da Ilha - CUT

Outras Elaborações



O jornal da ETCHI-CUT foi fruto da proposta político-pedagógica da Escola e contou com a participação ativa dos trabalhadores educandos na construção coletiva de novos conhecimentos e no debate sobre a realidade em que estão inseridos. Este número teve como objetivos apresentar o projeto educativo, bem como socializar as diversas ações da escola e as produções dos trabalhadores(as) educandos(as) nos diversos cursos de educação integral (Informática, Língua Espanhola, Gastronomia).

DVD - Projeto de Educação Integral dos Trabalhadores da Pesca. Sistematização da experiência 2004/2005. Convênio firmado com a Petrobras.



Site elaborado pela equipe pedagógica da escola: www.escoladostrabalhadores.org.br. Constam informações sobre as ações pedagógicas e a agenda institucional da ETCHI, o projeto político pedagógico da educação integral dos trabalhadores, os projetos conveniados, as publicações institucionais e os trabalhos pedagógicos dos (as) educandos (as).

Revisão
LUCIANA SERENO

Diagramação
DLC - EDITORA DE JORNAIS E REVISTAS LTDA

Capa
NSA COMUNICAÇÃO

Título
TURISMO E HOSPITALIDADE:
DESENVOLVIMENTO METODOLÓGICO PARA A QUALIFICAÇÃO SOCIOPROFISSIONAL
E DESAFIOS DA NEGOCIAÇÃO E CONTRATAÇÃO
COLETIVA E CERTIFICAÇÃO

Formato: 27 x 23
Mancha: 23 x 19
Tipologia: Garamond, Futura, Times New Roman e Franklin GotCdlTc
Papel: off-set 90g/m²(miolo), cartão supremo 250g/m²(capa)
Matriz: Fitolito Digital
Tiragem: 2000
1ª edição: Junho/2007